

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

JAYLSON FRANKLIN MENDONÇA NUNES

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: análise em uma IES privada de São
Luís - MA

São Luís
2023

JAYLSON FRANKLIN MENDONÇA NUNES

**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: análise em uma IES privada de São
Luís - MA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade
Federal do Maranhão para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Linha de Pesquisa: Trabalho, Estado e Mundialização

Orientador: Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo

São Luís
2023

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

NUNES, Jaylson Franklin Mendonça.

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE : análise em uma IES
privada de São Luís - MA / Jaylson Franklin Mendonça
NUNES. - 2023.

99 p.

Orientador(a): Elizeu Serra de Araújo.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
Desenvolvimento Socioeconomico/ccso, Universidade Federal
do Maranhão, São Luís, 2023.

1. EaD. 2. Ensino superior. 3. Oligopolização. 4.
Precarização. 5. Trabalho docente. I. Araújo, Elizeu
Serra de. II. Título.

JAYLSON FRANKLIN MENDONÇA NUNES

PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: análise em uma IES privada de São
Luís - MA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade
Federal do Maranhão para a obtenção do título de
Mestre em Desenvolvimento Socioeconômico.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Elizeu Serra de Araújo (Orientador)

Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva
(Examinador Interno)

Prof. Dr. Antonio Paulino de Sousa
(Examinador Externo)

Aos docentes de todo o Brasil que, mesmo com todas as adversidades, diariamente exercem com afinco as suas atividades dando sua colaboração para a construção de uma sociedade mais justa. A minha mãe, que também foi professora, pelo exemplo de dedicação e por todo o incentivo ao longo de nossas vidas. E, ao meu filho, a quem tento dar o exemplo necessário para que ele nunca deixe de buscar, de forma continua, a sua própria evolução.

AGRADECIMENTOS

Muitos agradecimentos se fazem necessários ao final desta caminhada pois muitas foram as pessoas que, de alguma forma, contribuíram para que este objetivo fosse alcançado. Entretanto, na impossibilidade de mencionar todos(as), irei citar alguns nomes que tiveram participações mais efetivas durante todo o transcorrer do curso, em suas diversas fases.

Ao professor Dr. Elizeu Serra de Araújo que, em um momento difícil, quando já havia se passado uma considerável parte do tempo destinado à construção da dissertação, aceitou o desafio de ser meu parceiro na construção deste trabalho de pesquisa. Agradeço imensamente pela sua compreensão e paciência frente às minhas dificuldades e limitações, pela dedicação e pelo diálogo livre de formalidades durante o desenvolvimento deste estudo.

A todos(as) os(as) professores(as) do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão, em especial ao Prof. Dr. Welbson do Vale Madeira e ao Prof. Dr. José de Ribamar Sá Silva, por sua disposição e contribuições ao trabalho.

Aos colegas de turma do mestrado que, mesmo com o distanciamento e demais dificuldades impostas pela pandemia da COVID-19 foram firmes, solidários e em muitos momentos determinantes para que algumas das “batalhas” fossem superadas e todas as atividades propostas em todas as disciplinas do curso fossem cumpridas.

Aos profissionais docentes e técnico-administrativos que me apoiaram atendendo às solicitações de informações durante a realização da pesquisa de campo, fundamental para a concretude deste trabalho.

Ao amigo e professor Dr. José Samuel de Miranda Melo Júnior (*in memoriam*), que sempre foi um grande incentivador para que eu buscasse mais qualificação e evolução profissional e, nesse sentido, sempre afirmava que eu precisava obter o título de mestre. Samuel era um entusiasta da pesquisa, do desenvolvimento das pessoas e das instituições. Foi mais uma vítima da COVID que deixou um grande legado para sociedade.

Aos amigos de vida, de lazer e de alegrias, de quem tive que me afastar durante o transcorrer do curso, mas que continuaram me aguardando de braços abertos até que pudéssemos dar continuidade às tratativas das amenidades, pois entenderam que o distanciamento momentâneo era necessário para que eu concluísse essa importante fase de qualificação e evolução pessoal. Porque amigo verdadeiro é aquele que lhe quer bem, mesmo que isso signifique estar distante.

A dona Lourdes Mendonça, minha amada mãe, que mesmo já tendo passado dos 70 anos de idade e demonstrar o cansaço natural de quem muito lutou para me criar sozinha, nunca desistiu de ser a mãe carinhosa, dedicada, paciente e cuidadosa que é até hoje.

Ao meu amado filho, João Vítor, por ser minha inspiração diária para continuar acreditando nas pessoas, em uma sociedade melhor e em um mundo em que o amor e a gentileza possam imperar.

E, por fim, ao mais importante de todos, a Deus, pela vida e saúde concedida até então e por mostrar luz sempre que os meus conflitos, inquietações e momentos de aflição se manifestam.

Minha eterna gratidão!

RESUMO

Esta dissertação trata da precarização do trabalho docente no ensino superior privado em consequência dos avanços do capital. O objetivo geral é analisar os principais determinantes da precarização do trabalho docente em Instituições de Ensino Superior - IES privadas no Brasil, no capitalismo contemporâneo. Para tanto, analisou-se a tendência à precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, o processo de acumulação do capital no setor educacional superior no Brasil, e as evidências da precarização do trabalho docente, tendo como objeto de pesquisa uma IES privada de São Luís, capital do Estado do Maranhão. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica e documental, incluindo a análise da evolução histórica das instituições de ensino privadas no Brasil no período de 1995 a 2021. A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário estruturado elaborado a partir de uma tipologia de precarização social do trabalho constituída por seis indicadores. Observou-se que a extensão da jornada de trabalho, a exigência de polivalência, a redução da capacidade de decisão e o número excessivo de demandas dentro e fora do horário de trabalho contribuem para um cenário de adoecimento mental com expressões diversas que também é agravado pela sensação de insegurança proveniente pelas demissões e pela percepção de que a remuneração está aquém do trabalho empreendido. Todas essas evidências apontadas na pesquisa, denotam que os processos de mercantilização e de oligopolização da educação superior privada tem sido nocivo à categoria dos docentes. Soma-se a estas evidências, a percepção de que os investimentos realizados para impulsionar ainda mais o crescimento da EaD, juntamente com a redução da oferta de cursos e turmas na modalidade presencial demonstram que esta é uma das principais estratégias das mantenedoras para o aumento na quantidade de alunos sem que haja necessidade de contratação de mais docentes.

Palavras-chave: precarização; trabalho docente; ensino superior; oligopolização; EaD.

ABSTRACT

This dissertation deals with the precariousness of teaching work in private higher education as a result of advances in capital. The general objective is to analyze the main determinants of the precariousness of teaching work in Higher Education Institutions - private HEIs in Brazil, in contemporary capitalism. To this end, the tendency towards precarious work in contemporary capitalism, the process of capital accumulation in the higher education sector in Brazil, and evidence of the precariousness of teaching work were analyzed, with the research object being a private HEI in São Luís, capital of the State of Maranhão. The methodological procedures included bibliographic and documentary research, including the analysis of the historical evolution of private educational institutions in Brazil from 1995 to 2021. Data collection was carried out through the application of a structured questionnaire prepared based on a precariousness typology social work system consisting of six indicators. It was observed that the extension of the working day, the requirement for versatility, the reduction in decision-making capacity and the excessive number of demands within and outside working hours contribute to a scenario of mental illness with different expressions, which is also aggravated by feeling of insecurity arising from layoffs and the perception that the remuneration is below the work undertaken. All this evidence highlighted in the research shows that the processes of commercialization and oligopolization of private higher education have been harmful to the category of teachers. In addition to this evidence, the perception that the investments made to further boost the growth of distance learning, together with the reduction in the offer of courses and classes in the face-to-face modality demonstrate that this is one of the main strategies of the sponsors to increase the number of students without the need to hire more teachers.

Keywords: precariousness; teaching work; university education; oligopolization; EaD.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABMES	- Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior
CADE	- Conselho Administrativo de Defesa Econômica
CCIFB	- Câmara de Comércio França-Brasil
CECIERJ	- Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro
CEDERJ	- Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro
CESSF	- Faculdade Santa Fé
CEST	- Faculdade Santa Terezinha
CFE	- Conselho Federal de Educação
CLT	- Consolidação das Leis do Trabalho
CSP – Conlutas	- Central Sindical e Popular Conlutas
CUT	- Central Única dos Trabalhadores
DIEESE	- Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
EaD	- Educação à Distância
ERE	- Ensino Remoto Emergencial
FACAM	- Faculdade do Maranhão
FAMA	- Faculdade Atenas Maranhense
FHC	- Fernando Henrique Cardoso
FICEUMA	- Faculdades Integradas do CEUMA
FIES	- Fundo de Financiamento Estudantil
FIPE	- Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas
FMI	- Fundo Monetário Internacional
IBGE	- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IBRE/FGV	- Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas
ICT	- Índice da Condição do Trabalho
IES	- Instituições de Ensino Superior
IESMA	- Instituto de Estudos Superiores do Maranhão
IFES	- Instituto Florence de Ensino Superior
INEP	- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LDB	- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MARE	- Ministério da Administração e da Reforma do Estado
MEC	- Ministério da Educação
MTL	- Movimento Terra, Trabalho e Liberdade
MTST	- Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto
OCDE	- Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico
OIT	- Organização Internacional do Trabalho
OMS	- Organização Mundial da Saúde
PCCS	- Plano de Cargos, Carreiras e Salários
PJ	- Pessoa Jurídica
PNAD	- Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PROUNI	- Programa Universidade para Todos
PSL	- Partido Social Liberal
PT	- Partido dos Trabalhadores
SEED	- Secretaria de Educação a Distância
SEMESP	- Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo
SR	- Superpopulação Relativa
TDIC's	- Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação
UNESCO	- Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNICEUMA	- Centro Universitário do Maranhão
UNOPAR	- Universidade Norte do Paraná

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantidade de contratos firmados do FIES por ano (2010 – 2021).....	37
Gráfico 2 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil (1980-2021).....	40
Gráfico 3 - Evolução do quantitativo de matrículas na graduação.....	41
Gráfico 4 - Evolução do número de matrículas na rede privada, por modalidade de ensino - Brasil 2011-2021.	45
Gráfico 5 - Número de vagas oferecidas no Brasil em cursos de graduação, por modalidade de ensino (2014-2021).....	46
Gráfico 6 - Percentual do total de alunos matriculados por modalidade de ensino.....	47
Gráfico 7 - Quantidade de docentes em atuação na educação superior de graduação no Brasil, por rede de ensino (2010-2021).....	59
Gráfico 8 - Problemas de ordem psicológica causados pelo excesso de cobrança e pelo clima organizacional da IES.	69
Gráfico 9 - Sobre a necessidade de recorrer ao Movimento Sindical.	71

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Principais grupos educacionais do Brasil (2023).....	41
Quadro 2 - Marcos Históricos da EaD (1995 – 2009).....	44
Quadro 3 - Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE).....	52
Quadro 4 - Indicadores de precarização social do trabalho.....	53
Quadro 5 – Grupos de Atividades Docentes.	58
Quadro 6 - Evolução do processo de expansão do Grupo Educacional CEUMA.....	61

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil de 1980 a 1994.....	33
Tabela 2 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo FHC.....	36
Tabela 3 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Lula.	37
Tabela 4 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Dilma.	38
Tabela 5 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Temer.	39
Tabela 6 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Bolsonaro.	40
Tabela 7 - Quantitativo de admissões e demissões de docentes (1995 - 2021).....	63
Tabela 8 - Dados sociodemográficos dos respondentes da pesquisa.....	64
Tabela 9 - Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais (indicador 1).....	66
Tabela 10 - Intensificação do trabalho (indicador 2).....	67
Tabela 11 - Insegurança e saúde no trabalho (indicador 3).....	69
Tabela 12 - Perda das identidades individual e coletiva (indicador 4).....	70
Tabela 13 - Fragilização da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores (indicador 5).....	72
Tabela 14 - A condenação e o descarte do direito do trabalhador (indicador 6).....	73

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	14
2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO	17
2.1 Acumulação do capital, superpopulação relativa e precarização do trabalho	18
2.2 Transformações do capitalismo e precarização do trabalho	24
3 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	30
3.1 Financeirização do capital e expansão da acumulação no setor educacional	31
3.2 O processo de oligopolização da Educação Superior no Brasil.....	33
3.3 O crescimento da EaD na Educação Superior no Brasil	43
3.4 Desdobramentos da COVID-19 para a Educação Superior no Brasil	47
4 EVIDÊNCIAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM IES PRIVADAS	51
4.1 Precarização social do trabalho.....	51
4.2 Precarização do trabalho docente no Brasil.....	54
4.3 Breve panorama sobre as IES privadas de São Luís - MA.....	59
4.4 Evidências de precarização do trabalho docente em uma IES privada de São Luís – MA.....	62
5 CONCLUSÃO.....	75
REFERÊNCIAS.....	79
APÊNDICE	88
APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO.....	89

1 INTRODUÇÃO

Embora em alguns períodos a luta dos trabalhadores no Brasil se tenha refletido em conquistas de direitos sociais, como, por exemplo, no caso da Consolidação das Leis do Trabalho em 1943, desde os anos 1990 o fenômeno da precarização do trabalho tem ganhado mais força, o que estimulou (e continua estimulando) vários estudiosos a se debruçar sobre o assunto.

Alguns dos estudos já realizados no Brasil apontam um aumento do número de matrículas e uma regressão no número total de professores nas Instituições de Ensino Superior privadas. Além disso, com o avanço das políticas neoliberais de responsabilização individual dos sujeitos, ocorreu uma retração de políticas de formação docente. Também há evidências de que o trabalho docente tem baixa remuneração, longas jornadas de trabalho e excesso de atividades a serem realizadas fora do horário de expediente, fazendo com que as condições de trabalho sejam insatisfatórias e os professores mostrem-se cada vez menos motivados a exercer sua profissão.

Ressalta-se ainda que a fragilização das relações de trabalho docente no ensino superior privado é evidenciada nos regimes de contratação como horista ou como pessoa jurídica e, que tais vínculos se tornaram mais frequentes diante do trabalho remoto emergencial, no contexto da COVID-19, criando uma nova oportunidade a ser explorada pelas mantenedoras de Instituições de Ensino Superior (IES) privadas, tanto que no censo da educação superior realizado em 2021, o número de alunos matriculados na Educação à Distância (EaD) superou, pela primeira vez, o número de alunos matriculados na modalidade presencial.

Quais os principais determinantes do processo de precarização do trabalho docente em IES privadas no Brasil, no capitalismo contemporâneo? Esta foi a inquietação inicial que motivou a pesquisa cujos resultados são aqui apresentados, considerando-se que a figura do professor, que já foi sinônimo de pesquisa e desenvolvimento científico, alguém capaz de contribuir para a formação de outro profissional e de auxiliar na construção de novos saberes, na prática, cada vez mais tem sofrido um processo de desvalorização, causada principalmente pela mercantilização da educação superior.

Este trabalho de pesquisa tem como objetivo geral analisar as principais determinantes da precarização do trabalho docente em IES privadas no Brasil, no capitalismo contemporâneo. Para atingir tal objetivo analisou-se a tendência à precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo, o processo de acumulação do capital no setor educacional

superior no Brasil e buscou-se demonstrar as evidências da precarização do trabalho docente, tendo foco de estudo uma IES privada de São Luís, capital do Estado do Maranhão.

O trabalho de pesquisa partiu da hipótese de que a intensificação dos processos de mercantilização e oligopolização do ensino superior e o crescimento da modalidade EaD, fazem parte de um conjunto de estratégias usadas pelas IES para reduzirem seus custos e maximizarem seus lucros efetivando novos mecanismos que culminam na intensificação da precarização do trabalho docente.

Acredita-se na relevância social e acadêmica da temática abordada na perspectiva de que ela possa contribuir como fonte de dados e informações que fomentem as discussões necessárias para combater o processo de precarização do trabalho docente. Além disso, há o entendimento de que todo e qualquer estudo realizado na perspectiva de apontar caminhos que possam nortear a melhoria das relações de trabalho, será sempre bem-vindo, pois o maior ganho, sem dúvida, está na possibilidade de, em havendo melhoria nas condições de trabalho docente, ter-se também a melhoria da qualidade do ensino e conseqüentemente da formação de novos profissionais e cidadãos.

O referencial teórico utilizado foi o do materialismo histórico-dialético, considerando a materialidade histórica da vida dos homens em sociedade e seus desdobramentos, permitindo observar o objeto, suas múltiplas relações e as suas contradições. Os procedimentos metodológicos incluíram pesquisa bibliográfica e documental, incluindo a análise da evolução histórica das instituições de ensino privadas no Brasil no período de 1995 a 2021, período em que se intensificaram as políticas neoliberais que promoveram significativas mudanças na educação superior no país. A pesquisa de campo foi realizada com auxílio da aplicação de questionário estruturado, elaborado a partir de uma tipologia de precarização social do trabalho constituída por seis indicadores.

Além desta introdução, a estrutura da dissertação terá mais quatro capítulos. No segundo tem-se um nível mais abstrato, abordando a precarização no capitalismo contemporâneo, debatendo a relação entre o processo de acumulação do capital, a superpopulação relativa e a precarização do trabalho e as transformações do capitalismo e sua relação com a precarização do trabalho.

No terceiro capítulo tem-se um nível intermediário, com o debate focado no processo de acumulação do capital na educação superior no Brasil. Aqui aborda-se inicialmente o processo de financeirização do capital e expansão da acumulação no setor educacional, é feita uma análise sobre a intensificação do processo de mercantilização e oligopolização da educação superior no Brasil, aborda-se a questão do crescimento da EaD na educação superior

e, finaliza-se com uma análise dos desdobramentos para a educação superior no Brasil da pandemia da COVID-19.

No quarto capítulo, tem-se o nível mais empírico e concreto, debatendo as evidências da precarização do trabalho docente, tendo como objeto de pesquisa e análise os dados coletados em uma IES privada de São Luís - MA. Para tanto, faz-se uma breve contextualização sobre a precarização social do trabalho – com ênfase nos indicadores sociais de precarização, em seguida aborda-se a questão da precarização do trabalho docente, posteriormente, apresenta-se um panorama das IES privadas do município e, finaliza-se apresentando os resultados da pesquisa de campo que visam demonstrar as evidências de precarização do trabalho docente à partir de dados coletados junto a docentes de uma instituição de ensino superior privada da região metropolitana de São Luís – MA.

Por fim, o quinto capítulo traz as conclusões do estudo decorrentes da análise desenvolvida acerca da precarização do trabalho sobre a categoria dos docentes que atuam no ensino superior privado, enaltecendo as principais evidências desta precarização detectadas na pesquisa.

2 PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO NO CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO

Karl Marx, um dos principais teóricos do socialismo e do comunismo, foi um grande crítico do capitalismo e de suas consequências para os trabalhadores. Suas teorias ainda têm relevância hoje em dia, especialmente quando se trata da precarização do trabalho. Marx argumentou que a relação entre os trabalhadores e os capitalistas era fundamentalmente desigual e que essa desigualdade era a raiz de muitos problemas sociais, denominando essa relação de “luta de classes”. Além disso, Marx argumenta que a exploração do trabalho é a fonte fundamental da desigualdade na sociedade capitalista. Ele afirma que a classe capitalista, que detém os meios de produção, possui um poder econômico e político que lhe permite manter a exploração do trabalho e a desigualdade social. Como ele escreve em O Manifesto Comunista: “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classes” (Marx; Engels, 1998, p. 18).

Marx acreditava que os capitalistas, na busca por aumentar seus lucros, procuravam pagar salários cada vez menores, reduzir os benefícios e as proteções trabalhistas, e impor jornadas de trabalho extenuantes aos trabalhadores. Isso, por sua vez, levava os trabalhadores a lutar por melhores condições de trabalho, e a luta de classes se intensificava ainda mais. Em sua obra mais famosa, O Capital, Marx (1996) afirma que o capital não é apenas dinheiro, é, em essência, trabalho objetivado. Ou seja, o capital não é apenas uma quantia de dinheiro, mas sim o resultado da exploração do trabalho humano. O capital é gerado a partir do trabalho, mas o trabalhador recebe apenas uma fração do valor que produz. Marx (1996) discute a exploração do trabalho na esfera da produção. Ele argumenta que, no capitalismo, os trabalhadores são obrigados a trabalhar mais do que o necessário para reproduzir sua própria força de trabalho. Isso ocorre para que os proprietários dos meios de produção possam obter lucro, o que significa que os trabalhadores são forçados a trabalhar mais horas do que precisam para satisfazer suas necessidades.

Neste capítulo iremos abordar os principais determinantes da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Iniciaremos pela abordagem da acumulação de capital, a superpopulação relativa e a precarização do trabalho. Em seguida, trataremos das transformações do capitalismo na sua fase mais recente e sua relação com a precarização do trabalho.

2.1 Acumulação do capital, superpopulação relativa e precarização do trabalho

Nesta seção faremos uma análise sobre a influência que o aumento do capital tem sobre o destino da classe trabalhadora, de como a acumulação do capital influencia no processo de produção diminuindo o capital variável e de como a superpopulação impacta no preço da força de trabalho e nas condições de trabalho.

Para Marx (1996) o processo de acumulação do capital refere-se ao processo de conversão da mais-valia em capital. Nesse sentido, a mais-valia (ou mais-valor) é base da teoria de Marx que debate a disparidade entre o valor produzido pelo trabalhador e a remuneração que ele recebe. Por sua vez, o processo de produção da mais-valia é baseado na exploração do sistema capitalista, onde o trabalho e o produto produzido pelos trabalhadores são transformados em mercadoria objetivando o lucro. Dessa forma, os trabalhadores acabam recebendo um valor menor ao que foi efetivamente produzido com o trabalho realizado. A produção de mais-valia é também um processo de reprodução (ciclo de repetição), gerando uma interdependência contínua. “As condições da produção são, ao mesmo tempo, as condições da reprodução” (Marx, 2013, p. 423).

Ao compreender o capital como uma relação social que exige, a reprodução ampliada do sistema de produção de valor, Marx (1996) observa a existência de uma consequência lógica inevitável do funcionamento deste modo de produção - o capital necessita aumentar incessantemente a quantidade de valor produzido.

Ainda segundo Marx (1996) essa reprodução pode se apresentar na forma de reprodução simples ou ampliada. A reprodução simples é a repetição do processo de produção na mesma escala. Já a reprodução ampliada, por outro lado, seria a divisão do processo produtivo em uma escala maior, na qual a sociedade não somente repõe os bens materiais consumidos, mas também produz meios de produção e artigos adicionais de consumo pessoal. Ou seja, uma parte da mais-valia é usada pelo capitalista para aumentar a produção, para a aquisição de equipamentos complementares e para a contratação de mais trabalhadores. Dessa forma, uma parcela da mais-valia é incorporada ao capital inicial, ou seja, é acumulada.

Na reprodução simples, a mais-valia é totalmente absolvida pelo consumo pessoal do capitalista. Desta forma toda mais-valia do capital é consumida sobre a forma de renda. A mais-valia não é capitalizada, acumulada, sendo gasta no consumo pessoal e privado do capitalista, de forma improdutiva (Marx, 1996).

O que reflui continuamente para o trabalhador na forma-salário é uma parte do produto continuamente reproduzido por ele mesmo. (...) É com seu trabalho da semana anterior ou do último semestre que será pago seu trabalho de hoje ou do próximo semestre (Marx, 2013, p. 424).

De determinado ponto de vista o salário pode ser visto como custo de produção, mas ao analisarmos o fluxo contínuo, será possível ver que o operário gera o próprio salário ao longo do tempo. Independentemente da origem primitiva do capital, depois de certo tempo, ainda durante a reprodução simples, este capital se transforma em valor criado pelo trabalho dos operários e do qual o capitalista se apropriou gratuitamente. Dessa forma é refutada a tese segunda a qual o capital é uma riqueza elaborada pelo próprio trabalho do patrão (Marx, 1996).

Marx (2013) passa então a analisar o efeito da acumulação de capital sobre a força de trabalho, partindo da suposição de que um determinado processo de acumulação do capital está acontecendo, mas a composição do capital se mantém constante, ou seja, ela não varia ao longo dos ciclos nos quais a mais-valia vai sendo acumulada.

Portanto, o mesmo valor de capital variável põe em movimento mais força de trabalho e, por conseguinte, também mais trabalho. O mesmo valor de capital constante se representa em mais meios de produção, isto é, mais meios de trabalho, material de trabalho e matérias auxiliares, fornecendo, assim, tanto mais formadores de produto como mais formadores de valor, ou absorvedores de trabalho. Se o valor do capital adicional se mantém constante, ou mesmo decrescente, ocorre, pois, uma acumulação acelerada. Não apenas se amplia materialmente a escala da reprodução, mas a produção do mais-valor cresce mais rapidamente que o valor do capital adicional (Marx, 2013, p. 446).

Para Marx (2013), o resultado obtido quando a acumulação do capital ocorre com a composição mantida constante, é que os salários são regulados pelo ritmo da acumulação, ou seja, os salários poderão aumentar até o ponto onde eles não atrapalhem a acumulação. Quando esse aumento começa a atrapalhar a acumulação, a própria acumulação se reduz, reduzindo também a procura por força de trabalho e todo um efeito negativo é desencadeado até que os salários se reduzam, proporcionando assim o aumento da mais-valia, criando assim um efeito cíclico.

Em seguida, Marx (1996) faz uma análise do efeito da acumulação sobre a força de trabalho, considerando a hipótese de que haja aumento da composição do capital. A base para essa hipótese é que o aumento da composição do capital é a principal expressão do aumento da produtividade do trabalho. Logo, o aumento da composição do capital significa uma melhora do processo produtivo do ponto de vista técnico.

No cenário supracitado, tem-se a substituição dos trabalhadores por máquinas, fazendo com que parte do contingente dos trabalhadores se tornem desnecessários em relação às necessidades de valorização do capital. Nesse sentido, na medida em que a cada ciclo uma parte dos trabalhadores vão se tornando desnecessários, esses trabalhadores vão formando uma massa de trabalhadores disponíveis para o capital, para quando ele quiser (re)contratá-los. Marx (1996) denomina essa massa de “exército industrial de reserva”, ou ainda, uma Superpopulação Relativa (SR) – pois ela se dá em relação às necessidades de acumulação do capital.

Pode-se afirmar que a acumulação de capital afeta a força de trabalho por meio das variações do salário, sendo que, em uma das hipóteses a composição não se modifica, e o resultado nesse cenário é que os salários são determinados pelo ritmo da acumulação – eles podem aumentar até o ponto em que não atrapalhem a acumulação. Na hipótese de composição constante, o emprego também é afetado, só que positivamente, pois causa dois efeitos sobre a força de trabalho, sendo o primeiro o desemprego (expansão do exército industrial de reserva) e/ou o emprego precarizado e o segundo (que é consequência do primeiro) é a regulação dos níveis de salário – quanto maior for o exército industrial de reserva, menores serão os salários (Marx, 1996).

Em *O Capital*, Marx (2013) discute detalhadamente como o capitalismo leva à concentração e centralização do capital. A concentração do capital se refere à tendência dos capitalistas a acumularem cada vez mais capital (meios de produção e força de trabalho), o que, por sua vez, leva à centralização do capital. Já a centralização do capital é o processo pelo qual o capital é concentrado nas mãos de poucos capitalistas através de fusões e aquisições. Isso resulta na formação de grandes conglomerados e monopólios que dominam setores inteiros da economia.

Essas fusões e aquisições ocorrem nos períodos de recessão e crise, onde os capitais falidos são incorporados pelos capitais que conseguiram se manter durante esse período, tendo também como consequência uma reestruturação produtiva, pois muda-se drasticamente a composição do capital. Nesse sentido, em períodos de crises, além de ser comum as fusões e aquisições, também serão comuns as demissões em larga escala, devido às mudanças ocorridas no processo produtivo, tornando uma grande parte dos trabalhadores supérfluos, sendo incorporados ao exército industrial de reserva.

Em suma, a concentração e centralização de capital são dois processos inter-relacionados que têm como consequência a concentração do poder econômico e político em um número cada vez menor de empresas e indivíduos. No pensamento de Marx (1996), o

processo de acumulação do capital deve ser contínuo e, desta forma, produzirá uma massa de trabalhadores que será maior que a demanda relativa por força de trabalho. Sobre isso, vejamos o que nos diz o pensador:

Com a grandeza do capital social já em funcionamento e com o grau de seu crescimento, com a expansão da escala de produção e da massa dos trabalhadores postos em movimento, com o desenvolvimento da força produtiva de seu trabalho, com o fluxo mais amplo e mais completo de todos os mananciais da riqueza, expande - se também a escala em que uma maior atração de trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles; cresce a rapidez da mudança da composição orgânica do capital e de sua forma técnica e aumenta o âmbito das esferas da produção que são atingidas ora simultânea ora alternadamente por ela. Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz, portanto, em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa (Marx, 1996, p. 262).

A superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) é, então, um fator preponderante para que haja a acumulação do capital, visto que ela possibilita a redução dos salários ao mesmo tempo em que disciplina os trabalhadores gerando, como consequência, as condições para a precarização da força de trabalho (Barros; Santos, 2019).

A superpopulação relativa é um fenômeno que ocorre quando o número de trabalhadores disponíveis para a produção é maior do que a demanda pelo trabalho. Isso ocorre nas economias capitalistas, onde a produção é orientada pelo lucro e não pela necessidade social. O conceito de exército industrial de reserva contrapõe a Lei de Malthus, que tenta explicar a pobreza da população a partir do argumento de que a população cresce a uma taxa geométrica, enquanto que os meios de subsistência crescem a uma taxa aritmética. Ou seja, para Malthus a pobreza era consequência do grande crescimento da população, entretanto, para Marx, esse entendimento estava equivocado, pois Malthus levava em consideração o crescimento absoluto da população, enquanto que para Marx, o correto seria levar em consideração o crescimento relativo, considerando a capacidade de o capital absorver essa força de trabalho (Marx, 1996).

Marx (1996) apresenta três formas (categorias) da superpopulação relativa - flutuante, latente e estagnada. A forma flutuante é a que mais se aproxima daquilo que conhecemos como desemprego, pois é constituída pelos trabalhadores que são em alguns momentos repelidos e em outros atraídos em quantidade maior. Já a forma latente, compreende os “reservatórios” de força de trabalho que estão disponíveis para o capital contratar quando for de seu interesse - um exemplo clássico são os trabalhadores rurais que trabalham apenas no período de colheita e após tal período retornam para as cidades aguardando os próximos chamados para trabalho.

A terceira forma é a estagnada que, segundo Marx (1996, p. 271), “[...] constitui parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação completamente irregular. Ela proporciona assim, ao capital, um reservatório inesgotável de força de trabalho disponível”. Enquadram-se aqui os trabalhadores e empregados informais e precários, como os que estabelecem relações de trabalho por meio de plataformas digitais.

Os trabalhadores dessa camada são considerados estagnados porque estão submissos ao capital, entretanto não são incorporados como operários, já que seu processo de trabalho não é diretamente organizado e controlado por empresas capitalistas. A forma estagnada é a mais complexa, considerando-se o ponto de vista de sua identificação no mercado de trabalho. Vejamos o que nos diz Marx (2013, p. 718) sobre o assunto:

A terceira categoria da superpopulação relativa, a estagnada, forma uma parte do exército ativo de trabalhadores, mas com ocupação totalmente irregular. Desse modo, ela proporciona ao capital um depósito inesgotável de força de trabalho disponível. Sua condição de vida cai abaixo do nível médio normal da classe trabalhadora, e é precisamente isso que a torna uma base ampla para certos ramos de exploração do capital. Suas características são o máximo de tempo de trabalho e o mínimo de salário. Já nos deparamos com sua configuração principal sob a rubrica do trabalho domiciliar. Ela recruta continuamente trabalhadores entre os supranumerários da grande indústria e da agricultura e especialmente também de ramos industriais decadentes, em que a produção artesanal é superada pela manufatura, e esta última pela indústria mecanizada.

Além das formas já apresentadas, tem-se também o pauperismo que compreende a parcela da população que se encontra em situação de extrema pobreza, mas que ainda assim é apta ao trabalho, podendo assim ser recrutada pelo capital. Além dos aptos, Marx (1996) também cita os órfãos e crianças indigentes (numa referência ao que ocorria na sua época, pois hoje a legislação, em tese, não permitiria mais esse tipo de mão-de-obra) e os degradados e maltrapilhos, numa referência às vítimas de acidentes de trabalho, pessoas com idade avançada e sem assistência.

Devido à sua grande escala e disponibilidade global, a fração de superpopulação relativa estagnada hoje se encontra espalhada por todo o mundo, deixando de ser um reservatório, para se transformar em um oceano de trabalhadores disponíveis. A superpopulação relativa estagnada é composta por trabalhadores parcialmente empregados, com ocupações “irregulares” e temporárias, ambulantes e trabalhadores sem registro. Pochmann (2003) revela que do conjunto dessa parcela, surgiram no Brasil sindicatos de ambulantes (ou dos trabalhadores da economia informal) e um expressivo movimento pela moradia (sem-teto).

A superpopulação relativa tem como consequência a precarização do trabalho, uma vez que os trabalhadores se tornam mais frágeis por conta das condições de trabalho inadequadas. De acordo com Harvey (2011), a superpopulação relativa é uma forma de disciplinar a força de trabalho, tornando-a mais flexível e disposta a aceitar condições precárias de trabalho. A precarização do trabalho pode ser observada em diversos setores da economia, como no setor de serviços, onde a informalidade e o baixo consumo são comuns.

Segundo Pochmann (2017), a informalidade se refere a um trabalhador que não tem registro em carteira, não recebe benefícios trabalhistas e não tem garantias de estabilidade no emprego. Esse tipo de trabalho é comum em setores como a construção civil, o comércio ambulante e os serviços domésticos e é realizado principalmente por mulheres e jovens.

A insegurança e a instabilidade no emprego são outras formas de precarização do trabalho. Segundo Dejours (2015), a insegurança se refere à sensação de risco e confusão que os trabalhadores experimentam em relação ao seu emprego e às suas condições de trabalho. Já a instabilidade se refere à falta de garantias e estabilidade no emprego, o que pode levar a demissões arbitrárias e uma busca constante por novas oportunidades de trabalho. A insegurança no emprego é outra forma de precarização que tem se tornado cada vez mais comum. Segundo pesquisa realizada por Kalleberg (2011), o aumento da terceirização e da contratação temporária tem gerado insegurança entre os trabalhadores, que muitas vezes não sabem se terão emprego no próximo mês.

Uma das consequências da precarização do trabalho é o aumento das desigualdades sociais, uma vez que os trabalhadores precários têm menos acesso a direitos sociais, como saúde, educação, moradia e previdência, o que limita suas possibilidades de ascensão social e de melhoria de vida. Segundo Sassen (2015), a precarização do trabalho está diretamente relacionada à concentração de renda e à exclusão social, uma vez que os trabalhadores precários têm menos acesso a recursos e oportunidades.

Logo, além de afetar a sua qualidade de vida, a precarização do trabalho também tem influência negativa sobre a saúde e o bem-estar dos trabalhadores, que são submetidos a condições de trabalho degradantes e insalubres, além de terem que lidar com a insegurança e o desemprego. A precarização do trabalho pode levar a problemas como estresse, ansiedade, depressão e outras doenças psíquicas, não só à vida dos trabalhadores, mas também suas famílias e comunidades. Ademais, o estresse é uma das consequências mais comuns da precarização do trabalho, já que a crescente competição no mercado de trabalho tem gerado pressão cada vez maior sobre os trabalhadores, levando a um aumento do estresse e de problemas de saúde mental (Dejours, 2015).

Em suma, a superpopulação relativa e a precarização do trabalho são problemas graves que afetam a vida dos trabalhadores em todo o mundo. Esses problemas estão relacionados ao sistema capitalista e à busca incessante pelo lucro.

2.2 Transformações do capitalismo e precarização do trabalho

A globalização é um fenômeno que tem sido amplamente discutido nas últimas décadas e tem afetado diversos aspectos da sociedade, incluindo as relações de trabalho. Ela pode ser definida como um processo de integração econômica, política e cultural que transcende as fronteiras nacionais. Esse processo tem sido impulsionado pelo desenvolvimento de tecnologias de comunicação e transporte, bem como por políticas governamentais orientadas para a liberalização do comércio e dos investimentos. Uma das principais características da globalização é a intensificação do comércio internacional, que levou a um aumento da competição entre as empresas. Essa competição tem levado as empresas a buscar novas formas de reduzir os custos e aumentar a eficiência, o que muitas vezes resulta em mudanças nas relações de trabalho (Sassen, 2015).

A superpopulação relativa e a precarização do trabalho também estão relacionadas à globalização econômica e ao avanço da tecnologia. Segundo Sassen (2015), a globalização econômica tem como consequência a criação de novos mercados de trabalho em países em desenvolvimento, onde a mão de obra é mais barata e menos regulamentada. Essa competição global pela mão de obra barata tem como consequência a precarização do trabalho em todo o mundo. Já para Rifkin (1995), a automação e a robotização dos processos produtivos têm como consequência a redução da necessidade de mão de obra, o que leva ao aumento da superpopulação relativa e à precarização do trabalho.

A precarização do trabalho é um fenômeno que se intensificou nas últimas décadas, sobretudo a partir dos anos 80, em decorrência das mudanças na política e nas questões sociais que ocorreram nesse período. Esse processo se caracteriza pela perda de direitos trabalhistas, pela flexibilização dos contratos de trabalho, pela informalidade e pela instabilidade no emprego. De acordo com Antunes (2018), a precarização do trabalho é uma das principais características do capitalismo contemporâneo. Para o autor, a globalização da economia foi um dos fatores que levou à degradação das condições de trabalho e à flexibilização dos contratos, gerando uma crescente insegurança e instabilidade no emprego. Essa tendência tem sido observada em diferentes países e setores da economia afetando tanto os trabalhadores formais como informais.

Um dos principais efeitos da globalização sobre as relações de trabalho é a crescente flexibilização do mercado de trabalho. Segundo Antunes (2018), a flexibilização das relações de trabalho tem sido impulsionada pela lógica do mercado, que busca maximizar os lucros das empresas e reduzir os custos trabalhistas. Isso se manifesta em diferentes formas de flexibilização, como a terceirização, o trabalho intermitente, o trabalho temporário e o trabalho em regime de *home office*. A flexibilização pode levar a uma maior insegurança no emprego, uma vez que os trabalhadores não têm garantias de estabilidade e podem ser demitidos a qualquer momento. Além disso, a flexibilização pode levar a uma redução dos benefícios trabalhistas, o que também pode afetar a qualidade de vida dos trabalhadores.

Uma das formas de precarização do trabalho na era da globalização é a terceirização. A terceirização consiste na contratação de serviços de outras empresas para realizar atividades que não fazem parte do negócio principal da empresa contratante. Segundo Dejours (2015), a terceirização tem contribuído para a precarização do trabalho ao reduzir os salários e as condições de trabalho dos trabalhadores terceirizados.

Outro efeito significativo da globalização sobre as relações de trabalho é a “internacionalização do trabalho” (ou da produção) que, de acordo com Silva (2019), o marco formal é conferido ao conceito de Trabalho Decente da Organização Internacional do Trabalho (OIT) que, por sua vez, objetiva coibir as condições degradantes de trabalho. Isso ocorre quando as empresas transferem parte de suas operações para outros países, muitas vezes em busca de mão de obra mais barata. Isso pode ter um impacto significativo sobre os trabalhadores nos países de origem e nos países de destino. Nos países de origem, muitas vezes há uma perda de empregos. Em contrapartida, nos países de destino, os trabalhadores muitas vezes enfrentam condições de trabalho precárias e baixos salários.

Embora a tecnologia seja um fenômeno comum a toda a existência do capitalismo (e dos demais sistemas), ela também tem desempenhado um papel fundamental nas mudanças nas relações de trabalho. Para Brynjolfsson e McAfee (2015), a tecnologia tem levado à substituição de trabalho por máquinas em diversas áreas, o que tem gerado efeitos na economia e no mercado de trabalho. No entanto, a tecnologia também tem criado novas oportunidades de trabalho, especialmente em áreas relacionadas à tecnologia da informação e comunicação. Segundo pesquisa realizada por Graetz e Michaels (2018), a tecnologia tem criado novas demandas por trabalhadores altamente qualificados, o que tem gerado um aumento na desigualdade salarial entre trabalhadores com diferentes níveis de habilidade.

A falta de proteção social e de direitos trabalhistas é outro problema enfrentado por muitos trabalhadores em todo o mundo. Segundo estudo realizado pela OIT (2017), mais de

40% dos trabalhadores em todo o mundo não têm proteção social básica, como seguro desemprego e licença maternidade.

Diante desse cenário, é fundamental que sejam adotadas medidas para combater a precarização do trabalho na era da globalização. Isso envolve a adoção de políticas públicas que visem à valorização do trabalho humano, a proteção dos direitos trabalhistas e à promoção da inclusão social e da igualdade. Como destaca Sassen (2015), é preciso repensar o papel do trabalho na era da globalização e buscar alternativas para garantir condições dignas de trabalho para todos os trabalhadores.

Outro importante componente das transformações do capitalismo contemporâneo é a financeirização que tem emergido como um elemento crucial nos problemas do sistema capitalista na era contemporânea. A ascensão da esfera financeira remodelara a dinâmica econômica global, gerando um impacto profundo em diversos setores. Para Ribeiro e Diniz (2017, p. 371), “[...] uma vez que a denominada financeirização deixou de se expressar apenas nas esferas das “altas finanças” para atingir as esferas da vida cotidiana, necessariamente emergiram graves tendências de desarticulação social”.

A financeirização refere-se à influência crescente do setor financeiro sobre a economia e a sociedade, resultando em mudanças significativas nos padrões de acumulação de capital. A intensificação da financeirização tem sido associada ao aumento do poder das instituições financeiras e à expansão dos mercados de derivativos, resultando na elevação da prioridade dada aos ganhos e gerando uma lógica de acumulação baseada na especulação e na busca incessante por lucros de curto prazo. Para Agüena e Senra (2021), a direção do processo inovativo e as decisões de investimento são radicalmente alteradas pela financeirização, tendo impactos sobre a acumulação de capital e no desenvolvimento de suas contradições internas. Os autores ainda trazem que:

Foi a incapacidade de se elevar a lucratividade com base no modelo fordista de produção que empurrou as empresas não-financeiras a buscar reforçar sua acumulação de capital a partir de lucros fictícios e da reestruturação de suas atividades em nível global, centralizando sua atuação em setores de alto teor tecnológico e reafirmando as relações de apropriação de valor (como pelo monopólio de propriedade intelectual). A desregulação dos mercados financeiros, a ascensão dos investidores institucionais e abertura econômica aparecem como momentos importantes desse processo (Agüena; Senra, 2021, p. 11).

A financeirização começa a se espalhar no país na forma de títulos de dívida pública, para depois se diversificar e assumir novas formas com a estabilização da moeda. Entretanto, a acumulação de capital abranda e já não acompanha a evolução da taxa de lucro, o que

parece constituir uma ruptura com o padrão que existia antes de 1980. Para Atílio (2018), a dívida pública e o fluxo de portfólio seriam os dois canais que mais estiveram em evidência ao longo dos anos, materializado no crescimento dos interesses do mercado financeiro sobre a elaboração de políticas públicas, trazendo como consequência a diminuição do bem-estar social, o aprofundamento da financeirização e crise de representatividade democrática.

A financeirização revela-se como um processo multifacetado que transcende as fronteiras tradicionais entre finanças e produção e envolve uma reorientação das atividades econômicas em direção às operações financeiras e à extração de valor a partir de fluxos de juros. Isso é exemplificado pela regulamentação de instrumentos financeiros complexos e pela interconexão crescente entre mercados financeiros. Vejamos o que nos diz Soares Neto, Pinheiro, Ferraz (2021, 2021, p. 380-381) sobre o tema:

[...] o enraizamento da bancarização dos mais pobres, privatização de prestações públicas e o sucateamento de direitos sociais, como saúde, educação, alimentação e moradia, condicionam as famílias à busca no mercado do atendimento a suas necessidades básicas. O consumo de massa, viabilizado pelo crédito acessível, leva à bancarrota as famílias subjugadas à pesada carga tributária incidente sobre bens de primeira necessidade e às altas taxas de juros sobre os créditos que fortalecem o mercado. É o que ocorre em especial com os grupos familiares mais pobres e atendidos por políticas de transferência de renda.

Nas suas diversas vertentes, a financeirização resulta em mudanças na formação e distribuição de rendimentos, numa nova regulação do movimento de capitais, bens e serviços. Juntamente com a globalização e o neoliberalismo, este processo configura a fase financeirizada do capitalismo atual (Andrade; Feres, 2018).

Ao examinar a influência do neoliberalismo nas políticas econômicas globais, nas desigualdades sociais e no papel do Estado, discute-se uma interação complexa entre os princípios neoliberais e as realidades contextuais. Hobold (2022), prega que a ideia neoliberal de supervalorizar o mercado e reduzir o papel do Estado apenas para políticas mínimas de atividades sem fins lucrativos, necessárias para dar suporte ao sistema económico, se manteve sem repercussões durante várias décadas, sendo ignorado pelos dirigentes políticos mundiais até meados dos anos 1970, sendo que no Brasil o forte empenho dos governos culminou na implantação das políticas neoliberais ao longo da década de 1990. Vejamos o que diz Araújo (2011, p. 131) sobre o período de adesão do Brasil aos princípios neoliberais:

A economia brasileira, nesse período, passou por transformações estruturais importantes, resultado da crise estrutural do capitalismo e da ampla adesão do país aos princípios do neoliberalismo. As mudanças no âmbito do processo de valorização do capital são um aspecto fundamental nesse conjunto de transformações e, em nosso caso, decisivas para explicar os contornos que assume a exploração da força de trabalho.

Uma das principais características do neoliberalismo está na ênfase na liberalização econômica, na privatização de setores públicos, na redução de barreiras comerciais e na adoção de políticas monetárias rigorosas. Já Hobold (2002, p. 10) enfatiza que, “[...] para o neoliberalismo, a sociedade que sempre deverá ser de consumo, não poderá ter os olhos para o social, pois, com isso, as leis de mercado ficam comprometidas”.

Os defensores do neoliberalismo argumentam que essas medidas incentivam a inovação, aumentam a competitividade e impulsionam o crescimento econômico a longo prazo. A literatura neoliberal destaca a importância do mercado como um mecanismo eficiente para a alocação de recursos e a maximização do bem-estar geral. Já os críticos apontam que o neoliberalismo frequentemente resulta em desigualdades exacerbadas, afirmando que a ênfase na liberalização econômica pode levar a uma distribuição desigual de riqueza e poder, aumentando as disparidades sociais.

A redução do papel do Estado na prestação de serviços essenciais, como saúde e educação, pode prejudicar os grupos mais vulneráveis da sociedade, além do que a flexibilização se torna palavra de ordem nas relações trabalhistas Hobold (2022).

O neoliberalismo, emerge como um fator de influência significativa na condução das transformações, na organização e na dinâmica da produção. Uma interação complexa entre o neoliberalismo e a reestruturação produtiva tem sido objeto de análise no âmbito das ciências sociais e econômicas, fundamentada em uma ampla gama de abordagens teóricas e evidências empíricas. Para Antunes (2002), o neoliberalismo passou a determinar as ideias e os programas a serem implementados pelos países capitalistas, inicialmente no centro e logo depois nos países subordinados, pensando na reestruturação produtiva, na privatização acelerada, no encolhimento das políticas estatais, fiscais e monetárias, em linha com os organismos hegemônicos mundiais, como por exemplo o Fundo Monetário Internacional (FMI).

No cenário mundial, a reestruturação produtiva tem se manifestado de maneira marcante nas últimas décadas, impulsionada por avanços tecnológicos, globalização econômica e redefinição das relações de trabalho. No Brasil, esse processo culminou na degradação e maior exploração da força de trabalho, conforme evidencia Tumolo (2001, p. 85):

[...] a análise acerca da reestruturação produtiva no Brasil sob a égide do capital, com base nas inúmeras pesquisas realizadas, apresenta indícios claros de recrudescimento da degradação do trabalho no Brasil no final do século 20, como resultado necessário do processo de intensificação da exploração sobre a força de trabalho, que, [...], se configura como característica determinante do novo padrão de acumulação de capital. Isso significa uma tendencial redução nas possibilidades de implementação de propostas alternativas por dentro da ordem capitalista e implica, para a classe trabalhadora e para aqueles que com ela se identificam, a necessidade urgente da retomada da luta pela superação desta ordem.

Para Angelo e Medeiros (2020), no campo da educação, as políticas neoliberais provocaram o esvaziamento do indivíduo, quando não é mais necessária a socialização do conhecimento, mas sim uma formação baseada na adaptabilidade da classe trabalhadora à lógica do capital. A reestruturação produtiva, desenhada por transformações no modo de produção e organização do trabalho, tem sido apontada como um fator que incide diretamente sobre o sistema educacional, particularmente no âmbito do ensino superior. No capítulo seguinte abordam-se algumas questões relacionadas ao processo de acumulação do capital na educação superior no Brasil.

3 ACUMULAÇÃO DO CAPITAL NA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

Ao compararmos com outros países latino-americanos, perceberemos que a introdução da educação superior no Brasil ocorreu tardiamente, sendo os primeiros cursos criados no início do século XIX, por ocasião da transferência da corte portuguesa para a colônia do Brasil (Aguilar; Teixeira, 2019).

Embora durante todo o período colonial tenham existido mudanças sociais que impactaram na educação e que o Brasil tenha passado por um processo de transformação saindo do modelo de monarquia para a república, o sistema educacional brasileiro de uma forma geral permanecia centralizado, tendo como o seu maior “mantenedor” o Estado. Esse cenário passa a mudar na década de 1960, quando surge um novo modelo americano para a estrutura de oferta de ensino superior - o modelo empresarial. Esse novo modelo foi introduzido no Brasil após ser aprovado pelo Ministério da Educação (MEC), fazendo com que o ensino superior brasileiro passasse por grandes mudanças durante o período da ditadura militar. Tendo em vista que o Brasil já passava por um intenso processo de industrialização e, com o intuito de modernizar o país, houve também o repasse de recursos para que as universidades públicas construíssem prédios com novos equipamentos (Lopes; Vallina; Sasaki, 2018).

A expansão da educação superior no Brasil passou a ser uma exigência do próprio capital, seja pela capacitação da força de trabalho para a produção, seja para difusão de uma imagem de “política inclusiva”. Dessa forma, o Estado expandiu a rede privada e teve papel decisivo para levar adiante esse crescimento, seja por meio da injeção de verbas públicas em formas de subsídios ou pela redução de exigências legais para a criação de novos cursos (Lopes; Vallina; Sasaki, 2018, p. 32).

Para Bosi (2007), a crise mundial de acumulação do capital ocorrida em meados da década de 1970, constitui um marco para as mudanças acontecidas no mundo do trabalho que também iriam refletir nas atividades docentes no Brasil. O autor expõe ainda que a transferência monumental dos serviços públicos para a esfera da iniciativa privada contribuiu sensivelmente para a expansão da educação superior pela via privada, trazendo consigo vários desdobramentos – dentre eles a flexibilidade registrada nos regimes de trabalho, o que reduziu sensivelmente o regime de dedicação exclusiva.

Diante do exposto, apresenta-se neste capítulo uma análise do processo de acumulação do capital na educação superior no Brasil iniciando pelo debate sobre o processo de financeirização do capital e expansão da acumulação no setor educacional. Em seguida será apresentada uma análise sobre o processo de oligopolização da educação superior, que

por sua vez será sucedida por uma análise que abordará o crescimento da EaD na educação superior. Finalizaremos este capítulo enfatizando a pandemia da COVID-19 e seus desdobramentos para a Educação Superior no Brasil.

3.1 Financeirização do capital e expansão da acumulação no setor educacional

Vários tem sido os pesquisadores que se dedicaram a estudar os recentes processos de crise e daquilo que alguns denominaram de financeirização. Entendemos que, para compreender melhor o que dizem esses autores é indispensável recorrermos à categoria marxiana capital fictício. Se as formulações de Marx sobre o tema não estavam finalizadas e, logicamente, muitas coisas mudaram desde a sua época, é certo que o autor nos deixou um legado teórico importante para a compreensão dos movimentos fictícios do capital (Galzerano; Minto, 2018).

No livro III de O Capital, Marx passa da abordagem dos valores para a dos preços de produção. É nesse momento que surge o problema da transformação. Uma vez estabelecida uma taxa média de lucro, qualquer que seja o capital investido (na esfera industrial ou comercial) ele proporciona, de acordo com sua grandeza, o mesmo lucro médio anual. Assim, o dinheiro pode, na base da produção capitalista, ser transformado em capital e produzir lucro. Desta forma, adquire além do valor de uso que possui como dinheiro, um valor de uso adicional, o de funcionar como capital. Surge, então, o conceito de capital portador de juros (Marx, 1991).

Com a constituição do capital portador de juros e o desenvolvimento do sistema financeiro as movimentações de capital-dinheiro adquirem a possibilidade de se ampliar de modo a ultrapassar sua conexão com a base material, criando o que Marx denominou de “existência fictícia”. Marx (1985 p. 534) descreve ainda o processo de capitalização como decorrente do hábito já difundido do uso do crédito, possibilitando que “[...] toda renda monetária determinada e regular apareça como juro de um capital, derive ela ou não de um capital”. Dessa forma, cada receita regular é capitalizada à taxa de juros vigente e a soma resultante é considerada capital, mesmo que não tenha sido convertida em meios de produção e força de trabalho, não gerando, portanto, valor novo. É o que Marx denominou de capital fictício.

Embora o capital fictício apareça como consequência do capital portador de juros, Carcanholo e Sabadini (2009, p. 43 *apud* Galzerano; Minto, 2018, p. 65) alertam que ambos são diferentes:

[...] o capital a juros não pode ser confundido com o capital fictício que gera. Aquele corresponde a uma riqueza real que foi produzida sob a forma de excedente; este último é puramente fictício do ponto de vista global. O capital fictício gerado nessas condições é como o ‘reflexo em um espelho’ do capital a juros. São dois capitais diferentes: um é real e o outro submetido à dialética real/fictícia.

Para Carcanholo e Sabadini (2009 *apud* Galzerano; Minto, 2018), o capital fictício muda de caráter ao transformar-se de polo dominado em polo dominante, por isso o denominam de capital especulativo parasitário e nomeiam a atual fase do modo de produção de capitalismo especulativo. E, nesse momento, surge também, uma nova forma de lucro - a dos lucros fictícios, que surgem como estratégia de contraposição à tendência de queda da taxa de lucro. Com a ampliação crescente das formas fictícias de capital, houve um crescimento do fluxo internacional de capitais para locais (economias) onde as condições de produção eram mais favoráveis, destacando-se a elevada taxa de exploração da força de trabalho.

Num cenário de reestruturação produtiva e alterações nas relações entre capital e trabalho, se intensifica o discurso da centralidade da tríade conhecimento-ciência-tecnologia, enquanto estratégia para o crescimento econômico e superação das assimetrias sociais, notadamente de concentração de renda e desemprego. Isto posto, o ideário de desenvolvimento econômico impulsionado pelo capitalismo dissemina o discurso da educação como um importante fator para competitividade e para o desenvolvimento das economias globais. Com isso, em decorrência do processo de financeirização do capitalismo mundial e o consequente favorecimento ao capital privado por meio da flexibilização das legislações na área da educação, as IES passam a contar com aportes financeiros dos fundos de investimento, que passam a ser protagonistas das grandes movimentações de capitais no setor do ensino superior privado (Pereira, 2020).

Vejamos então o que nos dizem Galzerano e Minto (2018, p. 67) sobre um dos impactos do processo de financeirização:

Essa forma de inserção na economia mundial no âmbito da predominância do capital fictício não se desenvolveu sem conflitos, mas foi predominante o suficiente para propiciar, ao final, uma aceleração e um aprofundamento das relações de dependência, estruturais à nossa condição periférica.

Vista como artigo mercadológico, a educação em nível superior foi amplamente debatida em fóruns econômicos mundiais nas últimas décadas, o que resultou em documento do Banco Mundial, afirmando que “[...] esta área deve ser compreendida como um setor

atrativo para o investimento e a acumulação capitalista” (Pereira, 2017, p. 76).

Com isso, o ensino superior passou por um conjunto grande e complexo de mudanças produzidas, dentre elas: as mudanças no papel dos governos em relação à educação superior; a massificação (sob o pretexto de democratização) da educação superior; o crescente número de mantenedores privados da educação superior e da pesquisa; e o surgimento de um mercado global para os serviços de educação superior e de conhecimento (Pereira, 2020).

3.2 O processo de oligopolização da Educação Superior no Brasil

No Brasil o processo de surgimento de um mercado global para os serviços de educação superior tem ocorrido a partir da formação de grandes conglomerados, com envolvimento direto com o setor financeiro, pautando-se sobretudo, na autorização do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) às empresas educacionais ao ingresso em mercado de ações e que, além disso, também deu respaldo legal à existência de instituições com fins lucrativos.

Em 1980, o número total de matrículas em cursos presenciais em IES privadas já era de 885.054 alunos de um total de 1.377.286, o que correspondia a 64,3%. Houve um crescimento no número de IES e alunos no ensino superior privado tendo um forte apoio do Estado, o que fez com que os principais grupos fomentadores das instituições privadas criassem em 1982 a Associação Brasileira de Mantenedoras de Ensino Superior (ABMES), cujo objetivo principal era o de organizar o segmento e defender seus interesses junto ao poder público, promovendo a política privada para o ensino superior (Saviani, 2007).

No período de 1980 a 1994, ou seja, durante 14 anos, o número total de IES no Brasil sofreu uma redução de 54 IES – em 1980 o total de IES era de 882, enquanto que em 1994 era de 828 – essa retração mostra-se equilibrada quanto aos números de IES privadas e públicas. Esses dados estão representados na tabela 1 a seguir:

Tabela 1 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil de 1980 a 1994.

Ano	Governo	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
		Qtd	%	Qtd	%	
1980	João Figueiredo	682	77%	200	23%	882
1981		617	70%	259	30%	876
1982		614	70%	259	30%	873
1983		615	71%	246	29%	861
1984		609	72%	238	28%	847
1985		626	73%	233	27%	859
1986		592	69%	263	31%	855

1987	José Sarney	613	74%	210	26%	823
1988		638	69%	284	31%	922
1989		682	76%	211	24%	893
1990	Fernando Collor	696	72%	277	28%	973
1991		671	78%	192	22%	863
1992		666	79%	176	21%	842
1993	Itamar Franco	652	78%	183	22%	835
1994		633	76%	195	24%	828

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

No início da década de 1980 a expansão do ensino superior fez com que o setor privado já fosse o responsável por 62,9% do total de matrículas no ensino superior. Na opinião de Sampaio (2000), dentre outros fatores que alavancaram esse cenário, destaca-se o fato de que as IES públicas não conseguiram absorver a demanda, posto que estavam mais voltadas para a pesquisa, o que limitou a sua expansão.

Com a cassação do mandato do primeiro presidente eleito após a ditadura militar (Fernando Affonso Collor de Mello), assumiu a presidência o seu vice – Itamar Franco, que colocou em prática uma política de estabilização monetária, o Plano Real. Esse plano foi implementado pelo então ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso (FHC). O êxito do Plano Real levou FHC a ser eleito em 1994, sendo o sucessor de Itamar na presidência e, em seu governo, FHC adotou um modelo de gestão alinhada com as políticas orientadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial que recomendavam, dentre outras coisas, a abertura comercial e a privatização de empresas e serviços públicos (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

As políticas voltadas para a educação se pautaram nas premissas da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) - Lei nº 9.394/1996, que por sua vez, pregam que a educação é um direito de todos e dever do Estado, constituindo-se uma área prioritária para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho. Entretanto, o que se viu na prática foi um fomento à abertura de mercado com elevada demanda reprimida, criando um ambiente de oportunidades no mercado de ensino superior que se tornou progressivamente concorrido. Com isso, o setor de ensino superior privado viveu um período de crescimento exponencial, aumentando a sua demanda (alunos ingressantes) em 154%, com uma média anual de 17% de crescimento, entre 1997 e 2003 (Senhoras; Takeuchi; Takeuchi, 2004).

O governo FHC estabeleceu uma diferenciação institucional na educação superior, criando a distinção entre centros universitários, faculdades integradas, faculdades e institutos

superiores ou escolas superiores. Para cada um deles haveria exigências e atribuições legais bem definidas. Esse projeto de diferenciação institucional se mostrou muito favorável para a expansão da educação superior realizada pelo setor privado (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

Naquela altura, Luiz Carlos Bresser-Pereira estava à frente do Ministério da Administração e da Reforma do Estado (MARE) e defendia a redução das despesas do Estado, repassando algumas responsabilidades para a sociedade civil e iniciativas privadas dentre elas, a educação. A LDB trouxe também a possibilidade das IES se enquadrarem como uma organização com fins lucrativos, além de permitir a venda, a fusão de IES e a abertura de capital educacional na bolsa de valores, bem como a aplicação de capital estrangeiro nas instituições nacionais¹. Dessa forma, o governo FHC deu a possibilidade de o ensino superior ser tratado como uma atividade comercial, com isso vários grupos passaram a ter ações na bolsa de valores, dentre os quais podemos citar: Kroton Educacional, S.A; Anhanguera Educacional Participações S.A; Estácio Participações S.A; e, Sistema Educacional Brasileiro S.A (Oliveira, 2019).

Um dos projetos voltados para a educação superior mais relevante do governo de FHC foi a criação do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES), que tinha como objetivo conceder financiamento a estudantes de cursos superiores não gratuitos e com avaliação positiva nos processos conduzidos pelo MEC (Lima; Cunha, 2020).

As políticas implementadas no governo FHC impulsionaram o aumento do quantitativo de IES no Brasil, saltando de um total de 894 em 1995, para 1.637 em 2002, ou seja, um aumento de 83%. Entretanto, observa-se claramente que esse aumento está concentrado no quantitativo de IES privadas, que saltou de 684 em 1995 (o que representava 77% do total de IES), para 1.442 em 2002 (representando 88% do total de IES), enquanto que as IES públicas sofreram uma redução no mesmo período, saindo de 210 (o que representava 23% do total de IES em 1995), para 195 em 2002 (representando apenas 12% do total de IES), esses dados estão retratados na tabela 2.

¹ De acordo com o disposto no art. 1º do Dec. nº 2.306/97, a escolha da natureza jurídica da entidade mantenedora é livre, podendo ser fundação ou sociedade. Se for sociedade, poderá ser de fins não lucrativos ou lucrativos. Se os fins forem lucrativos a sociedade poderá ser civil ou mercantil e, nesse último caso, poderá ser por quotas de responsabilidade limitada ou sociedade anônima (Brasil, 1997).

Tabela 2 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo FHC.

Ano	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
	Qtd	%	Qtd	%	
1995	684	77%	210	23%	894
1996	711	77%	211	23%	922
1997	689	77%	211	23%	900
1998	764	79%	209	21%	973
1999	905	82%	192	18%	1097
2000	1004	85%	176	15%	1180
2001	1208	87%	183	13%	1391
2002	1442	88%	195	12%	1637

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

Nesse contexto onde se privilegia os interesses do capital, cabe destacar que por deter os meios de produção a classe burguesa se coloca em uma posição dominante. Logo, as ideias dominantes em uma sociedade são as ideias da classe dominante, tornando assim, a escola uma instituição estratégica para a burguesia, na medida em que a educação é vista como reflexo das relações econômicas, sendo parte da superestrutura que determina a direção moral e intelectual do corpo social (Engels; Marx, 2007).

Em 1º de janeiro de 2003, Luiz Inácio Lula da Silva toma posse como novo presidente do Brasil. Naquele momento, segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil estaria em 38º lugar entre 40 nações, pois apenas 11% da população (com idade entre 25 e 64 anos), teriam alcançado o ensino superior e o recomendado em nível internacional era, no mínimo, 31%. Esses números fizeram com que o governo de Lula desse prosseguimento ao processo iniciado por FHC, redirecionando a função social do ensino superior – “[...] a universidade tornou-se uma espécie de universidade empresarial e o ensino foi quase que completamente voltado para a perspectiva mercadológica” (Oliveira, 2019, p. 76).

Além de dar continuidade ao FIES, em 2004, o governo Lula criou o Programa Universidade para Todos (PROUNI), com o objetivo de conceder bolsas de estudos (integrais e parciais), facilitando o acesso de estudantes a instituições privadas de ensino superior (com ou sem fins lucrativos). A contrapartida para as IES que aderissem ao programa era a isenção em impostos e contribuições. Entre 2005 e 2010 o PROUNI beneficiou mais de 863 mil estudantes, o que impulsionou o aumento das matrículas nas IES privadas (Traina-Chacon; Calderón, 2015).

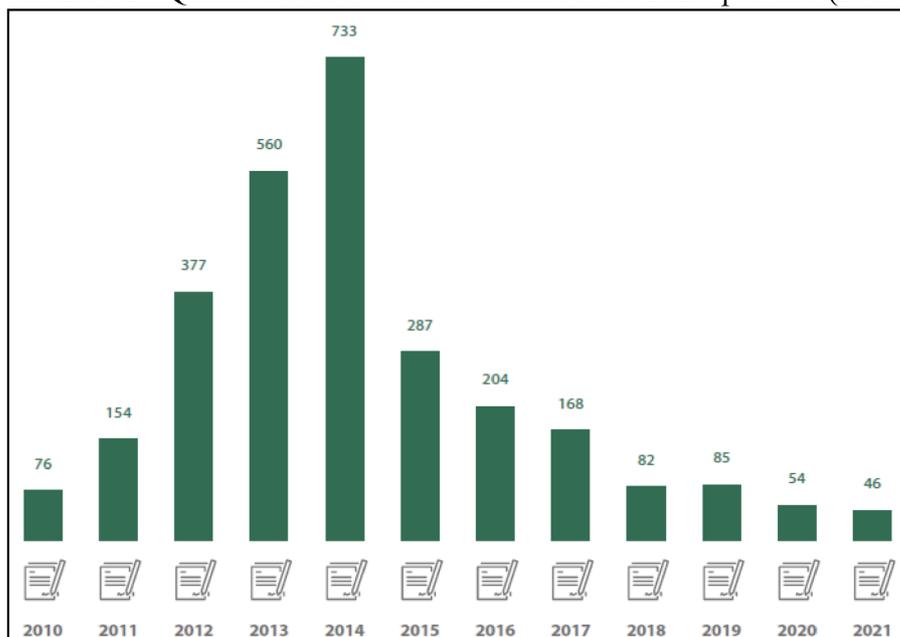
Tabela 3 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Lula.

Ano	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
	Qtd	%	Qtd	%	
2003	1652	89%	207	11%	1859
2004	1789	89%	224	11%	2013
2005	1934	89%	231	11%	2165
2006	2022	89%	248	11%	2270
2007	2032	89%	249	11%	2281
2008	2016	90%	236	10%	2252
2009	2069	89%	245	11%	2314
2010	2100	88%	278	12%	2378

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

Os dados da tabela 3 mostram que durante o governo Lula, embora em patamares mais modestos, houve uma continuidade na evolução do quantitativo de IES. Desta vez os números mostram uma retomada também do quantitativo de IES públicas.

Após 8 anos na presidência, Lula saiu deixando sua substituta - Dilma Rousseff. Durante o governo Dilma, após um período inicial de alta, as políticas do PROUNI e do FIES sofreram com a falta de recursos em 2015. O FIES foi suspenso temporariamente e voltou com taxas de juros mais altas e o PROUNI reduziu o número de bolsas disponíveis. No gráfico 1 a seguir, é possível ver a evolução do quantitativo de vagas disponíveis para o FIES em todo o Brasil de 2010 a 2021.

Gráfico 1 - Quantidade de contratos firmados do FIES por ano (2010 – 2021).

Fonte: Instituto SEMESP (2023).

Em 2011, inicia-se um agressivo crescimento do setor educacional entre as empresas brasileiras de capital aberto, o que muda significativamente o controle das instituições de ensino superior no Brasil. O volume de aquisições e fusões realizadas por empresas de capital aberto ao longo dos anos deu ao Brasil a condição de hospedar no mercado interno a maior empresa do setor, a KROTON. Faz-se importante ressaltar que nesse período a KROTON adquiriu a Universidade Norte do Paraná (UNOPAR), maior instituição de educação superior na modalidade EaD do país, com mais de 300.000 alunos, segundo o censo MEC/INEP de 2016 (Santos, 2016).

Nessa perspectiva, nota-se que o quantitativo total de IES no Brasil praticamente não se altera no período de 2011 a 2015, conforme mostra a tabela 4, ficando as movimentações desse período voltadas mais para as aquisições e fusões.

Tabela 4 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Dilma.

Ano	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
	Qtd	%	Qtd	%	
2011	2081	88%	284	12%	2365
2012	2112	87%	304	13%	2416
2013	2090	87%	301	13%	2391
2014	2070	87%	298	13%	2368
2015	2069	88%	295	12%	2364

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

Ainda sobre esse período, faz-se importante destacar que de agosto de 2012 a agosto de 2014, enquanto o Ibovespa (índice do total de cerca de 350 empresas) teve uma redução de 3,67%; a Vale (VALE5), redução de 13,48%; e a Petrobras (PETR4), valorização de 9,32% de suas ações; a Kroton (KROT3) teve uma valorização de 314% e a Estácio (ESTC3), 240,97% de suas respectivas ações (Pereira, 2020).

O ano de 2016 é marcado por um novo processo de *impeachment* no governo brasileiro. Após tramitação do processo, no dia 31 de agosto de 2016 o Senado Federal decidiu em votação pela condenação da então presidente Dilma Rousseff. No mesmo dia, foi empossado como novo presidente do Brasil Michel Temer, que cumpriria mandato até 31 de dezembro de 2018 (Agência Senado, 2016).

Para Figueiredo (2017), Michel Temer tinha como objetivo desobrigar o governo de investir, principalmente, na saúde e na educação, visando garantir um superávit fiscal para poder continuar efetivando o pagamento dos juros e amortizações da dívida pública e liberar recursos para o financiamento da iniciativa privada no país. O autor ainda expõe que:

Não é demais frisar que nossa compreensão é de que o segmento da educação, tido inicialmente como segmento pouco atrativo, diante da crise do capital passa a ser cobiçada pelo mercado, e, desde então, as universidades públicas estão submetidas a uma dupla apropriação: enquanto mercadoria e como setor público a serviço da acumulação privada. (...) Esta nova fase das privatizações coloca, agora com toda transparência, a definição de que a área da educação no Brasil não será tratada desta vez como segmento pouco atrativo, porém como uma das prioridades do processo, tendo em vista as possibilidades de acumulação que possui para os representantes do Capital, em especial à educação superior (Figueiredo, 2017, p. 172-173).

Na tabela 5 a seguir, é possível ver a evolução do total de IES públicas e privadas no período do governo de Michel Temer.

Tabela 5 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Temer.

Ano	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
	Qtd	%	Qtd	%	
2016	2.111	87,7%	296	12,3%	2.407
2017	2.152	87,9%	296	12,1%	2.448
2018	2.238	88,2%	299	11,8%	2.537

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

No pleito eleitoral ocorrido em 2018, o então deputado federal do Partido Social Liberal (PSL), Jair Messias Bolsonaro, derrotou Fernando Haddad, do Partido do Trabalhadores (PT), e conquistou o direito de suceder a Michel Temer na condução do Palácio do Planalto, tendo tomado posse como presidente do Brasil em 1º de janeiro de 2019.

Para Araújo e Macedo (2022, p. 13), “[...] o conjunto de iniciativas do governo Bolsonaro podem ser vistas como um processo sistemático de desmonte das políticas públicas de educação superior pública”. Os autores enfatizam que foram realizados diversos cortes nos orçamentos das IES públicas, bem como das agências de fomento à pesquisa e à pós-graduação que causaram grande impacto em todo o sistema de produção do conhecimento e de formação. Na tabela 6 a seguir, é possível visualizar que houve redução no quantitativo de IES privadas de 2019 para o ano de 2020 durante o governo de Jair Bolsonaro. Em 2021, o número total de IES privadas voltou a ter crescimento, possivelmente já em consequência das medidas que levaram à reabertura das IES com o funcionamento de aulas presenciais.

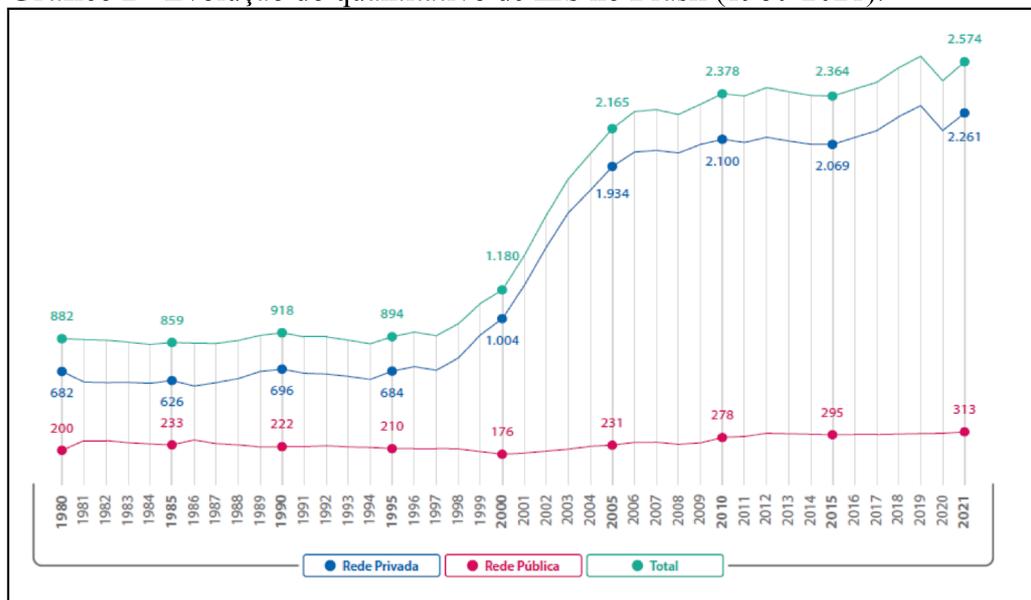
Tabela 6 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil no Governo Bolsonaro.

Ano	IES Privadas		IES Públicas		Total Geral
	Qtd	%	Qtd	%	
2019	2.306	88,4%	302	11,6%	2.608
2020	2.153	87,6%	304	12,4%	2.457
2021	2.261	87,8%	313	12,2%	2.574

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do INEP/MEC (Brasil, 2021a).

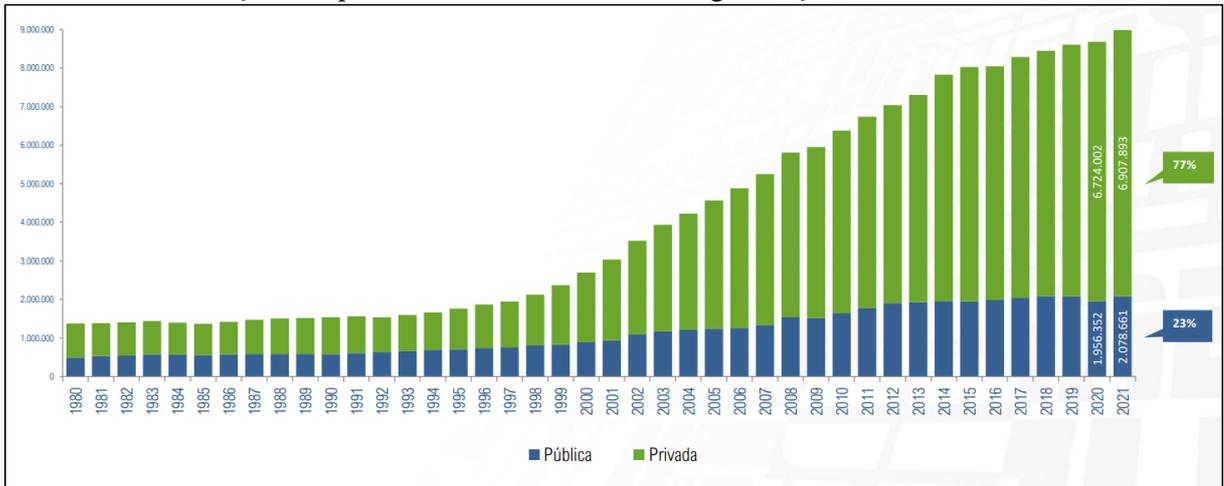
A série histórica de dados apresentados mostra que em vinte e sete anos o total de IES privadas no Brasil saltou de 684 em 1995 (Governo FHC) para 2.261 em 2021 (Governo Bolsonaro), o que representa um aumento de 230,6%. No mesmo período o total de IES públicas passou de 210 para 313, o que representa um aumento de apenas 49%.

Se fizermos uma análise mais longínqua, comparando os dados de 1980 com os de 2021 (41 anos), veremos que a disparidade entre o crescimento do total de IES públicas e IES privadas torna-se ainda maior. Neste período tivemos uma evolução no quantitativo de IES privadas de 192%, enquanto que as IES públicas tiveram uma evolução de apenas 56,5% em sua quantidade total. Essa evolução pode ser melhor visualizada no gráfico 2 a seguir:

Gráfico 2 - Evolução do quantitativo de IES no Brasil (1980-2021).

Fonte: Instituto SEMESP (2023).

Outro dado relevante apontado pelo Instituto SEMESP (2013), é que do total de 2.261 IES privadas, 61,3% (1.385 IES) são instituições privadas com fins lucrativos, o que reforça a tese de que hoje o mercado educacional é dominado pelo capital.

Gráfico 3 - Evolução do quantitativo de matriculas na graduação.

Fonte: Brasil (2021a).

As políticas impostas pelo governo brasileiro voltadas para a educação demonstram os esforços para a abertura de mercado e para o fomento da multiplicação de oferta de vagas para o acesso ao ensino superior através da iniciativa privada e isso se retrata na evolução dos números demonstrados ao longo de cada governo. Como mostrado no gráfico 3, o total de matrículas em IES privadas no ano de 2021, representou 77% do total de matrículas nos cursos de graduação.

As movimentações (aquisições e fusões) no setor educacional continuam acontecendo a todo vapor e essas movimentações causam reflexo na dinâmica do mercado, na oferta de cursos e vagas para discentes, consequentemente influenciando também na oferta de emprego para docentes, bem como nas condições de trabalho e remuneração para os profissionais dessa categoria. A seguir, no quadro 1, apresentamos os maiores grupos educacionais do Brasil até junho de 2023.

Quadro 1 - Principais grupos educacionais do Brasil (2023).

GRUPO	DESCRIÇÃO	PRINCIPAIS MARCAS
Kroton Educacional	A história do grupo começou em 1966, numa sala de aula em Belo Horizonte. Naquela época nascia o Curso Pitágoras. Possui mais de 290 mil alunos presenciais, 550 mil alunos estudando através do digital, 176 unidades próprias, 1536 polos educacionais. Fonte: kroton.com.br	Anhanguera, Fama, LFG, Pitágoras Colégios, Unic, Uniderp, Pitágoras, Unime e Unopar
Cogna Educação	É dono de distintas instituições, inclusive da Kroton. Em 2010, com o objetivo de expandir sua atuação, a Cogna adquiriu o Grupo IUNI Educacional. Já em 2011, o grupo investiu na compra da Universidade Norte do Paraná (Unopar). Em 2013 a Cogna deu um dos passos mais importantes da sua história. Isso porque ela anunciou a fusão com a Anhanguera, que foi finalizada em 2014 a um valor de R\$5,5 bilhões. Para coroar sua expansão, em 2018 o grupo concluiu a compra do controle acionário da Somos	Cogna Ventures, Pitágoras Ampli, Kroton, Platos, Saber e Vasta Educação/Somos Educação.

	Educação. Fonte: cogna.com.br	
Estácio (YDUQS)	Possui mais de 500 mil alunos atualmente, e uma história de cinco décadas de atuação na educação brasileira. Possui 90 unidades no ensino presencial em 23 estados. Também opera no EAD através de mais de mil polos de Ensino Digital. Em 11 de julho de 2019, a Estácio Participações torna-se YDUQS. Fonte: yduqs.com.br	Faculdade São Luiz (MA), Faculdade iDez (PB), FARGS (RS), Uniuol (PB) Facitec (DF), Assesc (SC), UniSeb (SP), UniToledo, Adtalem Educacional do Brasil (detentora das marcas Ibmec, Wyden, Damásio, SJT Med e Clio) e, Athenas Grupo Educacional, dentre outras.
Ser Educacional	Começou em 1994, quando foi fundado o Bureau Jurídico Cursos para Concursos com o objetivo de preparar candidatos para os concorridos concursos públicos. Porém, foi em 2003 que ele realmente surgiu enquanto IES, a partir da fundação da Faculdade Maurício de Nassau, em Recife – PE. Atualmente está presente em 26 estados e no Distrito Federal, ofertando cerca de 1900 cursos de graduação, pós-graduação, técnicos e EAD. Possui mais 300 mil alunos. Fonte: sereducacional.com	UNAMA, UNINASSAU, UNG, UNINORTE, UNINABUCO, UNIFAEI
Ânima Educação	Responsável por mais de 400 mil alunos, o grupo lidera a educação continuada na área médica. Investiu R\$ 800 milhões na parceria com a Uliving, que é um programa de moradia estudantil. Anunciou a aquisição total dos ativos da Laureate Education em 2021, que é um grupo norte-americano. Fonte: animaeducacao.com.br	Una, Anhembi Morumbi, UniSuociesc, Unifacs, Milton Campo, UniBH, UniRitter, UniCuritiba e outras 17 marcas.
Cruzeiro do Sul Educacional	Teve início em 1965 com o Colégio Cruzeiro do Sul e, atualmente, com mais de 50 anos de atuação, mais de 400 mil alunos, com 14 instituições de ensino superior e cinco de educação básica. Conta com mais de 200 mil alunos matriculados em cursos de graduação, pós-graduação e EAD. Fonte: cruzeirodosuleducacional.com.br	Centro Universitário (CESUCA), Cruzeiro do Sul, Universidade de Franca (UNIFRAN), Universidade Cidade de S. Paulo (UNICID), Cruzeiro do Sul Virtual, dentre outras.
Vitru Educação	Tem como expertise o Ensino à Distância, o que lhe garante um posicionamento relevante no setor brasileiro. São mais de 720 mil alunos, 350 cursos e 1900 polos digitais. Fonte: vitru.com.br	Uniasselvi e UniCesumar

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados dos sites das IES.

As informações contidas no quadro 1 evidenciam a chegada de outro momento nas movimentações no segmento educacional – antes, quando nos referíamos a aquisições e fusões nos referíamos apenas a unidades de ensino, agora, também passamos a ver aquisições e fusões de grupos educacionais inteiros. Isso mostra um pouco da dimensão do problema que estamos tratando nesta pesquisa.

Faz-se importante enfatizar que esse processo de abertura dos serviços educacionais tem desdobramentos sobre a educação enquanto um direito do cidadão, tendo em vista que o seu perfil foi fortemente transformado em mercadológico. Desta forma, a educação passa a ser vista como um serviço, sendo regulamentada pelas normas estabelecidas para a

comercialização de serviços em geral, desvirtuando a premissa de ser um direito. Isso se refletiu, por exemplo, na manifestação de docentes e parlamentares em audiência pública na Comissão de Educação da Câmara dos Deputados, ocorrida em 10 de outubro de 2013, que teceram críticas à formação de oligopólios no ensino superior no Brasil e a transformação da educação em negócio (Brasil, 2013).

3.3 O crescimento da EaD na Educação Superior no Brasil

Outro aspecto importante a ser analisado no contexto da Educação Superior no Brasil, é o avanço da oferta de cursos na modalidade EaD. Dados mostram que no período de uma década (2011 a 2021), o quantitativo de matrículas (graduação e pós-graduação) nessa modalidade mais que dobrou. Essa expansão evidenciou ainda mais o “drama” de professores “tutores”, de bolsistas sem vínculo empregatício e da jornada excessiva de trabalho dos docentes (Gomes; Soria, 2022).

Para compreendermos melhor esse processo, precisamos entender um pouco da história e evolução da EaD. A educação a distância possui vários conceitos, entretanto, todos apresentam nuances comuns. Cada autor destaca certa característica que julga ser mais relevante, mas não há grandes divergências quanto à essência do conceito.

Para alguns, a EaD é uma forma sistematicamente organizada de autoestudo onde o aluno instrui-se a partir do material de estudo que lhe é apresentado e o acompanhamento e a supervisão do estudante são realizados por um grupo de professores. Há também quem entenda a EaD como um método racional de partilhar conhecimento, habilidades e atitudes, através da aplicação da divisão do trabalho e de princípios organizacionais. Há ainda a definição de que EaD é o ensino que ocorre quando o professor e o aluno estão separados (no tempo e no espaço), onde o estudante tem a possibilidade de encontros ocasionais com propósitos didáticos e de socialização (Alves, 2011).

O Decreto nº 5.622 de 19 de dezembro de 2005 define oficialmente o conceito de Educação a Distância no Brasil, da seguinte forma:

Art. 1º Para os fins deste Decreto, caracteriza-se a Educação a Distância como modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorre com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com estudantes e professores desenvolvendo atividades educativas em lugares ou tempos diversos (Brasil, 2005).

A seguir será apresentado um resumo cronológico com alguns acontecimentos que marcaram a história da EaD no Brasil.

Quadro 2 - Marcos Históricos da EaD (1995 – 2009).

Ano	Acontecimento
1995	é criado o Centro Nacional de Educação a Distância e nesse mesmo ano também a Secretaria Municipal de Educação do Rio de Janeiro cria a MultiRio (RJ) que ministra cursos do 6º ao 9º ano, através de programas televisivos e material impresso. Ainda em 1995, foi criado o Programa TV Escola da Secretaria de Educação a Distância do MEC.
1996	é criada a Secretaria de Educação a Distância (SEED), pelo Ministério da Educação. É neste ano também que a Educação a Distância surge oficialmente no Brasil, sendo as bases legais para essa modalidade de educação, estabelecidas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, embora somente regulamentada em 20 de dezembro de 2005 pelo Decreto nº 5.622 (BRASIL, 2005) que revogou os Decretos nº 2.494 de 10/02/98, e nº 2.561 de 27/04/98, com normatização definida na Portaria Ministerial nº 4.361 de 2004 (PORTAL MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2010).
2000	é formada a UniRede, Rede de Educação Superior a Distância, consórcio que reúne atualmente 70 instituições públicas do Brasil. Nesse ano, também nasce o Centro de Educação a Distância do Estado do Rio de Janeiro (CEDERJ), com a assinatura de um documento que inaugurava a parceria entre o Governo do Estado do Rio de Janeiro, por intermédio da Secretaria de Ciência e Tecnologia, as universidades públicas e as prefeituras do Estado do Rio de Janeiro.
2002	o Cederj é incorporado a Fundação Centro de Ciências de Educação Superior a Distância do Rio de Janeiro (Fundação CECIERJ).
2004	vários programas para a formação inicial e continuada de professores da rede pública, por meio da EAD, foram implantados pelo MEC. Entre eles o Proletramento e o Mídias na Educação. Estas ações resultaram na criação do Sistema Universidade Aberta do Brasil.
2005	é criada a Universidade Aberta do Brasil, uma parceria entre o MEC, estados e municípios; integrando cursos, pesquisas e programas de educação superior a distância.
2006	entra em vigor o Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006, que dispõe sobre o exercício das funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior e cursos superiores de graduação e sequenciais no sistema federal de ensino, incluindo os da modalidade a distância (BRASIL, 2006).
2007	entra em vigor o Decreto nº 6.303, de 12 de dezembro de 2007, que altera dispositivos do Decreto nº 5.622 que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (BRASIL, 2007).
2008	em São Paulo, uma Lei permite o ensino médio a distância, onde até 20% da carga horária poderá ser não presencial.
2009	entra em vigor a Portaria nº 10, de 02 julho de 2009, que fixa critérios para a dispensa de avaliação in loco e dá outras providências para a Educação a Distância no Ensino Superior no Brasil (BRASIL, 2009).

Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Alves (2011).

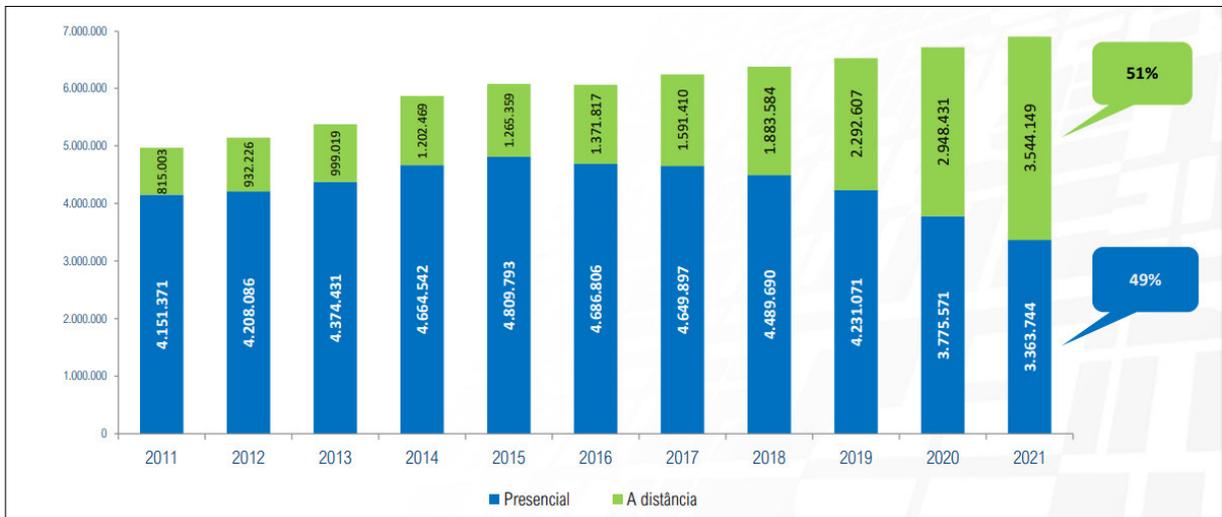
Depois dos acontecimentos supracitados, um outro ponto relevante a ser considerado foi a publicação da Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019, que dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior (IES) pertencentes ao Sistema Federal de Ensino e revoga a Portaria MEC nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018. A Portaria nº 2.117 dispõe um limite de 40% da carga horária ofertada na modalidade de ensino a distância nos cursos presenciais. Faz-se importante enfatizar que, diferentemente da Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de

2018, a Portaria nº 2.117 abrange todos os cursos de graduação presencial, inclusive nas áreas de saúde e engenharias, exceto curso de medicina (Brasil, 2019).

Logo, houve uma ampliação das disciplinas EaD no ensino superior presencial – que antes era de 20% e passou para 40% da carga horária, o que provocou uma alavancagem da oferta do ensino superior na modalidade EaD de uma forma geral (ABMES, 2019).

Os normativos vigentes evidenciam que a modalidade EaD está totalmente regulamentada, tendo como principal meio para sua solidificação o sistema privado de ensino, mas também encontrando um significativo espaço na esfera pública de ensino superior.

Gráfico 4 - Evolução do número de matrículas na rede privada, por modalidade de ensino - Brasil 2011-2021.



Fonte: Brasil (2021a).

No gráfico 4 acima, é possível evidenciar que desde 2016 as matrículas em cursos presenciais na rede privada de educação superior têm diminuído e esse comportamento é acompanhado pelo aumento do ritmo de crescimento dos cursos EaD. Inclusive, em 2021, o número de matrículas em cursos a distância da rede privada ultrapassa, pela primeira vez na história, o número de matrículas em cursos presenciais.

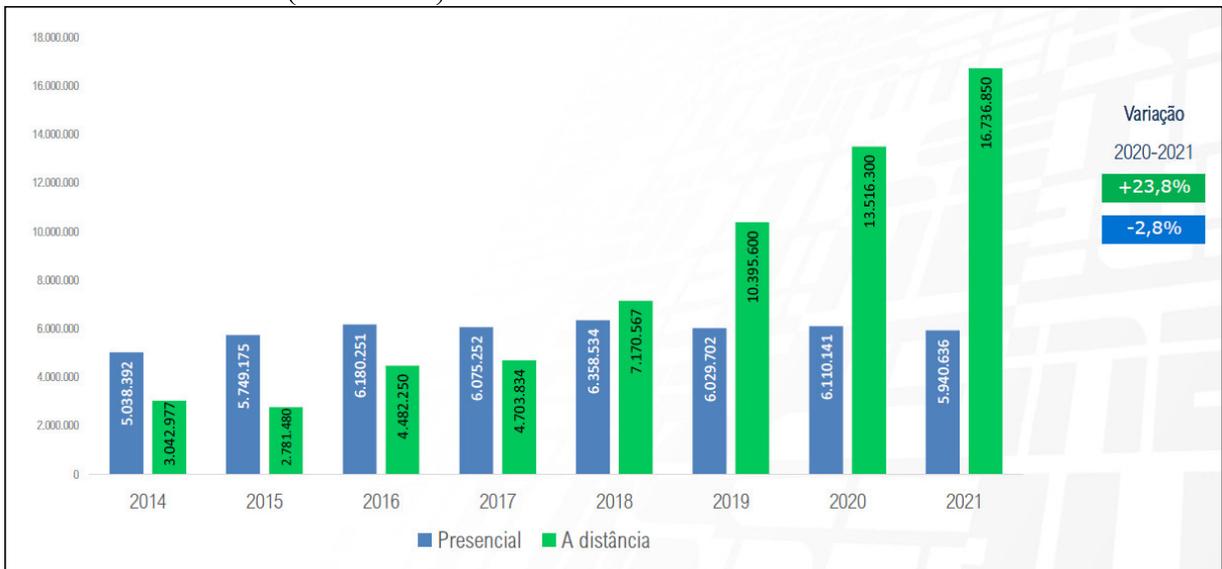
Não se pode esquecer que um dos fatores que muito contribuiu para essa mudança foi a pandemia da COVID-19, pois houve a necessidade de adaptações imediatas com a chegada da doença e, uma delas foi a adoção em massa do ensino a distância. Segundo dados levantados pela ABMES (2021) em uma pesquisa em parceria com a Educa Insights, intitulada “Coronavírus e Educação Superior: o que pensam os alunos”, já durante a pandemia, havia “[...] uma demanda reprimida de estudantes que desejavam iniciar cursos de graduação no primeiro semestre de 2021: 38% dos entrevistados. Destes, 46% demonstraram interesse no EAD contra 33% do presencial”. A referida pesquisa foi realizada em novembro

de 2020 reunindo 1.102 pessoas, entre homens e mulheres com idade de 17 a 50 anos, de todas as regiões do País, com interesse em ingressar em cursos presenciais e EaD ao longo de 18 meses. Ainda sobre o assunto, o diretor executivo da ABMES, Sólton Caldas expôs:

Percebemos o crescimento do EaD há vários anos. Ele vem crescendo exponencialmente, enquanto o presencial vem diminuindo. Um estudo que fizemos em 2019 apontava que em 2023 o ensino à distância iria passar o presencial no número de matrículas. Durante a pandemia, o crescimento do ensino online está sendo tão acelerado, que em 2022 isto já deve ocorrer (ABMES, 2021).

Antes da pandemia o que se percebia é que existia uma maior desconfiança com o ensino à distância. Parece que a experiência “forçada” durante o período pandêmico fez isso mudar. Embora o processo de expansão da Educação Superior na modalidade a distância ocorra nos setores público e privado, percebe-se uma nítida tendência à privatização desse nível de ensino. Além disso, percebe-se uma tendência entre as IES privadas de limitarem a oferta de determinados cursos apenas na modalidade EaD.

Gráfico 5 - Número de vagas oferecidas no Brasil em cursos de graduação, por modalidade de ensino (2014-2021).

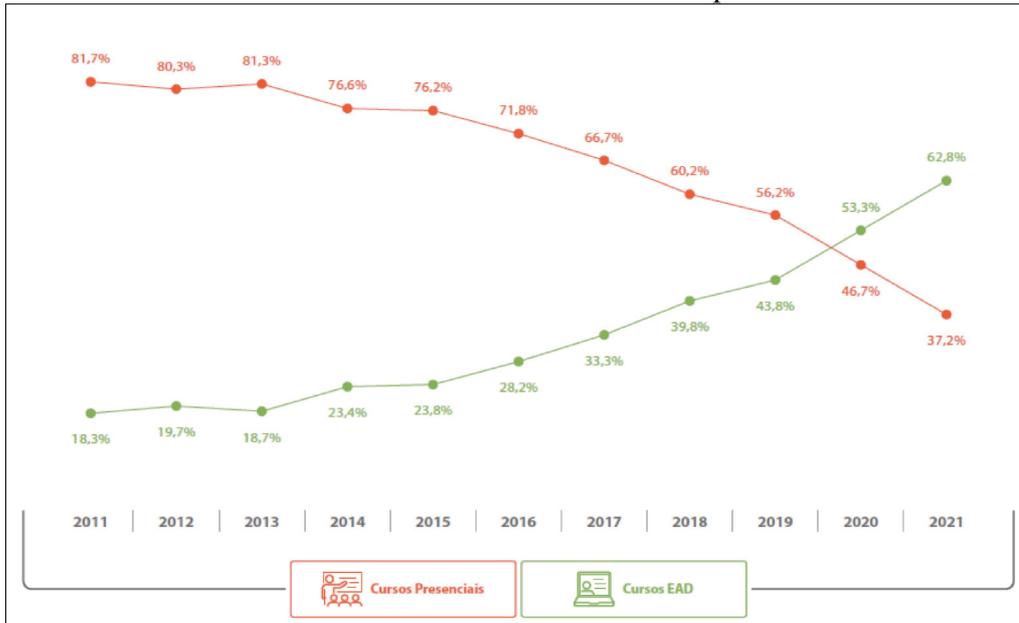


Fonte: Brasil (2021a).

No gráfico 5 é possível se perceber muito claramente esse movimento de direcionamento da oferta de vagas para a modalidade EaD em detrimento do ensino presencial. Essa prática vai ao encontro de “[...] padrões cada vez mais amplos de cobertura desse nível de ensino, o que tem possibilitado que os sistemas de Educação Superior, se transformem de sistemas de elite em sistemas de massa” (Castro; Araújo, 2018, p. 205).

Essa tendência de crescimento da EaD em relação ao ensino presencial foi mais uma vez evidenciada pelo Instituto SEMESP (2013), quando em sua publicação intitulada Mapa do Ensino Superior, apresentou números que mostram que pelo segundo ano consecutivo o número total de ingressantes na EAD ultrapassou o presencial. Em relação a 2020, o crescimento da EaD foi de 9,5% em 2021, conforme evolução demonstrada no gráfico 6.

Gráfico 6 - Percentual do total de alunos matriculados por modalidade de ensino.



Fonte: Instituto SEMESP (2023).

3.4 Desdobramentos da COVID-19 para a Educação Superior no Brasil

Em dezembro de 2019, um pouco antes da virada do ano, a Organização Mundial da Saúde (OMS) foi alertada sobre a incidência de casos de pneumonia em Wuhan (capital e maior cidade da província de Hubei na China). Posteriormente, descobriu-se que era um novo tipo de Coronavírus e que não havia nenhum registro anterior que comprovasse que essa nova cepa já teria sido identificada em seres humanos. Pouco tempo depois, no início de janeiro de 2020, ocorreu na China a primeira morte decorrente da nova doença e as autoridades sanitárias chinesas anunciaram que o novo vírus poderia ser transmitido entre humanos. A doença começou a se alastrar muito rapidamente e em fevereiro, a OMS passou a utilizar oficialmente o termo COVID-19 para a síndrome respiratória aguda grave causada pelo novo vírus e, após a confirmação do surgimento de vários casos em outras partes do mundo, sem que se tivesse ainda qualquer parâmetro de controle, o que também causava um crescimento agudo no número de óbitos, em 11 de março, a OMS decretou o surto como uma pandemia

(Sá, 2020).

Aos poucos praticamente tudo foi parando! Grandes centros comerciais fecharam, o mesmo acontecendo com aeroportos e organizações públicas e privadas. Escolas e universidades foram fechadas em praticamente todos os países (incluindo o Brasil) e mais de 1 (um) bilhão e meio de estudantes ao redor do mundo ficaram sem aulas. Diante desse cenário, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) recomendou o uso de plataformas, recursos e programas de ensino a distância, visando garantir o ensino remoto e a evitar a descontinuidade da aprendizagem.

Nesse momento, emergem mais uma vez, os problemas estruturais da sociedade brasileira. As agudas desigualdades sociais e regionais sempre fomentaram as diferenças educacionais que foram ainda mais acentuadas nesse quadro de pandemia. Quanto a isso, Zandavalli e Silva (2020) apontam alguns fatores preocupantes para a garantia da boa prestação de serviços educacionais no modelo recomendado para o período pandêmico, são eles: a fragilidade da formação inicial e continuada de professores para o uso de Tecnologias Digitais da Informação e da Comunicação (TDIC's) pela descontinuidade de políticas nessa área; a questão da infraestrutura carente de equipamentos tecnológicos adequados e suficientes, bem como cobertura de internet insuficiente; as limitações de acesso às tecnologias por parte dos estudantes e de suas famílias; e o agravamento da situação socioeconômica bastante desfavorável da maioria da população brasileira, dada a crise econômica e o desemprego crescente.

Os desdobramentos e consequências da pandemia da COVID-19 podem ser percebidos em todos os setores econômicos e categorias profissionais, mas há categorias que foram mais afetadas que outras – dentre elas a categoria docente (Bernardo; Maia; Bridi, 2020).

Durante o período de distanciamento imposto em decorrência da pandemia, as IES implementaram o ensino remoto em 100% da carga horária e, com isso, muitos professores foram demitidos e, os que permaneceram empregados, enfrentaram salas virtuais superlotadas (Brasil, 2021b).

Enquanto houve demissão de grande número de docentes vinculados às instituições privadas, por exemplo, os que se mantiveram no trabalho remoto e não perderam o emprego, vivenciaram processos de um trabalho intensificado com inúmeras tarefas que se somaram aquelas existentes anteriormente à pandemia (Bernardo; Maia; Bridi, 2020, p.34).

Para Ferreira *et al.* (2021), o contexto da pandemia da COVID-19 deixou poucas alternativas para continuidade do processo de escolarização, e intensificou a precarização do

trabalho docente, modificando as situações e condições de trabalho. Para os autores, o Ensino Remoto Emergencial (ERE) também se mostrou excludente, já que as condições materiais e intelectuais de professores e alunos não foram consideradas na instalação de um modelo tecnológico de escolarização. Dessa forma, as desigualdades sociais, que já existiam, foram acentuadas e desveladas.

Ressalta-se também que as pesquisas evidenciam o agravamento das condições de trabalho dos docentes do Ensino Superior em um contexto de ensino remoto emergencial, por meio da “plataformização” da educação, bem como o adoecimento mental de muitos docentes (Portes; Portes, 2021).

A rotina de trabalho do docente, que já era exaustiva e adoecedora, agravou-se, consumindo cada vez mais tempo gasto para as atividades profissionais (síncronas e assíncronas) na produção de materiais textuais e audiovisuais, na *lives*, na indicação de materiais complementares, nos *podcasts*, na elaboração de avaliações, nas correções, no registro e documentação nos sistemas informatizados, na organização de eventos virtuais, na coordenação de estudos e pesquisas, no produtivismo acadêmico, dentre outras atividades. Aponta-se o fenômeno do “reunismo” tão presente nessa conjuntura de remotização do ensino, em que o volume de reuniões diárias, de links para acesso, de tempo de duração extrapolando 4 horas para cada reunião, contribui para uma perda da noção do tempo e espaço, do que é momento do trabalho e do que é momento da vida privada. O docente está sendo pressionado a estar sempre disponível, conectado, pronto para responder às mensagens e a dar as respostas imediatas. É um rolo compressor nas condições de vida e do trabalho docente (Portes; Portes, 2021, p. 546).

Os autores chamam ainda atenção para o perigo de se perpetuar algumas situações e práticas que, à princípio, deveriam ser provisórias:

A fetichização do uso das tecnologias e dos ambientes virtuais como inovação na sala de aula necessária para o ensino remoto, ainda que temporariamente, tem escamoteado, perversamente, o projeto educacional privatista em curso no Ensino Superior brasileiro. A tendência que vai forjando-se é a de que a experiência do ensino remoto pode trazer saldos positivos a ponto de que, no contexto pós-pandêmico, sejam implementados alguns recursos tecnológicos avaliados como bem-sucedidos. Eis o risco que se corre: consolidar um modelo de ensino que emergiu como temporário e emergencial, mas que já estava enraizado historicamente com ondas crescentes de expansão no cenário no ensino superior brasileiro, pela via de um perfil privatista e eadista (Portes; Portes, 2021, p. 542).

Com a expansão das tecnologias de informação e comunicação, ratifica-se a tendência de permanência dessa modalidade no ensino superior brasileiro que já vem, historicamente, envolto num processo de ataque e desqualificação. Dessa forma, amplia-se ainda mais o processo de precarização do trabalho docente. Nessa perspectiva é preciso enfatizar que a plataformização da educação e do trabalho docente potencializou os lucros das empresas de

tecnologia que desenvolvem e comercializam tais plataformas. A Alphabet (conglomerado que controla entre outras empresas o Google), teve receitas na casa de US\$ 56,9 bilhões apenas no trimestre final de 2020, trazendo um lucro operacional, no período, para a companhia de US\$ 15,7 bilhões. Entretanto, quando a análise é de todo o ano de 2020, a empresa obteve receitas da ordem de US\$ 182,5 bilhões e lucro de US\$ 41,2 bilhões (Santino, 2021).

Outro fator relevante apontado pelos docentes foi o aumento dos gastos pessoais para viabilizar o ensino remoto, sem que houvesse nenhum ressarcimento por parte das IES. Foram gastos com energia elétrica, planos de internet, adaptação de mobiliário, equipamentos de tecnologia da informação e comunicação, dentre outros gastos. Entende-se que os docentes foram onerados, pois enquanto tiveram gastos que não foram ressarcidos, as IES economizaram, pois, os gastos que foram absorvidos pelos docentes para garantir o ensino remoto, no ensino presencial seriam das IES (Ferreira *et al.*, 2021).

A precarização do trabalho docente, que já era uma realidade antes da pandemia, se agravou com a paralisação das atividades presenciais no setor da educação e com a pressão mercadológica para a continuidade do ERE a todo custo, trazendo impactos também para a saúde física e mental dos docentes.

Muitas vezes, por não conseguir atingir os objetivos propostos pela instituição, e devido às diversas pressões relacionadas ao manuseio das tecnologias, gravações de aulas, os docentes acabam adoecendo [...]. Esse contexto revela que os professores universitários estão inseridos em um ambiente propício ao adoecimento mental pelos impactos da Covid-19, seja pelas notícias jornalísticas de morbimortalidade, seja pelas pressões oriundas das instituições de ensino superior relacionadas ao uso das tecnologias digitais, somadas a sua vida conjugal, materna e doméstica e tantas outras atribuições que lhes são conferidas (Silva *et al.*, 2020, p. 3).

Uma pesquisa realizada pela ABMES (2021) demonstrou que 55% dos estudantes preferiam que o retorno à normalidade no período pós-pandêmico se desse de maneira híbrida, ou seja, com ensino ora presencial, ora virtual. Dados da pesquisa evidenciam ainda que 38% dos estudantes não tinham quaisquer dúvidas - preferiam o ensino virtual. Diante do exposto, o que se desenhou foi uma tendência na área da educação de mesclar o ensino presencial com o online – a chamada educação híbrida. Desta forma, a sala de aula virtual e os conteúdos produzidos com o apoio de ferramentas de tecnologia, invadiram com mais força a vida acadêmica no mundo pós-pandemia. Mas é preciso enfatizar que este formato exigiu muito mais mudanças e adequações dos educadores do que dos estudantes.

4 EVIDÊNCIAS DA PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM IES PRIVADAS

Considerando os aspectos analisados até aqui, este capítulo tem por objetivo evidenciar a precarização do trabalho sobre a categoria dos docentes que atuam no ensino superior privado. Para tanto, vamos inicialmente abordar a questão da precarização social do trabalho, para em seguida tratar da precarização do trabalho docente no Brasil. Posteriormente, fazemos apresentação breve do panorama das IES privadas de São Luís – MA e finalizamos com a busca de evidências da precarização do trabalho docente em IES privadas.

4.1 Precarização social do trabalho

O mercado de trabalho no Brasil tem sido marcado por uma grande precarização social, que se reflete em diversos indicadores. Segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), em 2020, a taxa de desemprego no país chegou a 13,5%, o que representa mais de 14 milhões de pessoas sem trabalho. Essa realidade se agrava quando se considera que boa parte das vagas ofertadas são de baixa qualidade, com salários baixos e poucos benefícios (Barros, 2021).

Uma das formas de avaliar a precarização do trabalho no país é observar a evolução da informalidade. Segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2020, mais de 38 milhões de pessoas trabalhavam na informalidade, o que representava cerca de 37% da população ocupada (IBGE, 2021). Esse cenário fica ainda mais evidente quando se considera que muitos desses trabalhadores não têm acesso a direitos trabalhistas básicos, como férias remuneradas, 13º salário e licença-maternidade.

Outro indicador importante é a rotatividade do emprego formal. Segundo a Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas - FIPE (2022), esse indicador visa aferir a velocidade em que os trabalhadores mudam de emprego ou são substituídos por outros trabalhadores e é calculada a partir da razão entre o número mínimo de admitidos e desligados em um determinado período e o estoque de empregos formais ao final do período anterior. As análises realizadas pela FIPE mostram que os trabalhadores mais jovens e menos qualificados, são os mais vulneráveis às mudanças no mercado.

Além disso, a desigualdade salarial é um indicador preocupante. Segundo dados do IBGE, em 2020, o rendimento médio mensal dos trabalhadores brasileiros era de R\$ 2.543,

mas essa média esconde uma grande desigualdade (IBGE, 2021). Enquanto os 10% mais ricos recebiam em média R\$ 8.396, os 40% mais pobres ganhavam apenas R\$ 844 por mês. Quando se considera que muitos trabalhadores têm salários abaixo do mínimo, que à época era de R\$ 1.100,00, a desigualdade aqui evidenciada fica ainda maior.

Importante também destacar o Índice da Condição do Trabalho do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICT-DIEESE). Este indicador objetiva contribuir com a análise e o acompanhamento sistemático das condições de inserção dos brasileiros no mercado de trabalho, o que, na prática, significa visualizar uma variedade de dimensões, incluindo aspectos econômicos e sociais (ICT-DIEESE, 2019). O ICT-DIEESE surge em meio ao contexto de grandes modificações nas relações de trabalho, sobretudo por conta da Reforma Trabalhista (Lei 13.467/2017) e da chamada Lei da Terceirização (13.429/2017). De uma forma geral, essas novas leis resultaram na extensão de possibilidades de formas de contratação de trabalhadores, facilitaram as demissões, na medida em que desobrigaram a empresa de fazer a homologação junto ao sindicato da categoria ou ao Ministério do Trabalho, nos casos de rescisão de contrato firmado por empregado com mais de 1 ano de serviço e reduziram as possibilidades de o trabalhador reivindicar direitos na Justiça do Trabalho (Brasil, 2017). Juntamente com a desobrigação da contribuição sindical essas duas medidas provavelmente foram as que mais fragilizaram o movimento sindical e, conseqüentemente, as categorias de trabalhadores.

O ICT-DIEESE é um indicador sintético, composto por oito indicadores divididos em três dimensões, conforme mostrado no quadro 3 a seguir:

Quadro 3 - Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE).

Dimensão	Indicadores
ICT-Inserção Ocupacional	Formalização de vínculo de trabalho
	Contribuição para a previdência
	Tempo de permanência no emprego
ICT-Desocupação	Desocupação e Desalento
	Procura por Trabalho há mais de cinco meses
	Desocupação e desalento por parte dos responsáveis pelo domicílio
ICT-Rendimento	Rendimento por hora trabalhada
	Distribuição dos rendimentos do trabalho

Fonte: Elaboração do autor a partir de dados do ICT – DIEESE (2019).

O Brasil é um país que tem enfrentado desafios em relação ao mercado de trabalho e à precarização social, sobretudo no período em que se intensificaram as medidas neoliberais no país. O trabalho é a principal fonte de renda para a maioria da população brasileira, mas a qualidade do trabalho muitas vezes não corresponde às expectativas da maioria. A obra

Riqueza e Miséria do Trabalho no Brasil, organizada por Ricardo Antunes, traz importantes estudos sobre os indicadores de precarização social do trabalho no país. Em um desses estudos, Druck (2013) apresentam uma tipologia de precarização social do trabalho constituída por seis indicadores. A mesma tipologia também é abordada por Druck (2011) em seu artigo intitulado Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? No quadro 4 a seguir, detalha-se os 6 indicadores propostos por Druck (2011).

Quadro 4 - Indicadores de precarização social do trabalho.

Indicador	Detalhamento
i) vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais	as formas de mercantilização da força de trabalho produziram um mercado de trabalho heterogêneo, segmentado, marcado por uma vulnerabilidade estrutural e com formas de inserção (contratos) precários, sem proteção social. Números revelam um cenário de alta precarização, em termos das formas de ocupação e de direitos sociais e trabalhistas, que o mercado de trabalho brasileiro ainda apresenta, indicando, dessa forma, que o país expressa uma realidade de trabalho ainda distante dos indicadores de trabalho decente definidos pela OIT.
ii) intensificação do trabalho e terceirização	é encontrado nos padrões de gestão e organização do trabalho – o que tem levado a condições extremamente precárias, através da intensificação do trabalho (imposição de metas inalcançáveis, extensão da jornada de trabalho, polivalência, etc.) sustentada na gestão pelo medo, na discriminação criada pela terceirização, que tem se propagado de forma epidêmica, e nas formas de abuso de poder, através do assédio moral.
iii) insegurança e saúde no trabalho	refere-se às condições de (in)segurança e saúde no trabalho – resultado dos padrões de gestão, que desrespeitam o necessário treinamento, as informações sobre riscos, as medidas preventivas coletivas, etc., na busca de maior produtividade a qualquer custo, inclusive de vidas humanas. Um importante indicador dessa precarização é a evolução do número de acidentes de trabalho. Além disso, os estudos microssociais em empresas e organizações, no campo da Saúde Mental Relacionada ao Trabalho, definem uma “psicopatologia da precarização”, produto da violência no ambiente de trabalho, gerada pela imposição da busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente. Isso exige uma adaptação contínua a mudanças e novas exigências de polivalência, de um indivíduo “volátil”, sem laços, sem vínculos e sem caráter, isto é, flexível. Essa condição, agravada por outros imperativos típicos dos chamados padrões modernos de organização empresarial (competitividade exacerbada, rapidez ou velocidade ilimitada), tem gerado um cenário de adoecimento mental com expressões diversas, inclusive os suicídios.
iv) perda das identidades individual e coletiva	tem suas raízes na condição de desempregado e na ameaça permanente da perda do emprego, que tem se constituído numa eficiente estratégia de dominação no âmbito do trabalho. O isolamento e a perda de enraizamento, de vínculos, de inserção, de uma perspectiva de identidade coletiva, resultantes da descartabilidade, da desvalorização e da exclusão, são condições que afetam decisivamente a solidariedade de classe, solapando-a pela brutal concorrência que se desencadeia entre

	os próprios trabalhadores. Essa condição de “desfiliação” ou de “inúteis para o mundo”, explica esse tipo de precarização do trabalho: a perda das identidades individual e coletiva, fruto da desvalorização simbólica e real, que condena cada trabalhador a ser o único responsável por sua empregabilidade, deixando-o subjugado à “ditadura do sucesso” em condições extremamente adversas criadas pelo capitalismo flexível. Aspectos como responsabilidade, status, reconhecimento, dignidade, independência e realização pessoal compõem a identidade vinculada ao trabalho, mas os valores a ele associados, devem sempre levar em consideração, variáveis como cultura, faixa etária, classe e gênero.
v) fragilização da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores	pode ser identificado nas dificuldades da organização sindical e das formas de luta e representação dos trabalhadores, decorrentes da violenta concorrência entre eles próprios, da sua heterogeneidade e divisão, implicando uma pulverização dos sindicatos, criada, principalmente, pela terceirização. Dados sobre número de greves, sindicatos, sindicalização, acordos, etc. são importantes, mas não explicam tudo. Indicam tendências, mudanças e redefinições que também precisam ser explicadas. A literatura sobre os sindicatos e o movimento dos trabalhadores dos últimos anos tem problematizado a crise dos sindicatos na era da globalização e da reestruturação sob a direção do neoliberalismo em âmbito mundial.
vi) a condenação e o descarte do direito do trabalho	a fetichização do mercado tem orquestrado e decretado uma “crise do Direito do Trabalhador”, questionando a sua tradição e existência, o que se expressa no ataque às formas de regulamentação do Estado, cujas leis trabalhistas e sociais têm sido violentamente condenadas pelos “princípios” liberais de defesa da flexibilização, como processo inexorável trazido pela modernidade dos tempos de globalização. O debate entre os profissionais e especialistas do setor reflete opiniões que se dividem: há os que sustentam a defesa do Direito do Trabalhador e seu princípio protetor, reconhecendo a desigualdade e a inferioridade econômica dos trabalhadores na sociedade capitalista, mais forte na era atual, o que exige, portanto, mais direitos e proteção social; e há aqueles que, em nome dos princípios liberais, afirmam o respeito à individualidade do trabalhador, que, ao “depende” do Estado (pela estrutura dos direitos sociais), estaria supostamente impedido de desenvolver as suas qualidades e atributos livremente no trabalho, dificultando, dessa forma, o próprio desenvolvimento do mercado capitalista na atual conjuntura de desregulamentação mundial.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Druck (2011).

Considerando que os indicadores apresentados no quadro 4 de uma forma geral já contemplam as dimensões do ICT-DIEESE, definiu-se pela utilização desses indicadores na pesquisa de campo que será apresentada na seção 4.4 deste capítulo.

4.2 Precarização do trabalho docente no Brasil

Conforme já evidenciado anteriormente (sobretudo na seção 3.2), as políticas adotadas

para a educação no Brasil no período de 1995 a 2021 estimularam a acumulação do capital nas organizações que atuam no segmento educacional e, conseqüentemente, fizeram acentuar o processo de proletarização² da categoria docente, tendo em vista que a mais-valia é uma das premissas da acumulação do capital.

No que se refere à inserção das práticas educativas na estrutura produtiva temos a comparação de Marx entre o trabalho docente na “fábrica de ensinar” e o trabalho proletário na “fábrica de salsichas” que igualmente produzem mais-valia e são considerados trabalhos produtivos:

A produção capitalista não é apenas produção de mercadoria, é essencialmente produção de mais-valia. O trabalhador produz não para si, mas para o capital. Não basta, portanto, que produza em geral. Ele tem de produzir mais-valia. Apenas é produtivo o trabalhador que produz mais-valia para o capitalista ou serve à autovalorização do capital. Se for permitido escolher um exemplo fora da esfera da produção material, então um mestre escola é um trabalhador produtivo se ele não apenas trabalha as cabeças das crianças, mas extenua a si mesmo para enriquecer o empresário. O fato de que este último tenha investido seu capital numa fábrica de ensinar, em vez de numa fábrica de salsichas, não altera nada na relação. O conceito de trabalho produtivo, portanto, não encerra de modo algum apenas uma relação entre a atividade e efeito útil, entre trabalhador e produto do trabalho, mas também uma relação de produção especificamente social, formada historicamente, a qual marca o trabalhador como meio direto de valorização do capital (Marx, 1985, p. 105).

Para os capitalistas, o que interessa é maximizar seus lucros e não importa se para isso forem necessárias demissões em massa de professores para reduzir salários, como ocorreu logo após a entrada em vigor da Lei 13.467, de 13 de julho de 2017 – a chamada Reforma Trabalhista. Um exemplo claro desta consequência foi destacado pela Folha de São Paulo (2017) quando noticiou que a Estácio de Sá demitiu 1,2 mil professores. O golpe do capital contra o trabalho vem mostrando seus objetivos, liquida direitos trabalhistas, retira o Estado de setores que interessam ao capital privado (como a educação), fomenta a formação de monopólios e oligopólios privados e favorece a presença do capital internacional na economia brasileira – a Kroton, por exemplo, tem entre seus investidores o JP Morgan, Invesco, Coronation, Capital World e o Black Rock. Como acontece com as outras mercadorias, a educação passa a ter nos seus profissionais meros trabalhadores assalariados a serviço do capital e a ter nos estudantes meros consumidores (Barroso, 2018).

Cabe-nos lembrar que o movimento de abertura comercial iniciado nos anos 1990 no Brasil, trouxe consequências graves para a educação, tais como: deterioração das condições

² “Processo desigual em que um grupo de trabalhadores perde o controle sobre seus meios de produção, a finalidade de seu trabalho e a organização de suas atividades” (Figueiredo, 2017, p. 289).

de trabalho dos professores; subordinação do trabalho docente à mercantilização da educação; desprestígio das atividades de extensão; dentre outros (Mancebo, Maués; Chaves, 2006). Nesse contexto, intensifica-se o entendimento de que a educação e o trabalho docente estão sendo controlados pelas políticas neoliberais. A educação passa a ser entendida apenas como uma mercadoria consumida pela sociedade (Santomé, 2003).

Para Gemelli *et al.* (2020, p. 412), “[...] a expansão do setor privado mercantil na esfera educacional e a adoção da racionalidade neoliberal desencadearam fenômenos como a intensificação e a precarização do trabalho docente”. Além disso, os autores também evidenciam o crescimento da participação de grupos estrangeiros no ensino superior brasileiro. Esses grupos oferecem seus serviços e marcas internacionais pautados em um discurso de empregabilidade global. Os autores ainda complementam:

[...] o trabalho docente de ensino superior em instituições privadas é afetado por uma dupla complexidade: a primeira, refere-se ao alastramento da racionalidade neoliberal, que altera o sentido social da educação e aproxima a docência da noção de prestação de serviços; a segunda, à precarização das relações trabalhistas provocada pela atual crise do capitalismo e por reformas político-econômicas (Gemelli *et al.*, 2020, p. 413-414).

De modo geral, esse aumento da precarização do trabalho docente ocorre porque o pagamento da força de trabalho representa a maior parcela dos custos das IES. Na busca da redução destes custos, as mantenedoras têm utilizado instrumentos e procedimentos organizacionais – como por exemplo o *downsizing*³ – que, simultaneamente, constituem mecanismos de extração/apropriação de mais-valia e de recomposição da hegemonia burguesa nos processos de trabalho (Rodrigues, 2007).

Essas e outras práticas têm fomentado a discussão acerca da “uberização” do trabalho docente, a partir do entendimento de que essas práticas são formas destruidoras de profissões. O que tem sido possível perceber é que, aos poucos, os processos de precarização vistos em outras profissões vão se aproximando dos professores, dentro de plataformas de aprendizagem online que, com ajuda de tecnologia, procuram copiar e/ou simular a atuação dos profissionais da educação.

As mudanças nas IES, tanto no cenário global quanto no brasileiro, impulsionaram também a perda da autonomia para o docente. Essa perda pode representar o outro lado da desvalorização, posto que retira do professor a capacidade de decisão sobre suas ações. “À

³ Embora para alguns autores o conceito de *downsizing* esteja relacionado à melhoria da eficiência, produtividade e competitividade das empresas, conforme evidencia Mendonça e Vieira (1999), aqui tratamos como a redução de custos a partir da diminuição dos quadros da empresa, ou seja, por meio da demissão de funcionários.

medida que o professor tem reduzida a sua autonomia, ele tende a ficar exposto à falta de reconhecimento do valor de sua profissão e de seu trabalho” (Reis; Cecílio, 2014, p. 112). A autonomia vem sendo comprometida sobremaneira, na medida em que a educação e o trabalho docente, sob a égide neoliberal, tornam-se reféns das intervenções e determinações dos organismos internacionais - sobretudo do Banco Mundial - pautados nos princípios capitalistas, visando atender às necessidades do mercado internacional globalizado (Derisso; Duarte, 2017).

Reis e Cecílio (2014, p. 110) são enfáticos quando dizem que: “[...] a dignidade e a valorização profissional relacionam-se com as condições objetivas e subjetivas de exercício do trabalho”. Os autores ainda nos dizem que:

Compreender o trabalho docente supõe analisá-lo no contexto do capitalismo flexível, em suas relações com o desenvolvimento das tecnologias digitais e da mundialização do capital, tendo em vista explicitar sua natureza, conteúdos, ritmos, processos e implicações para a subjetividade (Reis; Cecílio, 2014, p. 110).

Outra variável importante a ser abordada é o processo de intensificação do trabalho que tem aumentado em consequência da grave crise econômica que leva as instituições a reduzirem sobremaneira os gastos com pessoal. Assim, mais tarefas passam a ser atribuídas aos docentes como consequência da redução do quadro de pessoal e não contratação para reposição dessas perdas. Os docentes são forçados à situação de aprender a desempenhar novas atividades, gerando uma grande contradição, na medida em que, ao mesmo tempo precisam adquirir mais habilidades e assumir novas tarefas, em detrimento da falta de tempo para manter-se atualizados em sua especialidade (Apple, 1995). Sobre isso o autor ainda enfatiza:

A intensificação representa uma das formas tangíveis pelas quais os privilégios de trabalho dos/as trabalhadores/as educacionais são degradados. Ela tem vários sintomas, do trivial ao mais complexo – desde não ter tempo sequer para ir ao banheiro, tomar uma xícara de café, até ter uma falta total de tempo para conservar-se em dia com sua área. Podemos ver a intensificação atuando mais visivelmente no trabalho mental, no sentimento crônico de excesso de trabalho, o qual tem aumentado ao longo do tempo (Apple, 1995, p. 39).

Com essa intensificação, os docentes têm sido muito afetados, com uma diversificação de tarefas e uma série de exigências. Isso nos remete a um problema ainda mais sério - as condições de trabalho! As melhorias nas condições de trabalho muitas vezes não acompanham as mudanças, os suportes institucionais nem sempre chegam ou são suficientes e a própria estrutura das instituições por vezes não favorece o desempenho de um trabalho com

qualidade, levando a diversas consequências, dentre elas: intensificação; insatisfação; e doenças (Robalino, 2012).

Mas afinal de contas, o que fazem os professores universitários? De uma forma geral, se consideramos que o ensino, a pesquisa e a extensão formam um tripé que sustenta o ensino em nível superior e são indissociáveis, conforme preceitua o artigo 207 da Constituição de 1998, podemos estabelecer que as atividades docentes estão (ou estariam) ligadas a essa tríade. Mas em que medida? Quantas salas de aula e/ou disciplinas um professor pode assumir em um mesmo semestre? E mais, além dessas salas/disciplinas, quantos projetos de extensão e/ou orientandos um mesmo professor pode acompanhar em condições de garantir a qualidade de todos os serviços que estão sendo prestados e a manutenção da sua qualidade de vida?

Protetti (2022) desenvolveu uma pesquisa junto aos professores de Sociologia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), que visou identificar e caracterizar as principais atividades de trabalho dos professores do ensino superior e que apontou a “prática universitária” (ou prática docente) como sendo um indicador para se delinear as atividades de trabalho dos professores universitários.

Segundo Protetti (2022), a prática docente no ambiente universitário pode ser distribuída em seis grupos de atividades que denotam o quanto os docentes são exigidos para além do que o imaginário comum possa perceber. Essas atividades podem ser caracterizadas em atividades acadêmicas e não acadêmicas, em atividades mais valorizadas e menos valorizadas no campo universitário, em atividades controláveis e não controláveis, em função do tempo de trabalho, e, por fim, em atividades visíveis e invisíveis socialmente. No quadro 5 listamos as atividades docentes descritas pelo autor.

Quadro 5 – Grupos de Atividades Docentes.

Grupo	Descrição
1	Atividades de Ensino
2	Atividades de Orientação
3	Atividades de Pesquisa
4	Atividades de Extensão
5	Atividades de Administração (coordenação de curso, colegiado, NDE...)
6	Outras Atividades - participação em bancas examinadoras, emissão de pareceres, participação e organização de eventos científicos etc.

Fonte: Elaboração do autor a partir de Protetti (2022).

Se mergulharmos a fundo na busca das respostas às indagações sobre as práticas e atividades docentes, já será possível entender que elas não são poucas e nem fáceis. Mas elas não param por aí, todos os dias surgem novos desafios e atribuições que sobrecarregam ainda mais o profissional e a pessoa do docente. A evolução no quantitativo de IES privadas e do

número de matrículas (seja na modalidade presencial ou EaD) não foi acompanhada na mesma proporção pela evolução no quantitativo de professores nas IES privadas no Brasil e nem na melhoria das suas condições de trabalho.

Em 2010 tínhamos no Brasil um total geral de 4.736.001 matrículas e um total de 2100 IES privadas, sendo atendidas por 183.640 professores. Onze anos depois (em 2021), tínhamos no Brasil um total geral de 6.907.893 matrículas (aumento de 46%) e 2.261 IES privadas (aumento de 8%), sendo atendidas por 151.868 professores (redução de 17%). Esses dados podem ser visualizados no gráfico 7 a seguir.

Gráfico 7 - Quantidade de docentes em atuação na educação superior de graduação no Brasil, por rede de ensino (2010-2021).



Fonte: Brasil (2021a).

Os dados do gráfico 7 mostram ainda que, a partir de 2015 (quando o total chegou a 190.989 docentes) há uma queda gradual no quantitativo de docentes nas IES privadas. Em 2019 percebe-se que o quantitativo nas IES privadas se igualou ao quantitativo de docentes nas IES públicas. Em 2021, o quantitativo de docentes nas IES privadas chegou a um total de 151.868, ou seja, de 2015 a 2021 houve uma queda da ordem de 20,5%, ficando abaixo do total de docentes nas IES públicas que em 2021 foi de 171.840 docentes.

4.3 Breve panorama sobre as IES privadas de São Luís - MA

Conforme mostrado no capítulo 3, o ensino superior privado no Brasil tem experimentado um crescimento significativo. Esse crescimento reflete uma demanda

crescente pela formação e expansão do acesso à educação superior em todo o país. Muitos estudantes optam por cursos ofertados pelas IES privadas devido à sua disponibilidade, diversidade de cursos, flexibilidade de horários e, principalmente, grande concorrência no acesso às vagas ofertadas nos cursos das IES públicas.

Em São Luís, capital do estado do Maranhão, o cenário não é diferente. A cidade possui uma variedade de instituições de ensino superior, tanto públicas quanto privadas, que oferecem uma ampla gama de cursos e programas acadêmicos. Essas instituições contribuem para a formação de profissionais em diversas áreas do conhecimento e desempenham um papel fundamental no desenvolvimento educacional da região. De uma forma bem específica, também é possível evidenciar o crescimento da EaD por aqui. Segundo o Sindicato das Entidades Mantenedoras de Estabelecimentos de Ensino Superior no Estado de São Paulo - SEMESP (2019, p. 119), “[...] as matrículas em cursos a distância no estado do Maranhão registraram de 2009 a 2017 um crescimento de 121,6%, sendo um aumento de 119,0% na rede privada e de 126,8% na rede pública”.

A 11ª edição do Mapa do Ensino Superior no Brasil, publicado em 2021 pelo Instituto SEMESP (2021) indicou que 63,7% das matrículas totais (presencial e EaD) do estado do Maranhão estavam em instituições privadas. Em relação às modalidades, 76,6% das matrículas estavam em cursos presenciais.

Mas nem sempre foi assim. Apenas em novembro de 1991 surgiu o primeiro empreendimento educacional de ensino superior particular do Maranhão. Na ocasião foram constituídas as Faculdades Integradas do CEUMA (FICEUMA), resultantes da unificação das Faculdades de Filosofia, Ciências e Letras, Ciências Contábeis e Economia de São Luís e de Ciências Jurídicas e Administrativas de São Luís, constituindo um sistema integrado conforme Parecer do Conselho Federal de Educação (CFE) Nº 106/91, de novembro de 1991. Em setembro de 2000, foi credenciado o Centro Universitário do Maranhão (UNICEUMA) por transformação das Faculdades Integradas do CEUMA, por meio de Decreto Presidencial de 27 de setembro de 2000. Com o credenciamento, o UNICEUMA passou a se chamar Universidade CEUMA, sendo a primeira instituição particular de ensino do estado a atingir esse patamar, dando continuidade ao seu projeto pedagógico e ampliando a oferta de vagas em todo o Maranhão.

Após a instauração do CEUMA, seguindo a evolução já descrita ocorrida em todo o país, surgiram outros empreendimentos de educação superior privados no Maranhão, dentre eles, podemos citar alguns dos principais que foram instalados na capital, São Luís: Faculdade Atenas Maranhense (FAMA); Faculdade São Luís; Faculdade do Maranhão (FACAM);

Faculdade Santa Fé (CESSF); Faculdade Santa Terezinha (CEST); Instituto de Estudos Superiores do Maranhão (IESMA); Instituto Florence de Ensino Superior (IFES).

Com o impulsionamento da EaD, a quantidade de IES privadas instaladas no Maranhão aumentou bastante, tanto que, segundo dados do Cadastro Nacional de Cursos e Instituições de Educação Superior (e-MEC), atualmente, apenas em São Luís existem 28 (vinte e oito) IES privadas ativas, sendo 24 (vinte e quatro) Faculdades, 03 (três) Centros Universitários e 01 (uma) Universidade. Além dos números proporcionalmente equivalentes, outra característica que aproxima a evolução ocorrida no Maranhão com a nacional é o início dos processos de aquisições e fusões. Duas das principais IES privadas locais passaram a integrar o portfólio de duas gigantes do mercado acionário do segmento educação - em 2011, a Kroton adquiriu a Faculdade Athenas Maranhense (FAMA) e, em 2012, a Estácio adquiriu a Faculdade São Luís (Brasil, 2021a).

Esse cenário levou a direção da UNICEUMA a tomar uma decisão estratégica para se posicionar no mercado. Para continuar se mantendo em ascensão e fazer frente aos grandes grupos – pelo menos na região – foi criado o Grupo Educacional CEUMA dando início a um processo de expansão da IES que passou a abrir novas unidades de ensino. Ratificando a necessidade de ceder às pressões do mercado e do capital o Grupo Educacional CEUMA também passou a atuar em outras unidades da federação implantando IES ligadas ao grupo e/ou adquirindo outras IES e incorporando-as à sua estrutura, sendo assim, mais um grupo a intensificar o processo de mercantilização da educação superior no Brasil. No quadro 6 é mostrada a evolução do processo de expansão do Grupo Educacional CEUMA:

Quadro 6 - Evolução do processo de expansão do Grupo Educacional CEUMA.

Ano	Descrição	Tipo de instauração
1992	Inauguração do campus Renascença da UNICEUMA, em São Luís - MA	Implantação própria
1998	Instauração da UNIEURO, com a inauguração do campus Asa Sul, em Brasília - DF	Implantação própria, a partir da aquisição de uma outra IES que estava em processo de autorização para funcionamento junto ao MEC ⁴
2001	Inauguração do campus Cohama da UNICEUMA, em São Luís - MA	Implantação própria
2002	Inauguração do campus Anil da UNICEUMA, em São Luís - MA	Implantação própria
2005	Inauguração do campus Águas Claras da UNIEURO, em Brasília - DF	Implantação própria
2007	Instauração da UNIFAMAZ, em Belém - PA	Implantação própria
2008	Inauguração do campus Asa Norte da UNIEURO, em Brasília - DF	Implantação própria

⁴ O processo que tramitava no MEC apresentava problemas para aprovação e, após aquisição dos direitos foi possível atender às demandas diligenciadas pelo MEC e, conseqüentemente, o processo foi finalizado com a autorização para funcionamento da IES.

2013	Inauguração do campus Imperatriz da UNICEUMA, em Imperatriz - MA	Implantação própria
2014	Inauguração do campus Deodoro da UNICEUMA, em São Luís - MA	Implantação própria
2015	Inauguração do campus Turu da UNICEUMA, em São Luís - MA	Implantação própria
2016	Instauração do CEUPI, em Teresina - PI	Aquisição de IES já existente
2018	Instauração do CESUP, em Palmas - TO	Implantação própria

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para além desse processo de expansão com unidades para a oferta de cursos presenciais, o Grupo CEUMA também passou a intensificar a oferta de cursos da EaD, inicialmente aproveitando como suporte a estrutura dos próprios campi já existentes e, num segundo momento, o grupo definiu pela implantação de polos de apoio em outras localidades onde ainda não se faziam presentes. Nessa perspectiva, além de implantar polos da EaD em todos os seus campi em funcionamento, também passou a implantar polos independentes, como foram os casos do polo de Bacabal – MA, instalado em 2006, de Parnaíba – PI, instalado em 2018 e do polo situado no Rio Anil Shopping em São Luís - MA, inaugurado em 2022.

Hoje o Grupo Educacional CEUMA é formado por cinco instituições de ensino superior: Universidade CEUMA, com dois campi em São Luís (Renascença e Turu), um campus em Imperatriz e 11 polos de apoio à EaD; a UNIEURO, com dois campi no Distrito Federal; UNIFAMAZ, com um campus em Belém; CEUPI, com um campus em Teresina e CESUP em Palmas.

4.4 Evidências de precarização do trabalho docente em uma IES privada de São Luís – MA

Considerando os aspectos já descritos no referencial teórico, será apresentado nesta seção o resultado da pesquisa de campo aplicada entre os docentes de uma IES privada de São Luís, capital do Maranhão, que responderam a um questionário construído tendo como balizador a tipologia dos indicadores de precarização social do trabalho sugerida por Druck (2011) apresentados no quadro 4, pois consideramos que, de uma forma geral, eles já contemplam as dimensões do ICT-DIEESE, bem como outros índices pesquisados para aferição da precarização do trabalho. Além dos dados coletados nos questionários, também serão apresentados dados coletados *in loco* através de observações e levantamentos realizados junto aos setores da IES.

Segundo dados apurados junto à área de recursos humanos da IES, o número total de docentes no momento da pesquisa era de 426 (quatrocentos e vinte e seis). O questionário, que foi aplicado de forma eletrônica, obteve um total de 50 (cinquenta) respondentes, o que representa 11% do universo total de docentes da IES.

Também foi possível apurar que no período de 1995 a 2021, a IES promoveu um total de 817 admissões e de 779 demissões de docentes, distribuídas conforme tabela 7 a seguir:

Tabela 7 - Quantitativo de admissões e demissões de docentes (1995 - 2021).

Ano	Admissões Docentes	Demissões Docentes
1995	11	0
1996	6	1
1997	14	5
1998	12	6
1999	24	10
2000	15	8
2001	25	1
2002	37	42
2003	79	52
2004	17	4
2005	26	11
2006	6	31
2007	24	6
2008	23	29
2009	20	6
2010	3	53
2011	16	11
2012	16	23
2013	24	29
2014	16	48
2015	55	33
2016	37	33
2017	39	11
2019	98	88
2020	83	124
2021	91	114
Total	817	779

Fonte: Elaboração própria a partir de dados coletados na IES.

Julgo relevante aqui trazer à tona uma importante informação apurada quando do levantamento dos dados constantes na tabela 7. Muitas das admissões ocorridas após o ano de 2009 são, na verdade, recontrações de docentes que faziam parte do quadro de funcionários da IES enquadrados no antigo plano de cargos, carreiras e salários e que foram desligados (demitidos). Isso nos remete ao conceito de “exército industrial de reserva”, abordado na seção 2.1 deste trabalho, sobretudo na passagem que diz - na medida em que a cada ciclo uma parte dos trabalhadores vão se tornando desnecessários, esses trabalhadores vão formando uma massa de trabalhadores disponíveis para o capital, para quando ele quiser (re)contratá-

los.

Na tabela 8, apresenta-se a distribuição dos dados sociodemográficos e informações acerca das peculiaridades da atuação dos docentes respondentes da pesquisa.

Tabela 8 - Dados sociodemográficos dos respondentes da pesquisa.

Variável	%
Gênero	
<i>Masculino</i>	42%
<i>Feminino</i>	56%
<i>Outro</i>	2%
Faixa etária	
<i>25 a 34 anos</i>	10%
<i>35 a 44 anos</i>	44%
<i>45 a 54 anos</i>	40%
<i>55 anos ou mais</i>	6%
Escolaridade	
<i>Especialização</i>	10%
<i>Mestrado</i>	66%
<i>Doutorado</i>	22%
<i>Pós-Doutorado</i>	2%
Renda familiar	
<i>De R\$ 2.640,01 até R\$ 6.600,00</i>	6%
<i>De R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00</i>	32%
<i>De R\$ 9.900,01 até R\$ 13.200,00</i>	24%
<i>De R\$ 13.200,01 até R\$19.800,00</i>	16%
<i>Acima de R\$ 19.800,01</i>	22%
Tempo de atuação como docente	
<i>1 a 5 anos</i>	8%
<i>6 a 10 anos</i>	34%
<i>Mais de 10 anos</i>	58%
Tempo de atuação como docente na IES atual	
<i>Menos de 1 ano</i>	2%
<i>1 a 5 anos</i>	24%
<i>6 a 10 anos</i>	40%
<i>Mais de 10 anos</i>	34%
Modalidade(s) em que atua	
<i>Apenas presencial</i>	44%
<i>Apenas na EaD</i>	2%
<i>Ambas (presencial e EaD)</i>	54%

Fonte: Elaboração própria (2023).

A maioria dos respondentes (56%) é do sexo feminino o que não causa nenhuma surpresa considerando que a população feminina é maior de uma forma geral. 54% dos respondentes tem menos de 45 anos, o que pode ser considerado uma idade relativamente baixa em se tratando de atividade docente e das exigências normalmente impostas para o ingresso nessa atividade (mestrado e/ou doutorado). 66% dos respondentes possuem mestrado - que na conjuntura atual é a menor titulação exigida para o ingresso na maioria dos processos

seletivos para docentes, mas o que chama atenção é o baixo número de doutores (22%). Um número maior de docentes com doutorado seria mais condizente com o enquadramento da IES, considerando que estamos falando de uma Universidade e que esta tem por obrigação o desenvolvimento de pesquisas científicas. Outro fator que enseja este raciocínio é o grande número de cursos ofertados – mais de 30 apenas na modalidade presencial – divididos nas diversas áreas de conhecimento, incluindo as áreas humanas, sociais aplicadas, da saúde, biológicas e engenharias.

Quando analisamos os dados coletados referentes à renda, verificamos que 62% dos respondentes tem renda familiar - ou seja, o somatório da renda de todos os membros da família residentes no mesmo imóvel – menor que R\$ 13.200,01 (treze mil e trezentos reais e um centavo). Considerando as exigências de formação continua, gastos pessoais (vestuário, alimentação, saúde), alta nos preços dos combustíveis e todos os demais fatores que elevam o custo de vida, podemos afirmar que o valor supracitado é baixo para proporcionar uma boa qualidade de vida para uma família de, em média, 3 pessoas.

Outro ponto relevante a ser analisado é o de que o percentual total dos respondentes que ganha acima de R\$ 13.200,00 (38%) se aproxima muito do total de respondentes que atuam na IES há mais de 10 (dez) anos – 34%. Ou seja, são profissionais que já possuem alguns direitos adquiridos por conta do tempo de casa, como por exemplo o quinquênio e progressões dentro do Plano de Cargos, Carreiras e Salários (PCCS).

Após a coleta dos dados sociodemográficos, foram propostas perguntas e afirmações relacionadas a cada um dos seis indicadores de precarização do trabalho propostos por Druck (2011). As afirmações foram apresentadas tendo como opções de resposta cinco alternativas dispostas no formato de escala *likert*, tendo como pior opção (avaliação) “discordo totalmente” e como melhor opção (avaliação) “concordo totalmente”. Já as perguntas foram dispostas em questões de múltipla escolha e foi dada ainda a possibilidade dos respondentes se manifestarem de forma livre à partir de uma pergunta subjetiva, em formato aberto.

A seguir, são apresentados quadros resumos e análises críticas relativas ao grupo de respostas correspondentes a cada um dos indicadores. Para tanto, padronizou-se as respostas das perguntas em formato *likert* considerando:

- 1 - Discordo Totalmente (DT).
- 2 - Discordo Parcialmente (DP).
- 3 – Indiferente/Neutro (N).
- 4 - Concordo Parcialmente (CP).
- 5 - Concordo Totalmente (CT).

Tabela 9 - Vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais (indicador 1).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
Minha percepção é a de que há desigualdades (tratamentos distintos e favorecimentos) no processo de inserção (processo seletivo) dos docentes na instituição.	28,0%	14,0%	24,0%	26,0%	8,0%
Tenho (ou já tive) acesso ao plano de cargos e salários e julgo que existem critérios claros de progressão e promoção para os docentes da IES.	30,0%	8,0%	10,0%	32,0%	20,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Foram propostas duas afirmações aos respondentes, com opções de resposta em formato *likert* para tentar aferir o grau de vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais, conforme disposto na tabela 9.

A distribuição existente entre as respostas mostra que possivelmente há uma deficiência na clareza e/ou transparência quanto ao processo de inserção dos docentes, já que uma parte significativa dos docentes 34% (sendo 26% CP e 8% CT) apontam que não há desigualdades nesse processo, enquanto que 42% discordam (sendo 28% CP e 14% CT) dessa assertiva.

Mais uma vez é preciso fazer menção às admissões ocorridas após 2009, pois os docentes que retornaram à IES foram enquadrados em um plano diferente do que vigorava antes de seu desligamento. Desta forma, vários dos benefícios existentes no plano anterior foram perdidos sendo que a principal perda para os docentes que passaram por esse processo de desligamento e recontração foi a redução da sua remuneração, implicada tanto pelo novo valor da hora/aula (menor do que a do PCCS anterior), quanto pela perda das progressões, já que o novo PCCS reza que o docente que adentra na IES deve iniciar no menor nível, independentemente de sua titulação. Ressalta-se que não foi percebida uma ampla divulgação do novo PCCS, nem tão pouco um fácil acesso ao documento quando solicitado pelos docentes.

Aqui, evidenciamos o que foi explanado na seção 2.1, quando Marx (1996) destaca um dos efeitos da acumulação do capital, pois verifica-se na prática que quando houve um aumento salarial que, na perspectiva dos proprietários do capital, começou a atrapalhar a acumulação, foi desencadeado uma queda na procura pela força de trabalho até que os salários fossem reduzidos, proporcionando o aumento da mais-valia.

Ainda sobre o indicador vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais foi perguntado sobre o regime de trabalho adotado na sua contratação, tendo como possibilidades de respostas as opções: Regime Consolidação das Leis do Trabalho (CLT); Contratação como Pessoa Jurídica (PJ); Contrato temporário; ou, outro tipo de contratação.

100% dos respondentes informaram que o seu regime de contratação foi CLT. Este é um aspecto positivo, pois há indícios de que em várias IES privadas o regime de contratação tem sido alterado por conta das facilidades criadas pela reforma trabalhista de 2017.

Tabela 10 - Intensificação do trabalho (indicador 2).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
Durante o período pandêmico, em que foi introduzido o ERE (Ensino Remoto Emergencial), tive todas as condições técnicas e materiais para desenvolver meu trabalho.	10,0%	10,0%	16,0%	34,0%	30,0%
Minha percepção é a de que as adequações mercadológicas do setor educacional têm retirado do professor a capacidade de decisão sobre suas ações.	2,0%	6,0%	18,0%	34,0%	40,0%
Sinto que a IES exige de mim uma produtividade em várias atividades distintas que compromete a qualidade do meu trabalho e minha integridade física e mental.	22,0%	4,0%	14,0%	36,0%	22,0%
Frequentemente extrapolo o meu horário de trabalho para atender as demandas da IES.	8,0%	0,0%	14,0%	30,0%	48,0%
Entendo que a minha remuneração está aquém do total de demandas que me é exigido pela IES.	6,0%	8,0%	10,0%	32,0%	44,0%
Existe uma pressão por produtividade com ênfase em atividades diversas em detrimento do foco na qualidade do ensino e da qualidade de vida do docente.	14,0%	10,0%	10,0%	40,0%	26,0%
Sinto-me pressionado a acompanhar demandas encaminhadas por grupos de WhatsApp, mesmo fora do meu horário de trabalho, incluindo os finais de semanas.	18,0%	4,0%	12,0%	34,0%	32,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Para tentar aferir o grau de intensificação do trabalho, conforme mostrado na tabela 10, foram propostas sete afirmações aos respondentes, com opções de resposta em formato *likert*.

Analisando as respostas percebe-se que 64% (34% CP e 30% CT) dos respondentes afirmam ter tido boas condições técnicas e materiais para desenvolver seu trabalho durante o período em que foi introduzido o ERE. Considerando-se que estamos falando de uma IES privada que possui o status de universidade, disponibilizar condições técnicas e materiais para que seus funcionários (incluindo os docentes) possam desempenhar suas atividades laborais é uma obrigação, sobretudo quando mensuramos os valores dos cursos e o total de repasses realizados pelo governo federal através dos diversos programas de fomento à educação.

Por outro lado, ficou evidente o descontentamento dos respondentes com a redução da capacidade de decisão autônoma sobre as atividades desenvolvidas em decorrência das adequações mercadológicas (74% dos respondentes, sendo 34% CP e 40% CT), assim como também há um índice significativo de respostas (58%, sendo 36% CP e 22% CT) que apontam um número excessivo de demandas atribuídas aos docentes em detrimento da

qualidade do seu trabalho e da sua integridade física e mental. Esse excesso de demandas é ratificado pelos 78% (sendo 30% CP e 48% CT) de respondentes que apontaram extrapolar o seu horário de trabalho para atender a demandas da IES, pelos 66% (sendo 40% CP e 26% CT) que afirmaram existir algum tipo de pressão por produtividade em detrimento da qualidade do ensino e da qualidade de vida do docente e, pelos 66% (sendo 34% CP e 32% CT) que apontaram se sentir de alguma forma pressionados pelo excesso de mensagens em grupos de WhatsApp com demandas de trabalho enviadas durante todo o dia, incluindo horários fora do expediente de trabalho.

Foi possível também verificar que 76% (sendo 32% CP e 44% CT) dos respondentes afirmam entender que a sua remuneração está aquém do total de demandas que lhes são atribuídas. Este percentual reforça a crítica apresentada quando da análise dos dados sociodemográficos.

Para além dos dados coletados através do questionário, foi possível apurar que o aumento de cursos e disciplinas ofertadas nas modalidades semipresencial e à distância, juntamente com a transferência dos serviços de produção de material didático que compõem as disciplinas ministradas, retirou dos docentes da IES várias das atividades ligadas à prática docente, deixando para eles apenas a obrigação de validação do material produzido e acompanhamento final (lançamento de notas e fechamento de diários) das disciplinas ministradas nas modalidades mencionadas.

Isso evidencia que o processo de transferência de serviços e o crescimento da EaD retira do professor a capacidade de decisão sobre suas ações, bem como a redução de atividades culmina também na diminuição de sua carga horária de trabalho o que tem impacto direto na sua remuneração.

Logo, fica claro aqui mais um exemplo do que foi citado na seção 2.1 sobre a superpopulação relativa, já que a automação e adoção de novas tecnologia é uma das estratégias adotadas para o aumento da produtividade com redução da força de trabalho, privilegiando assim a acumulação do capital.

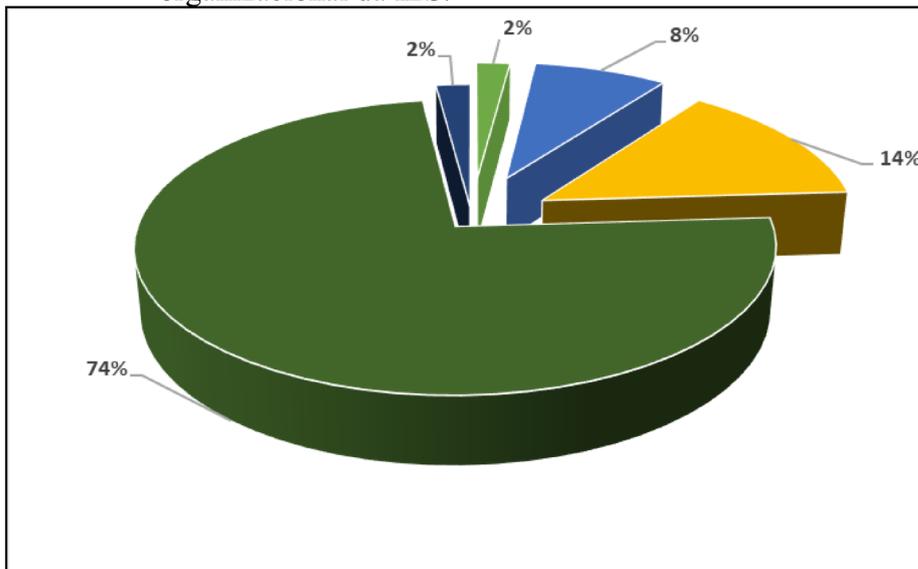
Já quanto ao grau de insegurança e saúde no trabalho, foram propostas quatro afirmações aos respondentes, com opções de resposta em formato *likert* para tentar aferir esses aspectos. As referidas afirmações e seus respectivos percentuais de respostas estão dispostas na tabela 11 a seguir.

Tabela 11 - Insegurança e saúde no trabalho (indicador 3).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
A IES implementa e aplica, de forma clara, políticas internas (orientações e treinamentos) voltadas para segurança no trabalho.	8,0%	8,0%	28,0%	28,0%	28,0%
O atual contexto de trabalho dentro da IES promove um aumento do estresse e de problemas de saúde mental entre os docentes.	10,0%	14,0%	16,0%	32,0%	28,0%
Me sinto valorizado enquanto docente pela IES.	10,0%	14,0%	14,0%	46,0%	16,0%
Considero que as condições de trabalho oportunizadas pela IES para o desenvolvimento das minhas atividades são adequadas.	4,0%	4,0%	14,0%	42,0%	36,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Os dados coletados mostram que 56% (28% CP e 28% CT) dos respondentes afirmam que a IES implementa políticas voltadas para a segurança do trabalho, o que mais uma vez não passa de uma obrigação considerando o porte da IES. O que chama atenção são os 28% que responderam com neutralidade e os 16% (8% DP e 8% DT) que sinalizaram discordar da afirmação – o que denota que os mesmos não possuem informações claras quanto ao assunto, ou não se sentem confortáveis (mesmo tendo sido garantido o anonimato na pesquisa) para evidenciar que não há políticas voltadas para a segurança no trabalho na IES. Outro ponto relevante diz respeito aos 60% (32% CP e 28% CT) que sinalizaram positivamente quanto ao entendimento de que há indícios de aumento de estresse e de problemas de saúde mental entre os docentes da IES.

Gráfico 8 - Problemas de ordem psicológica causados pelo excesso de cobrança e pelo clima organizacional da IES.

Fonte: Elaboração própria (2023).

Ainda sobre o indicador insegurança e saúde no trabalho foi perguntado se os docentes já haviam desenvolvido algum problema de ordem psicológica causado pelo excesso de

cobrança e pelo clima organizacional da IES. No que se refere a este questionamento, 2% dos respondentes afirmaram ter tido algum tipo de problema desta ordem, mas não comunicaram a IES. Outros 8% afirmaram ter tido algum tipo de problema desta ordem e que receberam algum tipo de auxílio da IES para tratar desta questão. Já 14% dos respondentes afirmaram ter tido algum tipo de problema desta ordem, mas não receberam nenhum tipo de auxílio da IES, mesmo tendo comunicado o problema. Quando somados esses três grupos, chega-se ao total de 24% do total de respondentes que afirmaram ter contraído algum tipo de problema de ordem psicológica em decorrência do excesso de cobrança e pelo clima organizacional no ambiente de trabalho, reafirmando o resultado apresentado anteriormente sobre estresse e problemas de saúde mental entre os docentes da IES.

Esses resultados corroboram o que foi abordado por Dejours (2015) na seção 2.1, enfatizando que a insegurança se refere à sensação de risco e confusão que os trabalhadores experimentam em relação ao seu emprego e às suas condições de trabalho e que a precarização do trabalho pode levar a problemas como estresse, ansiedade, depressão e outras doenças psíquicas.

Dos 76% restantes, 74% afirmaram não ter nenhum tipo de problemas e 2% afirmaram que nenhuma das alternativas apresentadas expressava a sua opinião.

Tabela 12 - Perda das identidades individual e coletiva (indicador 4).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
Sinto segurança para desenvolver as minhas atividades profissionais.	2,0%	6,0%	6,0%	46,0%	40,0%
Os processos de aquisições e fusões entre os grandes grupos educacionais promoveram mudanças na educação que impactam a identidade dos docentes.	4,0%	8,0%	28,0%	24,0%	36,0%
A IES proporciona interação e integração entre os docentes.	2,0%	12,0%	14,0%	42,0%	30,0%
Existem espaços para a construção de laços coletivos, para além das questões profissionais, entre os docentes na IES.	2,0%	8,0%	16,0%	34,0%	40,0%
O ambiente de trabalho proporcionado pela IES proporciona o surgimento de vínculos pessoais entre os funcionários.	2,0%	8,0%	16,0%	30,0%	44,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Na tabela 12 constam as cinco afirmações propostas aos respondentes, com opções de resposta em formato *likert* para tentar aferir o grau de perda das identidades individual e coletiva.

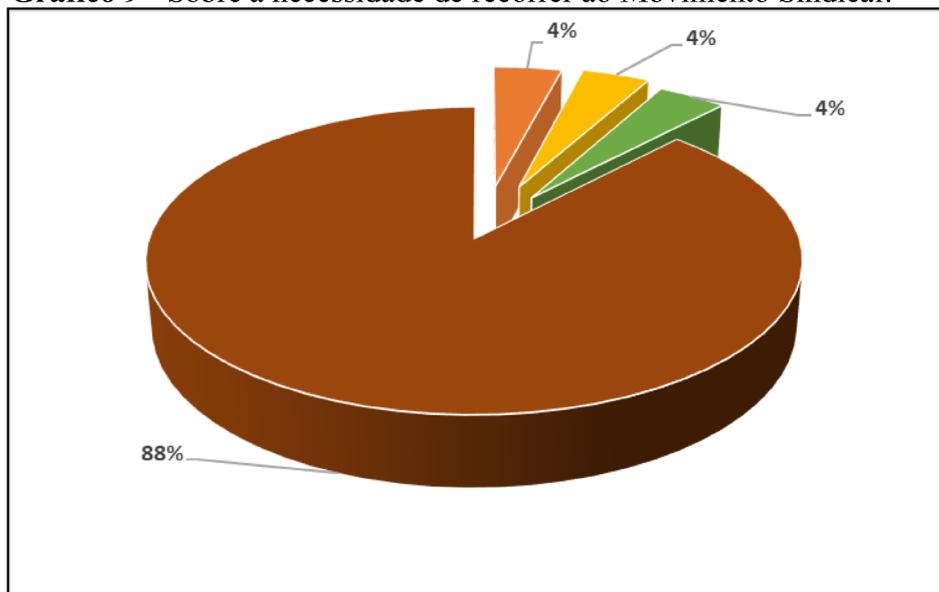
Oitenta e seis por cento dos respondentes (46% CP e 40% CT) sinalizaram que sentem segurança para desenvolver as suas atividades profissionais. Esse dado é curioso pois contrasta com alguns resultados de outras repostas da pesquisa. Isso pode ser em decorrência

da falta de melhor entendimento acerca do que significa “segurança” no sentido aqui aplicado, já que 60% (24% CP e 36% CT) concordam que os processos de aquisições e fusões promovem mudanças na educação que impactam a identidade dos docentes. Já quando perguntados sobre questões relacionadas à interação e integração entre os docentes, existência de espaços de construção de laços coletivos e o fomento a vínculos pessoais entre os funcionários, a grande maioria (média superior a 70%) respondeu de forma positiva, indicando que a IES oportuniza esses importantes momentos que visam amenizar o convívio no ambiente de trabalho.

Ainda sobre o quesito que trata dos processos de aquisições e fusões entre os grandes grupos educacionais, foi evidenciado que a IES onde foi aplicada a pesquisa passou por um processo de crescimento que culminou na criação de um grupo educacional que, por sua vez, acarretou em mais sobrecarga de trabalho para os docentes, tendo em vista que as disciplinas ministradas nas modalidades semipresencial e à distância são acompanhadas pelo mesmo docente para todas as turmas, de todas as IES que compõem o grupo educacional, promovendo assim mudanças na forma de prover educação que impactam na identidade e precarização do trabalho dos docentes.

Para tentar aferir o grau de fragilização da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores, foi proposto inicialmente uma pergunta com opções de respostas no formato de múltipla escolha, que objetivava saber se de alguma forma os docentes já haviam sentido a necessidade de recorrer ao apoio do sindicato de professores.

Gráfico 9 - Sobre a necessidade de recorrer ao Movimento Sindical.



Fonte: Elaboração própria (2023).

Se considerarmos que apenas 12% dos respondentes afirmam já terem, de alguma forma, recorrido ao apoio do sindicato, as considerações aqui apresentadas a partir da pesquisa apontam para uma necessidade de fortalecimento do movimento sindical e isso inclui uma maior participação dos trabalhadores da área. A análise fica ainda pior quando consideramos que destes 12%, um total de 4% afirma não terem obtido o apoio que necessitavam.

Além disso, também foram propostas quatro afirmações aos respondentes com opções de escolha em formato *likert*. As referidas afirmações e seus respectivos percentuais de resposta estão na tabela 13 a seguir.

Tabela 13 - Fragilização da organização sindical e das formas de luta dos trabalhadores (indicador 5).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
Acredito que novas estratégias de luta e mobilização devem ser desenvolvidas para fortalecer a organização sindical e as formas de luta dos trabalhadores.	8,0%	6,0%	20,0%	36,0%	30,0%
A falta de engajamento dos trabalhadores é um fator que contribui para a fragilização da organização sindical e das formas de luta.	4,0%	4,0%	18,0%	30,0%	44,0%
A falta de representatividade dos sindicatos afetou sua capacidade de apoio e negociação dos trabalhadores.	12,0%	6,0%	26,0%	28,0%	28,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

As respostas dos participantes da pesquisa apontadas na tabela 13 evidenciam a necessidade de que sejam criadas novas estratégias para o fortalecimento da organização sindical, bem como apontam a falta de uma maior representatividade dos sindicatos, mas também evidenciam a falta de engajamento dos trabalhadores nas causas da categoria, já que 66% (36% CP e 30% CT) dos respondentes afirmam acreditar que novas estratégias de luta e mobilização devem ser desenvolvidas para fortalecer a organização sindical e as formas de luta dos trabalhadores. Outro ponto relevante é que os docentes assumem que o problema também perpassa pela própria atitude (ou falta dela) por parte da categoria. Pelo menos é o que se pode supor quando 74% (30% CP e 44% CT) corroboram a assertiva de que a falta de engajamento dos trabalhadores é um fator que contribui para a fragilização da organização sindical e das formas de luta.

Os dados aqui expostos denotam o que foi apresentado na seção 2.1 quanto à questão da intensificação da precarização do trabalho em decorrência das perdas de direitos trabalhistas, da flexibilização dos contratos de trabalho, da instabilidade no emprego.

Por fim, 56% (28% CP e 28% CT) atestam que a falta de representatividade dos sindicatos afetou sua capacidade de apoio e negociação dos trabalhadores. Isso nos remete ao que foi exposto na seção 4.1, quando abordamos que a Reforma Trabalhista de 2017 desobrigou as empresas de procederem com as homologações das demissões nos sindicatos das respectivas categorias, fragilizando ainda mais o movimento sindical.

Tabela 14 - A condenação e o descarte do direito do trabalhador (indicador 6).

Afirmativas	Respostas (%)				
	DT	DP	N	CP	CT
De uma forma geral, entendo que o direito do trabalhador é valorizado e protegido na legislação e nas práticas da IES.	0,0%	10,0%	16,0%	40,0%	34,0%
As recentes reformas trabalhistas me passam uma percepção de fragilização da proteção do direito do trabalhador.	0,0%	10,0%	26,0%	24,0%	40,0%
A contratação de plataformas digitais para o gerenciamento de conteúdos educacionais tem fragilizado os direitos dos docentes.	16,0%	10,0%	22,0%	30,0%	22,0%
Sinto que a flexibilização do horário e da jornada de trabalho pode me beneficiar enquanto docente e não apenas as IES.	12,0%	4,0%	8,0%	22,0%	54,0%
Os meus direitos trabalhistas (férias remuneradas, seguro saúde, quinquênio, 13° etc...) sempre foram respeitadas.	0,0%	4,0%	4,0%	4,0%	88,0%

Fonte: Elaboração própria (2023).

Na tabela 14 acima, constam as cinco afirmações propostas aos respondentes, com opções de resposta em formato *likert* para tentar aferir o grau de condenação e do descarte do direito do trabalhador.

A percepção dos docentes quanto às questões ligadas ao direito do trabalhador parece não estar clara diante do contexto que envolve o domínio do capital e a fragilização da categoria que tem sofrido sérias perdas que influenciam no desempenho das atividades laborais e na própria qualidade de vida dos empregados. Pelo menos é a conclusão que percebemos já que 74% (40% CP e 34% CT) afirmam entender que o direito do trabalhador é valorizado e protegido, ao passo que 64% (24% CP e 40% CT) afirmam que as reformas trabalhistas passam uma percepção de fragilização do direito do trabalhador. Essa confusão, talvez causada por uma desinformação, também pode ser evidenciada quando se verifica que 76% (22% CP e 54% CT) indicam que a flexibilização do horário e da jornada de trabalho pode beneficiar também o docente e não apenas a IES.

A flexibilização da legislação trabalhista gerou mudanças que acarretaram a redução de custos de produção e a maximização dos lucros, através do aumento da jornada de trabalho e baixa remuneração, endossando o que foi exposto na seção 2.2.

Outro fato importante apurado na pesquisa é que 52% (30% CP e 22% CT) afirmam que as contratações de plataformas digitais para o gerenciamento de conteúdos educacionais fragilizam o trabalho e, conseqüentemente, o direito dos docentes.

Aqui verifica-se, na prática, o que foi mencionado na seção 3.4 quando foi explanado que as mudanças impostas em decorrência da pandemia da COVID-19, sobretudo no que diz respeito à implantação do ERE, intensificaram o processo de “plataformização” da educação, trazendo sérios prejuízos à categoria docente.

Já com relação aos direitos mais básicos (férias remuneradas, 13º salário, etc...), 92% (4% CP e 88% CT) dos respondentes afirmam que sempre tiveram esses direitos respeitados pela IES. Considerando todas as estratégias utilizadas visando a redução do quadro de funcionários, honrar os compromissos com os que fazem parte do quadro e são submetidos a uma alta carga de trabalho e de pressões diversas seria o mínimo a ser feito.

Ao final da pesquisa, foi perguntado aos docentes se ainda existia algum outro ponto relacionado à precarização do trabalho docente e não abordado nas questões apresentadas no questionário. Os docentes que se manifestaram nesse quesito apontaram as seguintes situações:

- 1) a sobreposição de atividades administrativas para os docentes, que prejudicam a relação da coordenação com os docentes e discentes;
- 2) a existência de desvio de função;
- 3) os professores deveriam ser consultados sobre os processos burocráticos da instituição que geram retrabalho, consomem um precioso tempo e aumentam em muito a carga de stress;
- 4) a remuneração dos professores deveria corresponder a sua titulação com o oferecimento de vagas para mestres e doutores compatíveis com o número de professores existentes na casa nestes graus;
- 5) os professores poderiam ter parte da sua carga horária de trabalho destinada exclusivamente à correção de provas e outras atividades extra classe.

Os pontos enfatizados pelos respondentes neste quesito reforçam alguns dos itens relacionados aos indicadores da pesquisa, sobretudo no que se refere à intensificação do trabalho, insegurança e saúde no trabalho.

5 CONCLUSÃO

A presente dissertação objetivou analisar os principais determinantes da precarização do trabalho docente em IES privadas no Brasil, no capitalismo contemporâneo. Para tanto, definiu-se que o debate inicial, em um nível mais abstrato, seria acerca da precarização do trabalho no capitalismo contemporâneo. Em seguida, em um nível intermediário, debateu-se o processo de acumulação do capital na educação superior no Brasil. Nesta fase além da revisão bibliográfica também foram apresentados dados secundários de diversas fontes que condensam e analisam a educação superior no Brasil. Por fim, em um nível mais empírico e concreto, buscou-se apontar evidências da precarização do trabalho docente em IES privadas, a partir da análise de dados provenientes da pesquisa de campo aplicada com docentes de uma IES privada do município de São Luís – MA.

Embora exista uma vasta bibliografia, o principal desafio da fase inicial da pesquisa decorre de resquícios da graduação, que não contemplou uma discussão mais aprofundada sobre os temas aqui explanados. Já na segunda fase, houve dificuldade quanto ao levantamento de dados acerca da evolução do ensino superior, sobretudo no que se refere aos processos de aquisição das IES que caracterizam a oligopolização. Isso se deve tanto ao fato de haver um processo dinâmico e contínuo de aquisições e fusões, quanto à dificuldade em encontrar fontes que centralizem e divulguem as informações referentes a tais operações. Já na fase mais concreta, a dificuldade maior foi a de ter maior aderência à pesquisa – o que por si só já demonstra uma anomalia, tanto pela temática trabalhada (que deveria estimular a participação dos docentes), quanto por se tratar de representantes da formulação e desenvolvimento da ciência, o que por si só já deveria ser um grande estímulo para a participação em toda e qualquer pesquisa científica.

É evidente a intensificação das políticas neoliberais no Brasil no período estudado, o que acarreta um desdobramento deste crescimento também nos municípios e estados da Federação, incluindo o Maranhão e São Luís, onde o processo de mercantilização do ensino superior também tem se intensificado. Aqui, também se percebe a dominância mercantil do ensino superior, onde a quantidade de vagas no ensino privado é superior à ofertada pelas instituições públicas. Ademais, verifica-se a existência de financiamento para essas instituições por meio de programas de governo (ex. FIES e PROUNI) que favorecem a contínua transferência pelo Estado do seu dever de proporcionar educação a todos.

Foi nesse contexto de mercantilização da educação superior que se definiu por utilizar os seis indicadores sugeridos por Druck (2011). Corroborando o entendimento geral de que a

realidade do trabalho ainda está distante dos indicadores de trabalho decente definidos pela OIT, a pesquisa mostrou que ainda é necessário empreender esforços para que haja mais clareza e transparência no processo de inserção dos docentes na IES, sendo este um ponto sensível atrelado ao indicador vulnerabilidade das formas de inserção e desigualdades sociais.

Já as práticas impositivas, a extensão da jornada de trabalho, a exigência de polivalência, a redução da capacidade de decisão, o número excessivo de demandas dentro e fora do horário de trabalho, a transferência de atividades antes destonadas aos docentes contratados pela IES e a percepção de que a remuneração está aquém do trabalho empreendido apontadas na pesquisa fazem com que o indicador intensificação do trabalho se configure como uma das principais evidências de precarização do trabalho em consequência do processo de crescimento da EaD, quanto ao crescimento da própria IES como um todo, tendo em vista que o processo de expansão da IES não foi acompanhado por um processo de aumento nas contratações de docentes e/ou de sua remuneração.

O cenário de adoecimento mental com expressões diversas, ficou evidenciado na pesquisa, sobretudo quando analisamos o total de respondentes que afirmaram ter contraído algum tipo de problema de ordem psicológica em decorrência do excesso de cobrança e pelo clima organizacional no ambiente de trabalho, mostrando a relevância do indicador insegurança e saúde no trabalho.

Tal cenário é gerado pela “psicopatologia da precarização”, produto da violência no ambiente de trabalho. Também é preciso considerar a imposição pela busca de excelência como ideologia da perfeição humana, que pressiona os trabalhadores ignorando seus limites e dificuldades, junto a uma radical defesa e implementação da flexibilidade como “norma” do presente.

Sabemos que as práticas que geram tais inseguranças têm sido ampliadas nas IES privadas, sobretudo nas que passam por processos que caracterizam a oligopolização, pois uma das consequências da expansão, das aquisições e fusões das IES é a redução do quadro de funcionários (administrativos e docentes).

O quadro administrativo é reduzido porque as tarefas e atividades realizadas por duas equipes distintas (uma em cada IES), passam a ser realizadas apenas por uma equipe após a fusão. Já o quadro de docentes é reduzido para retirar da folha de pagamento os docentes mais antigos e que recebem maiores salários. O aumento da oferta de cursos e disciplinas na EaD e a junção de turmas, gerando superlotação nas salas de aula são algumas das estratégias utilizadas para que as referidas demissões não sejam sentidas e haja a necessidade de recontração em substituição dos desligados. Faz-se importante enfatizar que mesmo quando

há a necessidade de reposição (contratação) o novo docente ingressa na IES no nível mais baixo do PCCS, logo, com uma remuneração bem menor do que a do docente que foi desligado.

As questões ligadas à perda das identidades individuais e coletivas parecem ainda necessitar serem melhor compreendidas e amadurecidas pela categoria docente. A pesquisa mostrou algumas contradições quanto a este quesito, o que não deixa de evidenciar uma possível forma de fragilização da categoria.

No que se refere ao envolvimento dos docentes com o sindicato dos professores do ensino superior, percebe-se que, diante de todas as situações que cercam a luta em defesa dos direitos e busca por melhorias nas condições de trabalho dos docentes, é imperioso reconhecer a necessidade de uma mudança de ambos os atores (sindicato e docentes) para se efetivar e ter uma ação mais propositiva na condução da categoria profissional.

Seja pela incipiente estrutura do sindicato que não consegue representar e defender a categoria de forma efetiva, seja pelo fato dos docentes não conseguirem enxergar no sindicato um papel de combatente contra os problemas enfrentados no contexto do trabalho, o certo é que a continuar nos mesmos trilhos, a categoria tende a sofrer cada vez mais pela fragilização não apenas das suas condições de trabalho, mas também daquele que deveria ser o principal e maior defensor dos seus direitos – o sindicato.

É imperativo também que os docentes passem a perceber que a categoria de trabalhadores do ensino superior privado necessita de uma organização e estrutura combativa frente à classe dominante.

A exemplo do que já dissemos sobre as questões ligadas à perda das identidades individuais e coletivas, parece ainda haver necessidade de um maior e melhor entendimento pela categoria docente acerca das questões relacionadas à condenação e o descarte do direito do trabalhador. Ainda assim, foi possível perceber que o avanço de novas tecnologias tem proporcionado um movimento de transferência de algumas atividades que antes eram desenvolvidas pelos docentes, mas que agora cabem a plataformas digitais de gerenciamento de conteúdo. Esse fenômeno contribui em muito para a precarização do trabalho docente na medida em que a plataforma pode substituir o trabalho de vários profissionais e que o custo efetivo para a manutenção de tal instrumento se torna muito menor do que o custo de manutenção do docente. Entretanto, um item que deveria ser fundamental nessa discussão parece estar cada vez mais fadado ao ostracismo – a qualidade do ensino e boa formação de pessoas e de profissionais, egressos dos cursos oferecidos pelas IES privadas.

Diante de todo o exposto, consideramos que a hipótese da pesquisa foi confirmada, já que a busca de estratégias mercadológicas para o crescimento das IES (tanto em número de alunos quanto em resultado financeiro efetivo) parece figurar entre os objetivos das mantenedoras das IES privadas, em detrimento da qualidade do ensino ofertado. Dentre as estratégias estão o crescimento da EaD e a redução da oferta de cursos e turmas na modalidade presencial, além das fusões e incorporações de outras IES, reduzindo a concorrência no segmento e a necessidade de contratação de mais docentes. É necessário dizer que as discussões acerca da precarização do trabalho docente decorrentes fatos como o processo de oligopolização o ensino superior e do crescimento da EaD ainda não estão esgotadas, posto que novas nuances, premissas e consequências se apresentam a cada dia. As questões que não puderam ser elucidadas na sua completude ficam como sugestão para o desenvolvimento de novas pesquisas.

REFERÊNCIAS

- AGÊNCIA SENADO. Dilma Rousseff perde o mandato e Temer é confirmado presidente. **Senado Notícias**, ago. 2016. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2016/08/31/dilma-rousseff-perde-o-mandato-e-temer-e-confirmado-presidente>. Acesso em: 20 maio 2023.
- AGUENA, Alexandre Caldeira; SENRA, Gabriel Oliveira de Carvalho. Notas sobre financeirização e as transformações no comportamento inovador das firmas. **Leituras de Economia Política**, Campinas, v. 32, p. 1-14, jan./jun. 2021. Disponível em: https://www.economia.unicamp.br/images/arquivos/artigos/LEP/L32/4_Artigo01.pdf. Acesso em: 26 ago. 2023.
- AGUIAR, Leticia Carneiro; TEIXEIRA, Tatiani Fernandes. O docente da educação superior brasileira: contexto de atuação e formação. **Olhar de professor**, Ponta Grossa, v. 22, p. 1-18, 2019. DOI: <https://doi.org/10.5212/OlharProfr.v.22.0020>. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/14663>. Acesso em: 20 maio 2023.
- ALVES, Lucineia. Educação a distância: conceitos e história no Brasil e no mundo. **Revista Brasileira de Aprendizagem Aberta e a Distância**, [S. l.], v. 10, p. 83-92, 2011. DOI: 10.17143/rbaad.v10i0.235. Disponível em: <https://seer.abed.net.br/RBAAD/article/view/235>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ANDRADE, Lucas Bressan de; FERES, Lucas Prata. Financeirização e os Sentidos do Desenvolvimento: Aspectos Teóricos e as “Reformas de Mercado” no Caso Brasileiro. *In*: XXIII ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 23, 2018, Niterói, RJ. **Anais [...]**, Niterói, RJ: Sociedade Brasileira de Economia Política, 2018. Disponível em: <https://www.sep.org.br/anais/Trabalhos%20para%20o%20site/Area%206/86.pdf>. Acesso em: 10 ago. 2023.
- ANGELO, Denis Fernando Barcellos; MEDEIROS, Tanise Baptista de. Educação e reestruturação produtiva: neoliberalismo, pós-modernidade e o “aprender a aprender”. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 279–290, 2020. DOI: 10.9771/gmed.v12i1.35898. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/35898>. Acesso em: 29 ago. 2023.
- ANTUNES, Ricardo Luiz Coltro. Neoliberalismo, reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho. **Revista da Faculdade de Direito de Campos**, Campos dos Goytacazes, RJ, Ano 11, n. 2, Ano 111, n. 3, p. 227-245, 2001-2002. Disponível em: https://bdjur.stj.jus.br/jspui/bitstream/2011/25497/neoliberalismo_reestruturacao_produtiva_mudancas.pdf. Acesso em: 25 ago. 2023.
- ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2018.
- APPLE, Michael. **Trabalho docente e textos: economia política das relações de classe e de gênero em educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

ARAÚJO, Maria Arlete Duarte de; MACEDO, Marconi Neves. O desmonte da educação superior no governo Bolsonaro. *In: IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA*, 9, 2022, São Paulo. **Relato técnico [...]**. São Paulo: Sociedade Brasileira de Administração Pública, 2022. Disponível em: <https://sbap.org.br/ebap-2022/358.pdf>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ARAÚJO, Elizeu Serra de. **As condições de exploração da força de trabalho no Brasil na fase atual do capitalismo**: uma análise do período 1990-2007. Tese (Doutorado em Políticas Públicas) - Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2011. Disponível em: <https://tedebc.ufma.br/jspui/handle/tede/772>. Acesso em: 19 jun. 2023.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES. **Atraso no FIES bate recorde e dívida chega a R\$ 13 bilhões**. Brasília, DF, abr. 2019. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/3280>. Acesso em: 20 maio 2022.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE MANTENEDORAS DE ENSINO SUPERIOR - ABMES. **Ensino à distância se consolida na pandemia**. Brasília, DF, abr. 2021. Disponível em: <https://abmes.org.br/noticias/detalhe/4317/ensino-a-distancia-se-consolida-na-pandemia>. Acesso em: 20 maio 2023.

ATTÍLIO, Luccas Assis. Financeirização e acumulação de capital fictício na economia brasileira. **Revista Ciências do Trabalho**, [S.l.], n. 11, p. 1-26, jul. 2018. Disponível em: <https://rct.dieese.org.br/index.php/rct/article/view/161>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARROS, Alerrandre. Com pandemia, 20 estados têm taxa média de desemprego recorde em 2020. *In: Agência IBGE Notícias*, abr. 2021. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/30235-com-pandemia-20-estados-tem-taxa-media-de-desemprego-recorde-em-2020>. Acesso em: 20 ago. 2023.

BARROS, Albani; SANTOS, Maricelly Costa. Marx e a precarização do trabalho. **Sociedade em Debate**, [S. l.], v. 25, n. 3, p. 46-58, set./out. 2019. Disponível em: <https://revistas.ucpel.edu.br/rsd/article/view/2502>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BARROSO, José de R. Virgolino. **A ofensiva do capital contra o ensino**. CONTEE – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino, Brasília, maio 2018. Disponível em: <https://contee.org.br/a-ofensiva-do-capital-contra-o-ensino/>. Acesso em: 10 ago. 2022.

BERNARDO, Kelen Aparecida da Silva; MAIA, Fernanda Landolfi; BRIDI, Maria Aparecida. As configurações do trabalho remoto da categoria docente no contexto da pandemia COVID-19. **Revista Novos Rumos Sociológicos**, [S. l.], v. 8, n. 14, p. 8-39, ago./dez. 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/19908/12416#>. Acesso em: 10 jul. 2022.

BOSI, Antônio de Pádua. A precarização do trabalho docente nas instituições de ensino superior do Brasil nesses últimos 25 anos. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1503-1523, set./dez. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v28n101/a1228101>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. **Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 2.306, de 19 de agosto de 1997**. Regulamenta, para o Sistema Federal de Ensino, as disposições contidas no art. 10 da Medida Provisória nº 1.477-39, de 8 de agosto de 1997, e nos arts. 16, 19, 20, 45, 46 e § 1º, 52, parágrafo único, 54 e 88 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e dá outras providências. Brasília, DF, 1996. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1997/decreto-2306-19-agosto-1997-437195-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em: 15 ago. 2023.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Decreto nº 5.622, de 19 de dezembro de 2005**. Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 2005. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2005/decreto-5622-19-dezembro-2005-539654-publicacaooriginal-39018-pe.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Deputados e professores criticam formação de oligopólios no ensino superior. **Agência Câmara de Notícias**, Brasília, DF, 2013. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/417538-deputados-e-professores-criticam-formacao-de-oligopolios-no-ensino-superior/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

BRASIL. **Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017**. Altera a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e as Leis nº 6.019, de 3 de janeiro de 1974, 8.036, de 11 de maio de 1990, e 8.212, de 24 de julho de 1991, a fim de adequar a legislação às novas relações de trabalho. Brasília, DF, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/113467.htm. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Portaria nº 2.117, de 6 de dezembro de 2019. Dispõe sobre a oferta de carga horária na modalidade de Ensino a Distância - EaD em cursos de graduação presenciais ofertados por Instituições de Educação Superior - IES pertencentes ao Sistema Federal de Ensino. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, ed. 239, p. 131, 11 dez. 2019. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/portaria-n-2.117-de-6-de-dezembro-de-2019-232670913>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2021**. Brasília, DF, 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-da-educacao-superior/resultados>. Acesso em: 01 fev. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Parecer Homologado - Processo Nº: 23001.000334/2020-21. Despacho do Ministro. **Diário Oficial da União**: seção 1, Brasília, DF, p. 34, 5 ago. 2021b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/docman/julho-2021-pdf/195831-pcp006-21/file>. Acesso em: 17 maio 2022.

BRYNJOLFSSON, Erik; MCAFEE, Andrew. **A Segunda Era das Máquinas: Trabalho, Progresso e Prosperidade em uma Época de Tecnologias Brilhantes**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015. 352 p

CASTRO, Alda Maria D. Araújo; ARAÚJO, Nataniel da V.-C. Gonçalves. Educação superior no Brasil e a utilização da Educação a Distância como estratégia de expansão e massificação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação - Periódico científico editado pela ANPAE**, [S. l.], v. 34, n. 1, p. 189–209, 2018. DOI: 10.21573/vol34n12018.80574. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/rbpae/article/view/80574>. Acesso em: 01 fev. 2023.

DEJOURS, C. **A Banalização da Injustiça Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2015.

DERISSO, Jose Luis; DUARTE, Rita de Cássia. Crítica ao ideário neoliberal na educação: precarização e descaracterização da escola pública paulista. **Rev. HISTEDBR On-line**, Campinas, v.17, n.4 [74], p.1169 - 1185, out./dez. 2017. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8651218/17597>. Acesso em: 01 fev. 2023.

DRUCK, Graça. Trabalho, precarização e resistências: novos e velhos desafios? **Caderno CRH**, Salvador, v. 24, n. spe 01, p. 37-57, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qvTGPNcmnSfHYJjH4RXLN3r/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2022.

DRUCK, Graça. A precarização social do trabalho no Brasil: alguns indicadores. In: ANTUNES, Ricardo (org.). **Riqueza e miséria do trabalho no Brasil**. São Paulo: Boitempo, 2013.

ENGELS, Friedrich; MARX, Karl. **A ideologia alemã**. São Paulo: Boitempo, 2007.

FERREIRA, Lúcia Gracia; FERRAZ, Roselane Duarte; FERRAZ, Rita de Cássia S. Nascimento. Trabalho docente na pandemia: discursos de professores sobre o ofício. Fólio – **Revista de Letras**, Vitória da Conquista, Ano XIII, v. 13, n. 1, p. 323-344, jan./jun. 2021. Disponível em: <https://periodicos2.uesb.br/index.php/folio/article/view/9070/6051>. Acesso em: 15 jul. 2022.

FIGUEIREDO, Julio Carlos. Impeachment no Brasil: O governo Temer e a privatização nas universidades públicas brasileiras. **Germinal: marxismo e educação em debate**, [S. l.], v. 9, n. 3, p. 161–181, 2017. DOI: 10.9771/gmed.v9i3.22998. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/22998>. Acesso em: 19 jun. 2023.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Estácio de Sá demite 1,2 mil professores após reforma trabalhista**. São Paulo, dez. 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2017/12/1940980-estacio-de-sa-demite-12-mil-professores-apos-reforma-trabalhista.shtml?mobile>. Acesso em: 19 ago. 2023.

FUNDAÇÃO INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS – FIPE. Panorama de benefícios Brasil: valor e uso de benefícios, emprego, mercado de trabalho e índices de preço. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://downloads.fipe.org.br/indices/panoramabeneficiosbrasil-3t2022.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2023.

GALZERANO, Luciana Sardenha; MINTO, Lalo Watanabe. Capital fictício e educação no Brasil: um estudo sobre a lógica contemporânea da privatização. **EccoS Revista Científica**, São Paulo, n. 47, p. 61-80, set./dez. 2018. DOI: <https://doi.org/10.5585/eccos.n47.10740>. Disponível em: <https://periodicos.uninove.br/eccos/article/view/10740>. Acesso em: 15 jul. 2022.

GEMELLI, Catia Eli; CLOSS, Lisiane Quadrado; FRAGA, Aline Mendonça. Multiformidade e pejotização: (re)configurações do trabalho docente no ensino superior privado sob o capitalismo flexível. **REAd. Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, v. 26, n. 02, p. 409-438, maio/ago. 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/1413-2311.289.101464>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/read/a/FB9zV9zPgP4NHBhCnN84N5x/abstract/?lang=pt#>. Acesso: 7 set. 2022.

GOMES, Darcilene C.; SORIA, Sidartha. Reforma trabalhista e trabalho docente no ensino superior privado no Brasil. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 52, p. e08714, 2022. Disponível em: <https://publicacoes.fcc.org.br/cp/article/view/8714>. Acesso: 7 set. 2022.

GRAETZ, Georg; MICHAELS, Guy. Robots at Work. **The Review of Economics and Statistics**, [S.l.], v. 100, n. 5, p. 753–768, 2018. Disponível em: https://personal.lse.ac.uk/michaels/Graetz_Michaels_Robots.pdf. Acesso em: 20 mar. 2023.

HARVEY, D. **O Enigma do Capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

HOBOLD, Félix. **Neoliberalismo e trabalho: a flexibilização dos direitos trabalhistas**. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina - Florianópolis, 2002. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/82629/184873.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 20 ago. 2023.

ICT-DIEESE. Índice da Condição do Trabalho (ICT-DIEESE). **Apresentação**. São Paulo: 2019. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analiseict/2019/notaSintetica042019.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2021**. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. (Estudos e Pesquisas. Informação Demográfica e Socioeconômica).

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2021**. 11. ed. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2021/06/Mapa-do-Ensino-Superior-Completo.pdf>. Acesso em: 20 mar. 2023.

INSTITUTO SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil**. 13. ed. São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/mapa/edicao-13/>. Acesso em: 20 mar. 2023.

KALLEBERG, Arne L. **Good Jobs, Bad Jobs: The Rise of Polarized and Precarious Employment Systems in the United States, 1970 to 2000**. Nova York: Fundação Russel Sage, 2011.

- LIMA, Tatiana; CUNHA, Mauro. A educação superior no Brasil contemporâneo (1995-2016): uma análise dos Governos de Fernando Henrique Cardoso, Luís Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff. **Jornal de Políticas Educacionais**, Curitiba, v. 14, n. 28, p. 1-21, jun. 2020. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/jpe/article/view/71794>. Acesso em: 20 mar. 2023.
- LOPES, Maria Gracileide Alberto; VALLINA, Kátia; SASSAKI, Yoshiko. A mercantilização do ensino superior no contexto atual: considerações para o debate. **Interfaces Científicas - Educação**, Aracaju, v. 6, n. 2, p. 29-44, fev. 2018. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/educacao/article/view/4249/2650>. Acesso em: 01 out. 2021.
- MANCEBO, Deise; MAUÉS, Olgaíses; CHAVES, Vera Lúcia Jacob. Crise e reforma do Estado e da Universidade Brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educar em Revista**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/educar/article/view/7610/5424>. Acesso em: 18 nov. 2022.
- MARX, Karl. **O Capital: Crítica da Economia Política**. Volume I, Livro Primeiro, Tomo I. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- MARX, Karl. **O Capital: crítica da economia política**. Livro 3: o processo global de produção capitalista. v. 4. 6. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.
- MARX, Karl. **O Capital – Crítica da Economia Política**. Livro primeiro, tomo 2. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- MARX, Karl. **O Capital**. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Manifesto Comunista**. São Paulo: Boi Tempo, 1998.
- MENDONÇA, José Ricardo Costa de; VIEIRA, Marcelo Miliano Falcão. Fundamentos para análise do downsizing como estratégia de mudança organizacional. **Read: Revista Eletrônica de Administração**, Porto Alegre, ed. 9, v. 5, n. 1, p. 1-31, mar./abr. 1999. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/19414>. Acesso em: 20 ago. 2023.
- OLIVEIRA, Inês Soares. A educação vai ao mercado: considerações sobre a mercantilização do ensino superior brasileiro. **Universidade e Sociedade**, n. 56, p. 73-83, 2019. Disponível em: <https://issuu.com/andessn/docs/56/85>. Acesso em: 05 out. 2021.
- ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO – OIT. **Relatório Mundial de Proteção Social 2017-2019: Proteção social universal para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável**. Genebra: Organização Internacional do Trabalho, 2017.
- PEREIRA, Tarcísio Luiz. **Monopolização do Ensino Superior privado no Brasil por meio de processo de fusões e aquisições: o grupo UNIESP em questão**. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campo Grande/MS, 2017.
- PEREIRA, Tarcísio Luiz. O processo de concentração do capital no ensino superior privado-mercantil brasileiro. **Educação & Sociedade**, São Paulo, v. 41, e239134, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/ES.239134>. Acesso em: 7 jul. 2022.

POCHMANN, Marcio. Sobre a nova condição de agregado social no Brasil: algumas considerações. **Revista Paranaense de Desenvolvimento**, n. 105, p. 5-23, jul./dez. 2003. Disponível em: http://www.ipardes.gov.br/pdf/revista_PR/105/marcio.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

POCHMANN, Marcio. O fim do trabalho como se conhece no Brasil. **Revista do TST**, São Paulo, v. 83, n. 4, p. 272-286, out./dez. 2017. Disponível em: <https://juslaboris.tst.jus.br/handle/20.500.12178/127870>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PORTES, Lorena Ferreira; PORTES, Melissa Ferreira. O trabalho docente no ensino superior em tempos de ensino remoto emergencial (ERE). **Revista Libertas**, Juiz de Fora, v. 21, n. 2, p. 533-553, jul./dez. 2021. DOI: <https://doi.org/10.34019/1980-8518.2021.v21.35254>. Disponível em: <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/35254>. Acesso em: 7 jul. 2022.

PROTETTI, Fernando Henrique. O que fazem os professores universitários? **Universidade e Sociedade, Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES**, Brasília, Ano XXXII, n. 69, p. 22-33, mar. 2022. Disponível em: https://www.andes.org.br/img/midias/5795ea58b299296937a51ab2dd8b9599_1648668989.pdf. Acesso em: 7 jul. 2022.

REIS, Briana Mazan; CECÍLIO, Sálua. Precarização, trabalho docente intensificado e saúde de professores universitários. **Trabalho & Educação**, Belo Horizonte, v. 23, n. 2, p.109-128, maio/ago. 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/trabedu/article/view/9141>. Acesso em: 7 jul. 2022.

RIBEIRO, Luiz Cesar de Queiroz; DINIZ, Nelson. Financeirização, mercantilização e reestruturação espaço-temporal: reflexões a partir do enfoque dos ciclos sistêmicos de acumulação e da teoria do duplo movimento. **Cadernos Metr pole**, [S. l.], v. 19, n. 39, p. 351–377, 2017. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/metropole/article/view/2236-9996.2017-3901>. Acesso em: 28 ago. 2023.

RIFKIN, Jeremy. **O Fim dos Empregos**. São Paulo: Makron Books, 1995.

ROBALINO, Magaly. A saúde e o trabalho docente: um desafio para as políticas públicas da educação. In: OLIVEIRA, Dalila Andrade; VIEIRA, Livia Fraga (org.). **Trabalho na educação básica: a condição docente em sete estados brasileiros**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2012.

RODRIGUES, José. **Os empresários e a educação superior**. Campinas: Autores Associados, 2007.

SÁ, Dominichi Miranda de. Especial Covid-19: Os historiadores e a pandemia. **Casa de Oswaldo Cruz/FIOCRUZ**, set. 2020. Disponível em: <http://www.coc.fiocruz.br/index.php/pt/todas-as-noticias/1853-especial-covid-19-os-historiadores-e-a-pandemia.html>. Acesso em: 13 jul. 2022.

SAMPAIO, Helena Maria Sant'Ana. Trajetória e tendências recentes do setor privado de ensino superior no Brasil. **Revista CIPEDes**, [S.l.], v. 9, n. 3, p. 34-53, 2000. Disponível em: https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-

BR&user=moeVUWUAAAAJ&citation_for_view=moeVUWUAAAAJ:_FxGoFyzp5QC.
Acesso em: 10 out. 2021.

SANTINO, Renato. Google tem recorde de faturamento alavancado pela pandemia da Covid-19. **Olhar Digital**, fev. 2021. Disponível em:
<https://olhardigital.com.br/2021/02/03/noticias/google-tem-recorde-de-faturamento-alavancado-pela-pandemia-de-covid-19/>. Acesso em: 7 jul. 2021.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **Educação em tempos de neoliberalismo**. Porto Alegre: Artmed, 2003

SANTOS, Marcelo Henrik Silva dos. Fusões e aquisições como estratégia de crescimento no mercado de educação superior no Brasil nas companhias de capital aberto. **Revista Gestão e Planejamento**, Salvador, v. 17, n. 3, p. 538-552, set./dez 2016. Disponível em:
<https://core.ac.uk/download/pdf/234555854.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SASSEN, Saskia. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. São Paulo: Paz e Terra, 2015.

SAVIANI, Dermeval. Plano de Desenvolvimento da Educação: análise do projeto MEC. **Revista Educação e Sociedade**, Campinas-SP, v. 28, n. 100, p. 1231-1255, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/7pgYkYztK6ZyPny97zmQvWx/?lang=pt>. Acesso em: 10 ago. 2023.

SOARES NETO, Horígenes Fontes; PINHEIRO, Lessi Inês Farias; FERRAZ, Marcelo Inácio Ferreira. (2021). Brasil da financeirização: do consumo familiar à cooptação da assistência social. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 23, n. 57, p. 356–384, maio/ago. 2021. Disponível em:
<https://seer.ufrgs.br/index.php/sociologias/article/view/101294/64109>. Acesso em: 02 ago. 2023.

SEMESP. **Mapa do ensino superior no Brasil 2019**. São Paulo, 2019. Disponível em:
https://www.semesp.org.br/wp-content/uploads/2019/06/Semesp_Mapas_2019_Web.pdf. Acesso em: 13 jul. 2022.

SENHORAS, Elói Martins; TAKEUCHI, Kelly Pereira; TAKEUCHI, Katiuchia Pereira. A Análise Estrutural do Ensino Superior Privado sob Perspectiva. **SEGeT – Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia**, 2006. Disponível em:
https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos06/418_EnsinoSuperiorPrivado.pdf. Acesso em: 09 out. 2021.

SILVA, Andrey Ferreira da; ESTRELA, Fernanda Matheus; LIMA, Nayara Silva; ABREU, Carlos Tibúrcio de Araújo. Saúde mental de docentes universitários em tempos de pandemia. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 2, e300216, 2020. DOI:
<https://doi.org/10.1590/S0103-73312020300216>. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/physis/a/yx7V4TkBTMGZdthMQmyQy7R/?lang=pt#>. Acesso em: 09 ago. 2023.

SILVA, Lucilaine Ignacio da. **Trabalho decente e bem viver**: enlace necessário para a construção do vínculo comunitário fundamentado no reconhecimento, relacionalidade e reciprocidade. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-Graduação em Direito, Florianópolis, 2019.

Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/215411?show=full>. Acesso em: 14 ago. 2023.

TRAINA-CHACON, José Marcelo; CALDERÓN, Adolfo-Ignacio. A expansão da educação superior privada no Brasil: do governo de FHC ao governo de Lula. **Revista Iberoamericana de Educación Superior**, v. 6, Issue 17, p. 78-100, sept./dec. 2015. Disponível em:

<https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S2007287215000372>. Acesso em: 09 out. 2021.

TUMOLO, Paulo Sergio. Reestruturação produtiva no brasil: um balanço crítico introdutório da produção bibliográfica. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 22, n. 77, p. 71-99, dez. 2001. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0101-73302001000400005>. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/es/a/kqbwr8MtjZ93qp9YsgMm4Jd/?lang=pt>. Acesso em: 14 ago. 2023.

ZANDAVALLI, Carla Busato; SILVA, Marize Aparecida Leite Siqueira. O trabalho docente em tempos de covid-19: percepções na produção científica brasileira. *In*: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO E TECNOLOGIAS; ENCONTRO DE PESQUISADORES EM EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA, CIET: EnPED: 2020. **Anais [...]**. São Carlos, ago. 2020. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/view/1222>. Acesso em: 14 jul. 2023.

APÊNDICE

APÊNDICE A – QUESTIONÁRIO ESTRUTURADO APLICADO

Pesquisa Sobre a Precarização do Trabalho Docente

Prezado(a) Professor(a),

Estamos solicitando a sua colaboração para responder o questionário aqui apresentado para compor pesquisa científica ligado ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Socioeconômico da Universidade Federal do Maranhão sobre a **Precarização do Trabalho Docente**.

Em momento algum você será identificado, mas sua participação é muito importante. Não há respostas certas ou erradas para as questões. O essencial é que sua avaliação seja sincera. Responda o questionário com muita atenção. Em caso de dúvidas, converse com o pesquisador que está aplicando o questionário ou entre em contato por e-mail (jaylson.mendonca@discente.ufma.br).

É muito importante que você preencha as questões na ordem em que as mesmas aparecem. Por favor, leia atentamente as instruções abaixo antes de responder as questões.

OBS: Após responder a todas as questões, não deixe de clicar em finalizar para enviar as suas respostas.

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Você está convidado a participar do estudo intitulado "**PRECARIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE: análise de uma IES privada de São Luís**", respondendo por meio de um formulário eletrônico, questionário disponibilizado no Google [Forms](#). O objetivo deste trabalho é analisar as principais determinantes da precarização do trabalho docente em IES privadas no Brasil, no capitalismo contemporâneo, tendo como foco de estudo uma IES privada de São Luís – MA

Você poderá desistir de participar a qualquer momento sem que isso lhe traga qualquer prejuízo ou penalização, sem necessidade de justificativa. Os riscos decorrentes de sua participação na pesquisa podem estar relacionados ao constrangimento de responder alguma das questões. Esta pesquisa não apresenta nenhum benefício individual direto aos respondentes, mas acreditamos que poderá ser fonte de dados e informações que fomentem as discussões necessárias para combater o processo de precarização do trabalho docente.

Todos os dados fornecidos são considerados confidenciais, sendo totalmente garantido o sigilo das informações e privacidade. Os dados serão analisados de forma agrupada e não de forma individual.

A sua participação no projeto tem caráter voluntário e não lhe trará nenhum tipo de ônus ou remuneração.

Desde já agradecemos a sua colaboração.

Compreendi as informações que me foram repassadas e, portanto, aceito participar deste projeto de pesquisa. *

- Sim, aceito participar da pesquisa
- Não aceito participar da pesquisa

Parte 1 - Informações Demográficas



Iniciaremos coletando alguns dados demográficos que possibilitem compreender melhor certas características básicas do público respondente da pesquisa.

Qual o seu gênero? (cod. 0) *

- Masculino
- Feminino
- Outro
- Não quero declarar

Em que faixa etária você se enquadra? (cod. 0) *

- 25 a 34 anos
- 35 a 44 anos
- 45 a 54 anos
- 55 anos ou mais

Qual o seu nível de escolaridade (maior titulação)? (cod. 0) *

- Graduação
- Especialização
- Mestrado
- Doutorado
- Pós-Doutorado

Qual a renda da sua família? (cod. 0) *

- De R\$ 1320,01 até R\$ 2.640,00
- De R\$ 2.640,01 até R\$ 6.600,00
- De R\$ 6.600,01 até R\$ 9.900,00
- De R\$ 9.900,01 até R\$ 13.200,00
- De R\$ 13.200,01 até R\$19.800,00
- Acima de R\$ 19.800,01

Qual o tempo total de atuação como docente? (cod. 0) *

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Qual o tempo de atuação como docente na IES atual? (cod. 0) *

- Menos de 1 ano
- 1 a 5 anos
- 6 a 10 anos
- Mais de 10 anos

Em qual(is) modalidade(s) de ensino atua como docente? (cod. 0) *

- Apenas presencial
- Apenas na EaD
- Ambas (presencial e EaD)

Parte 2 - Percepções sobre a Precarização do Trabalho Docente



Nessa fase do questionário serão abordados temas que nos levarão a perceber o grau de precarização da atividade docente diante do cotidiano atual dentro de uma IES privada.

Sobre esse aspecto, responda as questões em escala likert considerado:

- 1 - Discordo totalmente
- 2 - Discordo parcialmente
- 3 - Indiferente (Neutro)
- 4 - Concordo parcialmente
- 5 - Concordo totalmente

Para as demais questões, assinale a(as) resposta(s) que melhor se adequar à sua situação e/ou entendimento.

Qual o regime adotado na sua contratação? (cod. 1) *

- Regime CLT
- Contratação como PJ (pessoa jurídica)
- Contrato temporário
- Outros...

Minha percepção é a de que há desigualdades (tratamentos distintos e favorecimentos) no processo de inserção (processo seletivo) dos docentes na instituição. (cod. 1) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

Tenho (ou já tive) acesso ao plano de cargos e salários e julgo que existem critérios claros de progressão e promoção para os docentes da IES. (cod. 1) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

A IES implementa e aplica, de forma clara, políticas internas (orientações e treinamentos) voltadas para segurança no trabalho. (cod. 3) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

O atual contexto de trabalho dentro da IES promove um aumento do estresse e de problemas de saúde mental entre os docentes. (cod. 3) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

Me sinto valorizado enquanto docente pela IES. (cod. 3) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

Considero que as condições de trabalho oportunizadas pela IES para o desenvolvimento das minhas atividades são adequadas. (cod. 3) *

	1	2	3	4	5	
Discordo totalmente	<input type="radio"/>	Concordo totalmente				

Já desenvolveu problemas de ordem psicológica causados pelo excesso de cobrança e pelo clima organizacional da IES? (cod. 3) *

- Sim e tive total suporte da IES para tratar da questão.
- Sim e não tive nenhum suporte da IES para tratar da questão.
- Sim, mas a IES apenas reduziu minha carga de trabalho no período.
- Não tive nenhum tipo de problema desta ordem
- Outros...

Já precisei de alguma forma recorrer ao apoio do sindicato de professores. (cod. 5) *

- Sim e encontrei o apoio que eu precisava.
- Sim, mas não obtive o apoio que eu precisava.
- Sim, mas apenas para homologar um desligamento.
- Não, nunca recorri ao sindicato.
- Outros...

Acredito que novas estratégias de luta e mobilização devem ser desenvolvidas para fortalecer a organização sindical e as formas de luta dos trabalhadores. (cod. 5) *

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

A falta de engajamento dos trabalhadores é um fator que contribui para a fragilização da organização sindical e das formas de luta. (cod. 5) *

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

A falta de representatividade dos sindicatos afetou sua capacidade de apoio e negociação dos trabalhadores. (cod. 5) *

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

Sinto que a flexibilização do horário e da jornada de trabalho pode me beneficiar enquanto docente e não apenas as IES. (Cod. 6) *

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

Os meus direitos trabalhistas (férias remuneradas, seguro saúde, quinquênio, 13º etc...13º) sempre foram respeitadas. (cod. 6) *

Discordo totalmente 1 2 3 4 5 Concordo totalmente

Existe algum outro ponto relacionado à **Precarização do Trabalho Docente** e não abordado nas questões aqui apresentadas? Se sim, conte-nos de forma breve e objetiva. Se não, apenas deixe em branco e passe para o próximo passo.

Texto de resposta longa
